



WILLIAM FREIRE
ADVOGADOS ASSOCIADOS

À

Unidade Regional Colegiada do Conselho Estadual de Política Ambiental

Interessada: Gerdau Aços Longos S.A

Processo Administrativo COPAM nº 03621/2005/007/2015

Assunto: recurso contra arquivamento do processo de revalidação da licença de operação

SUPRAM NORTE DE MINAS

Protocolo nº 30183-82/2019 Adma Cardoso Arruda
MG - 10.361.559

Recebido em 04/12/2019

Visto Renata de C. Adunio



GERDAU AÇOS LONGOS S.A (GERDAU), pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 07.358.761/0124-18 (doc.1), com sede localizada na Rua Dr. José Maria Lacerda, nº 1340, Cidade Industrial, Contagem/MG, CEP 32.210-120 (doc.2), por seus procuradores (doc.3), apresenta, nos termos do art. 40, III do Decreto estadual nº 47.383/2018, **RECURSO** contra a decisão publicada na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, pelas razões a seguir aduzidas.

I – Admissibilidade do recurso

I.1 - Tempestividade

1. Conforme disposto no artigo 44 do Decreto estadual nº 47383/2018, o interessado poderá apresentar recurso no prazo de 30 dias contados da data da publicação da decisão impugnada.
2. Considerando que a publicação da decisão de arquivamento do processo de revalidação de licença de operação (REVLO) nº 03621/2005/007/2015 ocorreu em edição da Imprensa Oficial



do dia 02 de novembro de 2019 (sábado) (doc.4), o prazo inicia-se em 04/11/2019 (segunda-feira) e encerra-se em 03/12/2019 (terça-feira), de modo que o recurso é tempestivo.

I.2 – Apresentação e endereçamento

3. Dispõe o art. 41 do Decreto estadual nº 47.383/2018 que “compete às Unidades Regionais Colegiadas – URCs – do Copam decidir, como última instância administrativa, o recurso referente a processo de licenciamento ambiental decidido pela Semad, admitida a reconsideração pelas respectivas unidades.” As mesmas disposições são encontradas no art. 9º, V, a do Decreto estadual nº 46.953/16.

4. Assim, o presente recurso, considerando ainda o disposto no art. 47 do Decreto estadual nº 47.383/18, está sendo protocolado na Supram NM, de modo que deve ser conhecido.

I.4 – Recolhimento da taxa para interposição da defesa administrativa

5. Conforme disposto no art. 46, IV do Decreto estadual nº 47.383/2018, é requisito para o conhecimento do recurso a apresentação do comprovante de recolhimento integral da taxa de expediente prevista no item 6.22.1 da tabela A do regulamento das taxas estaduais.

6. Atesta o comprovante anexo (doc.5) que a taxa foi devidamente recolhida pela Recorrente, razão pela qual o recurso deve ser conhecido.

II – Síntese dos fatos

1. Gerdau Aços Longos S.A. protocolou em 08/10/2015 o processo de Revalidação de Licença de Operação (REVLO) para o empreendimento composto pelas Fazendas Riacho dos Porcos, Vale das Embaúbas I e Vale das Embaúbas II, processo administrativo número 3621/2005/007/2015, onde são desenvolvidas as atividades de produção de biorredutor oriundo de floresta plantada e Silvicultura.

2. Após tramitação anormal e demasiado longa, tendo GERDAU respondido, por mais de uma oportunidade às informações complementares expedidas pelo órgão ambiental responsável pela análise de seu licenciamento, foi a empresa surpreendida com a publicação na Imprensa Oficial,



da notícia de arquivamento de seu processo, sob a motivação de “*apresentação insatisfatória de informações complementares*”.

3. Diligentemente, GERDAU providenciou vistas dos autos do processo administrativo objetivando conhecer quais informações complementares teriam sido insatisfatoriamente apresentadas, uma vez que sempre atendeu integralmente aos pedidos feitos pelos analistas do órgão ambiental.

4. De posse dos autos, GERDAU teve conhecimento do parecer técnico exarado por intermédio da papeleta de despacho nº 93/2019 (nº SIAM 0676378/2019) (doc. 6) que sugeriu o arquivamento do processo de REVLO.

5. Da análise do referido parecer extrai-se que, segundo juízo do analista responsável pela sua elaboração, não só teria havido apresentação insatisfatória de informações complementares, mas também o descumprimento de condicionantes fixadas nas licenças de operação objeto de revalidação.

6. Embora extensa análise das condicionantes e informações complementares tenha sido desenvolvida ao longo do texto da papeleta que sugere o arquivamento, a sua conclusão foi exaradas nos seguintes termos: “*Considerando a apresentação de informações complementares insatisfatórias e a impossibilidade de legal de condicionar as correções necessárias no caso do PEA, a equipe técnica da SUPRAM NM sugere o arquivamento do processo de Revalidação de Licença de Operação PA número 3621/2005/007/2015, do empreendimento Gerdau Aços Longos S.A/Fazenda Riacho dos Porcos, Vale das Embaúbas I e Vale das Embaúbas II, município de Rio Pardo de Minas/MG.*” (grifos no original)

7. Da leitura da papeleta extrai-se que as informações complementares reputadas insatisfatórias referem-se (i) ao levantamento de espécies exóticas em área de reserva legal (ii) delimitação das bordas de chapadas e PTRF (iii) boletim de ocorrência da invasão (iv) complementação dos estudos de fauna (v) proposta de cercamento /proteção de reservas (vi) programa de educação ambiental.

8. No que se refere ao levantamento de espécies exóticas em área de reserva legal sugere o analista responsável pela confecção da papeleta de arquivamento que em razão de averbações de reserva legal em áreas anteriormente destinadas ao cultivo do eucalipto, essas áreas



especialmente protegidas contaria com presença muito grande de espécies exóticas. O Ofício nº 3221/2018 – Supram NM (doc. 7) estabeleceu as seguintes informações complementares:

2. Levantamento de espécies exóticas na reserva legal (Eucalipto)

- a) Apresentar um levantamento da presença e densidade de árvores de eucalipto abrangendo todas as áreas de reserva legal do empreendimento, nas fazendas Riacho dos Porcos e Vale das Embaúbas I e II;
- b) O levantamento deverá produzir um relatório com a classificação das áreas de reserva de acordo com a densidade da espécie exótica levantada e sua representação geográfica através de mapas;
- c) Este estudo deverá, também, ser realizado nas áreas de corredores ecológicos existentes no empreendimento;
- d) Anotação de responsabilidade técnica (ART) dos profissionais responsáveis pelo estudo.

9. Note-se que não há metodologia definida para o levantamento da presença e densidade de espécies exóticas na área de reserva legal. Nada obstante, de posse do estudo realizado pelo processamento de imagens aéreas feitas por *drones* o analista ambiental e confrontando-o com as apurações de campo, entendeu ele que o "levantamento deveria ter sido estratificado", sugerindo, portanto, e após a entrega do estudo, uma metodologia que antes não fora prevista.

10. Quanto à delimitação das bordas de chapadas e PTRF o ofício de informações complementares pediu o seguinte:

4. Delimitação de bordas de chapada

- a) Considerando a existência de relevo acidentado nas fazendas que compõem o empreendimento, pede-se para que seja feito o levantamento de bordas de chapada e a proposição dos afastamentos de talhões ou adequação dos recuos já existentes, considerando o artigo 9º, incisos V e VI da lei estadual 20.922/2013;
- b) O critério utilizado deverá ser harmonizado entre as duas fazendas;
- c) Apresentar PRAD/PTRF para os pontos em que forem necessários os afastamentos em função de bordas de chapada;
- d) Anotação de responsabilidade técnica (ART) dos profissionais responsáveis pelos estudos e projetos.

11



11. As informações prestadas foram consideradas insatisfatórias. Segundo o analista, a partir do levantamento das bordas de chapada, GERDAU propôs delimitação das APPs. Tanto o levantamento, quanto a delimitação foram aprovados pela SUPRAM NM. Entretanto, a proposta de recuperação das áreas não teria atendido a equipe da SUPRAM.

12. Segundo consta na papeleta de arquivamento a *"equipe da SUPRAM entende que os trechos de estrada deveriam ser recuperados, salvo aqueles para os quais não houvesse alternativa locacional ou aqueles em que o afastamento da estrada implicasse em remoção de vegetação nativa"*.

13. Quanto ao boletim de ocorrência da invasão, após reconhecer que a informação lançada na papeleta de que teria ocorrido supressão de vegetação em área de reserva legal é equivocada, solicitou-se apresentação do registro junto à PMMG que comprovaria que a intervenção ambiental irregular ocorreu por terceiros e não pela GERDAU. Após a apresentação do BO apurou-se, a partir da verificação das coordenadas geográficas disponíveis, que a área intervinda não era correspondente àquela sobre a qual o boletim versava.

14. Quanto à complementação dos estudos de fauna a própria papeleta de arquivamento deixa claro que não houve solicitação de informações complementares nesta temática, senão vejamos:

Complementação dos estudos de fauna

Os estudos de fauna referente às classes apresentadas pelo empreendedor foram analisados e considerados satisfatórios, no entanto há necessidade de complementação com a realização do levantamento da entomofauna que não foi contemplada na informação complementar original. No PCA apresentado não consta proposta de Programa de Monitoramento de Fauna para nenhum grupo, bem como nenhuma documentação para emissão da Autorização de Manejo de Fauna.

Programa de Educação Ambiental (PEA)

15. Destaque-se, inclusive, que os estudos de fauna, segundo trecho em recorte acima, *"foram analisados e considerados satisfatórios"*.

16. No que se refere à proposta de cercamento /proteção de reservas destacamos o item do ofício de informações complementares que estabeleceu a obrigação:



11. Proposta de cercamento

Considerando o acesso de animais domésticos às áreas de reserva legal em recuperação, identificados em vistoria e nos relatórios de acompanhamento apresentados, pede-se para que seja apresentada uma proposta de cercamento das áreas de reserva e APP, identificando os pontos críticos de acesso de animais.

17. GERDAU apresentou proposta alternativa de cumprimento da obrigação que foi de plano rechaçada pela SUPRAM NM, conforme se detalhará adiante.

18. Finalmente, quanto ao Programa de Educação Ambiental a obrigação foi imposta no item 9 do ofício, senão vejamos:

9. Programa de Educação Ambiental (PEA)

Apresentar novo PEA conforme diretrizes da Deliberação Normativa 214 de 26 de abril de 2017, conforme determinado pelo §1º do artigo 14º da referida norma.

19. Argumenta-se que no estudo protocolizado perante a SUPRAM NM nenhuma justificativa foi apresentada para a elaboração de um PEA "conjunto" envolvendo outros processos de licenciamento ambiental, diversos do licenciamento de REVLO objeto do arquivamento.

20. O Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSP) também teria sido considerado insatisfatório.

21. A sugestão de arquivamento foi acatada sem ressalvas pelo Ilmo. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Unidade que assinou o ato de arquivamento, aderindo aos fundamentos expostos na papeleta.

22. Ocorre que, conforme se exporá, o ato de arquivamento está assentado sobre premissas equivocadas, merecendo revisão por este d. Colegiado, na hipótese de não ser reconsiderada a decisão pela instância *a quo*.

III – Das razões recursais

III.1 – Da ausência de correspondência entre a decisão da autoridade



administrativa e o ato que lhe dá suporte. Desnecessidade de impugnação específica da do suposto descumprimento de condicionantes.

23. Como visto, no parecer técnico alinharam-se diversos argumentos que deveriam, segundo juízo do analista ambiental, levar ao arquivamento do processo de REVLO nº 3621/2005/007/2015.

24. Em meio às informações complementares reputadas insatisfatórias, foram ainda analisados os cumprimentos de condicionantes atrelados às licenças de operação em revalidação, especialmente as condicionantes nº 3, 4 e 5 do processo 3621/2005/002/2009 e a condicionante nº 2 do processo 3621/2005/005/2014.

25. Ocorre que a decisão proferida pelo Superintendente Regional – ato de arquivamento (doc. 8) – não foi motivada pelo suposto descumprimento de condicionantes e tal fato, por si só, já afastaria a necessidade de se impugnar essa informação que está lançada no parecer técnico que lastreia a decisão administrativa do Superintendente Regional.

26. GERDAU não só cumpriu as referidas condicionantes, como de fato ainda cumpre aquelas cuja execução é diferida no tempo. Porém não é esta a questão. O que motiva o presente recurso é o ato injusto e arbitrário de arquivamento do processo de licenciamento ambiental que tem, por expressa disposição normativa, hipóteses de cabimento:

Decreto estadual nº 47.383/18

Art. 33 – O processo de licenciamento ambiental ou de autorização para intervenção ambiental será arquivado:

I – a requerimento do empreendedor;

II – quando o empreendedor deixar de apresentar a complementação de informações de que trata o art. 23 ou a certidão a que se refere o art. 18;

III – quando o empreendedor não efetuar, a tempo e modo, o pagamento das despesas de regularização ambiental;



IV – quando o empreendedor não apresentar a manifestação dos órgãos e entidades públicas intervenientes, somente no caso em que essa for exigida para prosseguimento do processo de licenciamento ambiental, nos termos do § 4º do art. 26.

27. Como se vê, a via do arquivamento não poderia ser adotada caso houvesse descumprimento de condicionantes, o que não é o caso!

28. Pelo exposto, e ante a clara incongruência entre o parecer técnico e a decisão de arquivamento que o toma por fundamento, o suposto descumprimento de condicionantes deixa de ser impugnado especificamente neste recurso.

III.2 – Do cumprimento satisfatório das informações complementares – necessária revisão do ato de arquivamento.

III.2.1 – Das divergências quanto ao levantamento de espécies exóticas em área de reserva legal

29. Como anteriormente exposto, entendeu o analista autor do parecer técnico, que existiria quantidade grande de espécies exóticas e que tal fato se daria em decorrência da metodologia adotada para levantamento de espécies que *“deveria ter sido estratificado, agrupando espacialmente as áreas com maior presença da espécie em vez de utilizar como base os talhões antigos, que não refletem a realidade atual já que a rebrota do eucalipto não foi uniforme”*.

30. Ocorre que à época da realização do levantamento foram feitas consultas às referências normativas para se definir a metodologia de medição, uma vez que no item 2 do ofício de informações complementares, citado acima, não havia qualquer direcionamento acerca da metodologia para a sua realização.

31. Assim, não tendo sido encontradas referências normativas, ou qualquer direcionamento da SUPRAM NM, adotou-se no estudo a identificação dos indivíduos de eucalipto nas áreas de reserva legal por meio de imagens de uma Aeronave Remotamente Pilotada (RPA) e cálculo da densidade, observando-se os seguintes critérios:



- Identificação visual dos indivíduos nas áreas de estudo, avaliando o formato das copas dos eucaliptos nas ortofotos geradas. Isso se torna possível pois os indivíduos exóticos apresentam um formato mais regular quando comparado a indivíduos nativos do cerrado;
- Concomitante à análise de forma, foram também realizadas mudanças de tonalidades nas imagens com combinações de bandas e alteração de brilho. Neste processo são obtidos resultados em que os brilhos dos indivíduos exóticos se destacam de forma mais regular que indivíduos nativos do cerrado;
- Para destacar os parâmetros referentes ao crescimento superior dos indivíduos exóticos quando comparado aos indivíduos nativos do cerrado, foi realizada uma avaliação por meio das alturas. Neste processo foram comparados os Modelo Digital de Superfície com o Modelo Digital do Terreno. Desta forma, nos locais onde se destacaram valores pontuais na área de estudo com observações onde a diferença nos modelos foi superior a 5 metros de altura representaria uma potencial ocorrência de indivíduo exótico.
- Por fim, para avaliar se os pontos apresentavam padrões de distribuição dos antigos plantios, foram realizadas avaliações das linhas de plantio e espaçamento dos indivíduos nas imagens da base histórica de imagens do Google Earth, sendo perceptivo em alguns pontos as linhas dos antigos plantios em função da continuidade espacial dos indivíduos.

32. Desta forma, para o tratamento das informações seria necessária a utilização de algum critério espacial, o que foi feito a partir dos limites dos antigos talhões a fim de facilitar a operacionalização das ações necessárias em caso de remoção/recuperação destas áreas.

33. A área apresentada nas imagens 4 e 5 do parecer técnico são as mesmas apresentadas no estudo como de alta densidade dentro da faixa de 40 a 50 indivíduos/ha, como mostram as figuras abaixo. Como essas áreas foram classificadas na faixa mais alta de densidade de eucalipto, não haverá prejuízo em campo, já que elas estão contempladas no PTRF e haverá a supressão dos indivíduos de eucalipto.

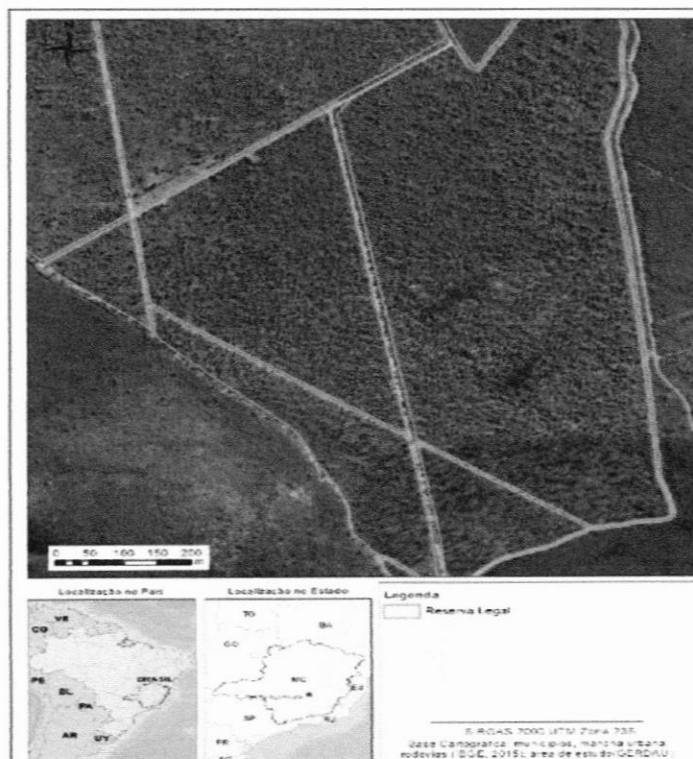


Figura 1 – Imagem obtida com o uso de RPA das áreas apresentadas nas Figuras 4 e 5 do ofício SUPRAM NM 3962/2019.

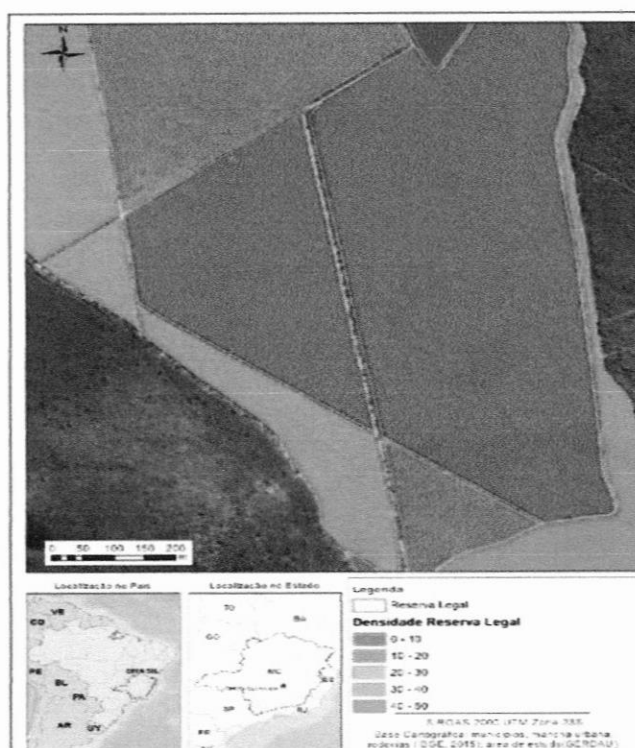


Figura 2 – Classificação das áreas apresentadas nas Figuras 4 e 5 do ofício SUPRAM NM 3962/2019.



34. Houve uma revisão nos demais pontos considerados no levantamento apresentado em atendimento às informações complementares, e verificou-se que os talhões 31, 34 e 38 apresentam uma densidade real maior do que o apresentado no estudo (

35.

36. **Figura 3)**, que pode ser justificada principalmente, por inconsistências no critério relacionado à altura. Ressalta-se que estes talhões poderão ser incluídos no PTRF e correspondem a uma área de 47,3853 ha dentro das Reservas Legais, que totalizam 980,8495ha. Esse montante representa menos de 5% da área de estudo atendendo assim as exigências de avaliação da qualidade dos produtos cartográficos da Norma da Especificação Técnica para Controle e Qualidade de Dados Geoespaciais (ET-CQDG – 1ª Edição 2016, p. 65), que determina um erro máximo de 10%.

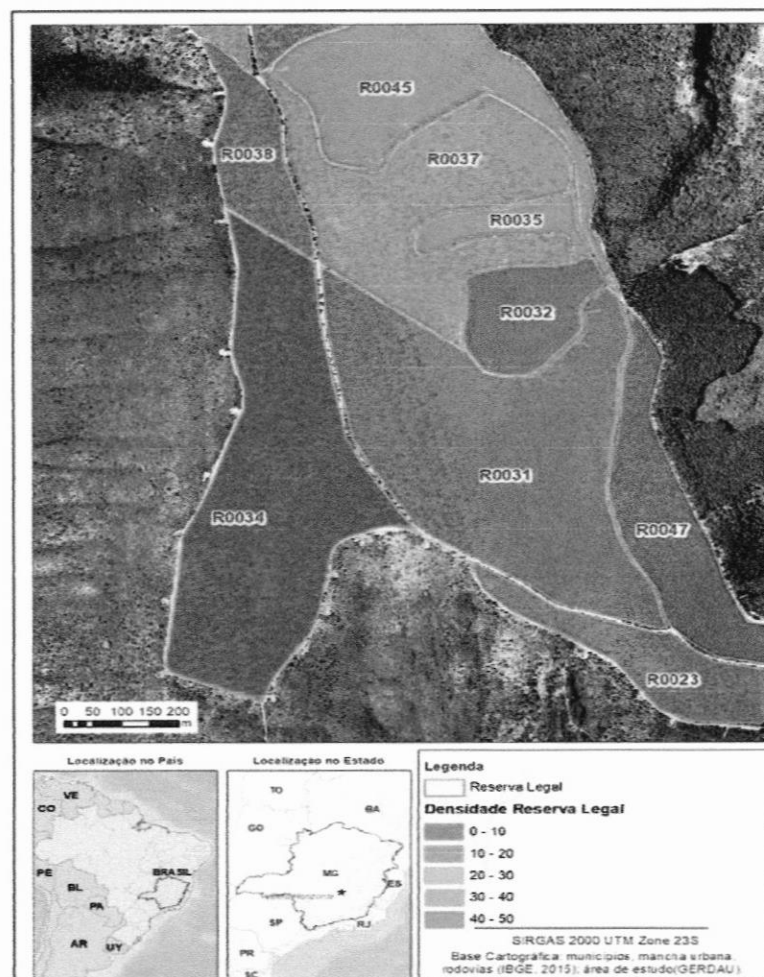


Figura 3 – Classificação dos talhões 31, 34 e 38, que apresentaram inconsistência.



37. Do exposto, percebe-se que a metodologia adotada por GERDAU para a realização do levantamento de espécies exóticas em área de reserva legal pode e deve ser considerado satisfatório.

38. Ademais, ainda que assim não fosse, a informação complementar solicitada no item 2 do ofício de encaminhamento não trouxe ou definiu a metodologia que deveria ser aplicada *in casu*, motivo pelo qual, a identificação posterior, já no parecer técnico e com promoção de arquivamento, fere os direitos de GERDAU de reapresentar as informações nos termos solicitados, tornando o ato de arquivamento desproporcional e ilegal.

39. Há claro malferimento do direito de defesa e manifestação de GERDAU nos autos do processo administrativo, ferindo de morte a garantia constitucional do devido processo legal, estabelecida no art. 5º, LIV da CRFB/88.

40. Pelo exposto, a decisão de arquivamento neste aspecto deve ser revista, sendo o que desde já se requer.

III.2.2 – Da satisfatoriedade das propostas de recuperação das APPs de bordas de chapada

41. Como visto, muito embora o levantamento das bordas de chapada e delimitação das suas APPs tenham sido considerados satisfatórios pelo órgão ambiental, a proposta de recuperação das áreas apresentadas por GERDAU não o foram.

42. Segundo juízo dos analistas da SUPRAM *“os trechos de estrada deveriam ser recuperados, salvo aqueles para os quais não houvesse alternativa locacional ou aqueles em que o afastamento da estrada implicasse em remoção de vegetação nativa.”*

43. Ocorre que, como explanado por GERDAU quando da apresentação de resposta ao ofício de informações complementares, a proposta de manutenção de acessos foi apresentada e justificada para aqueles acessos que se encontram em divisa de propriedade e, por esse motivo, não é possível fechá-los, sob pena de, assim procedendo, GERDAU encravar o prédio vizinho, afetando direito de terceiro.



44. A matéria – direito de vizinhança e servidões – é extensamente regulada no Código Civil, e, certamente, seria oposta à GERDAU caso a mesma obstaculizasse as estradas de acesso entre propriedades limítrofes.

45. Por outro lado, para os acessos que se verificam entre talhões, foi proposta a recuperação, através da técnica de condução da regeneração natural, o que é plenamente compatível com o que foi solicitado em sede de informações complementares.

46. As propostas apresentadas por GERDAU estão plenamente de acordo com a legislação florestal e com a melhor técnica, não sendo crível que o juízo meramente solipsista do analista ambiental prevaleça na presente situação e determine o arquivamento de um processo de revalidação que tramita por extensos 4 anos!

47. Por todo o exposto, pugna GERDAU pelo reconhecimento da satisfatoriedade desta informação complementar, afastando-se, assim, a inconsistência motivadora do arquivamento.

III.2.3 – Da entrega equivocada de outro boletim de ocorrência. Informação complementar que não tem o condão de determinar o arquivamento do processo

48. GERDAU foi instada a apresentar, conforme item 10 do Ofício de informações, boletim de ocorrência que havia afirmado possuir e que comprovaria que a intervenção ambiental identificada em sua propriedade decorreria da invasão de seu terreno por terceiro.

49. O BO foi apresentado e se constatou que as coordenadas do local da intervenção, registradas no BO, divergiam amplamente do local fiscalizado pelos agentes do Estado.

50. GERDAU reconhece que o BO apresentada refere-se à outra área que não aquela referida pelos agentes de fiscalização. Mas desse fato NÃO PODERIA DECORRER a afirmação de inconsistência no cumprimento de informação complementar capaz de acarretar no arquivamento de seu processo.

51. Ora, se o BO não comprova que a intervenção foi realizada por terceiro, o que no caso não procede, já que a área fiscalizada foi, de fato, intervinda por vizinho que se autônoma



proprietário, o máximo que se poderia esperar dessa situação seria a lavratura de um auto de infração pela intervenção irregular. O que, inclusive, aconteceu!

52. Mas o que não pode ocorrer, porque é ilógico, desarrazoado, desproporcional e sem propósito, é o arquivamento do processo de revalidação, sob esse argumento.

53. A exigência de apresentação de um boletim de ocorrência sequer deveria poder ser realizada por intermédio de informações complementares, já que não agrega ao procedimento de licenciamento ambiental qualquer informação útil e necessária à sua instrução e conclusão.

54. Se a dúvida da SUPRAM girava em torno do cometimento de uma infração ambiental, que fosse instaurado procedimento próprio.

55. O arquivamento do processo fundado na inconsistência do BO é desproporcional e deve ser revista por esta autoridade julgadora.

III.2.4 – Da ausência de previsão no ofício nº 3221/2018 de complementação dos estudos de fauna

56. O parecer técnico que sugeriu o arquivamento do processo é taxativo ao afirmar que “os estudos de fauna referentes às classes apresentadas pelo empreendedor **foram analisados e considerados satisfatórios (...)**”.

57. O mesmo parecer, lavrado um ano mais tarde ao Ofício nº 3221/2018, estabeleceu, entretanto, outra e nova obrigação que GERDAU, em razão da tramitação do parecer ao Superintendente e deste à publicação de decisão, sequer teve condições de tomar conhecimento e, eventualmente, atender.

58. O parecer técnico afirma que “há necessidade de complementação com a realização do levantamento da entomofauna **que não foi contemplada na informação complementar original.**”

59. Ora, se o levantamento de entomofauna não foi contemplado na informação complementar original, como pode o processo de REVLO da GERDAU ser arquivado ao fundamento de informações complementares insatisfatórias??



60. Há clara conduta contraditória da Administração Ambiental não só perniciososa, mas extremamente prejudicial à empresa, na medida em que determina o arquivamento de um processo oneroso, mas vital para as suas atividades.

61. Trata-se, como se pode ver, de mais uma incongruência da análise processual que deve ser rechaçada para se manter em tramitação o requerimento de revalidação de licença, sendo o que desde já se requer.

III.2.5 – Da proposta de cercamento de áreas de reserva legal e APPs

62. GERDAU, conhecendo a propriedade onde desenvolve suas atividades, bem como as comunidades locais com as quais interage, informou à SUPRAM que a proposta de cercamento de áreas de RL e APP seria inócua devido às constantes violações de cerca para passagem de animais.

63. Caso viesse a realizar o cercamento, como pedido em complementação de informações, constantes seriam as violações e inefetiva seria a medida. Por esse motivo, alternativamente e em diálogo transparente com o órgão ambiental, sugeriu, em detrimento do cercamento, que fosse realizado um trabalho de conscientização com a vizinhança, partindo da premissa que instruir e orientar é sempre melhor do que punir.

64. Ocorre que a SUPRAM, sumariamente, informando tratar-se de um processo instruído com EIA/RIMA e que, por isso, necessariamente deveria contar com um programa de educação ambiental (PEA), negou, por intermédio do ato de arquivamento, a alternativa aventada.

65. Aqui, não diferentemente do que se verificou nos tópicos precedentes, a Administração Ambiental simplesmente olvidou os direitos mais basilares da empresa que deveriam ser garantidos em um processo administrativo, como é o caso do contraditório e da ampla defesa, previstos no já referido art. 5º LIV da CRFB 88.

66. Não se pode negar que uma decisão que viola direitos e garantias constitucionais é amplamente ilegal e padece, portanto, de insanável nulidade, devendo ser revista integralmente!

III.2.5 – Do Programa de Educação Ambiental



67. Preliminarmente, neste tópico, deve-se salientar que o processo de adequação das empresas à Deliberação Normativa COPAM nº 214, de 26 de abril de 2017 não foi realizado sem ranhuras. Esse processo gerou dúvidas e questionamentos, bem como entendimentos diversos, tanto por parte dos empreendedores, quanto por parte dos analistas e técnicos do próprio órgão ambiental, uma vez que as novas disposições acerca da educação ambiental foram ampliativas e bem diversas daquelas previstas na DN COPAM nº 110/07.

68. As dúvidas e divergências anotadas acabaram por provocar a edição da Instrução de Serviço SISEMA nº 04 de 2018 que visava esclarecer os "procedimentos para elaboração, análise e acompanhamento dos programas de educação ambiental exigíveis nos processos administrativos de licenciamento ambiental".

69. A referida IS é posterior às complementações de informação solicitadas à GERDAU o que, de antemão, revela que o cenário e contexto de incertezas e dúvidas.

70. Feitas essas considerações preliminares, passa-se a análise dos pontos que teriam sido insatisfatoriamente atendidos.

71. De acordo com o parecer nº 93/2019, a AID não foi definida de acordo com os impactos do empreendimento e o estudo foi apresentado em conjunto para todas as fazendas, sem que fosse feita justificativa para tal. Destaca-se no parecer que existem dois processos de licenciamento, um para as fazendas Riachos dos Porcos e Vale das Embaúbas I e II e outro para as Fazendas cercado de Cima e de Baixo.

72. Tanto a DN COPAM nº 214/2017, quanto a IS 04/2018 apontam para a possibilidade de elaboração e execução dos Programas de Educação Ambiental de forma integrada, somando forças e possibilitando sinergias. Neste sentido, o PEA apresentado mostra-se adequado e em consonância com as determinações normativas.

73. Em relação às Áreas de Influência Direta, informa-se que não foram consideradas as comunidades do entorno de cada um dos empreendimentos. Neste sentido, cumpre dizer que o processo de mobilização e reconhecimento de campo foi realizado nas comunidades onde havia sido identificadas associações comunitárias ou de moradores, sendo consideradas as informações repassadas pelos representantes dessas associações para análise das visitas posteriores.



74. É importante destacar que a dinâmica populacional da região enquadra a maior parte dos moradores no que o IBGE define como povoados ou outros aglomerados rurais isolados, que são caracterizados por contarem com número de casas inferior a 50 e menos de 250 moradores.

75. De acordo com as informações obtidas em campo com os *stakeholders* entrevistados e com o reconhecimento realizado pela equipe de campo, a maior parte da região (excetuando-se as comunidades visitadas e onde ocorreram as entrevistas com lideranças) possui ocupação humana espaçada, formada por pequenos aglomerados de casas.

76. Ainda assim os moradores desses povoados ou aglomerados foram mobilizados e participaram do diagnóstico nas comunidades que contavam com o mínimo de estrutura para a realização da atividade, tendo sido disponibilizado transporte pelo empreendedor. As informações da atividade de mobilização estão apresentadas no Quadro 1, abaixo. As comunidades atendidas por cada reunião de DSP bem como o número de participantes de cada reunião estão apresentados no Quadro 2. Destaca-se que os DSPs realizados na região de Rio Pardo de Minas atingiram 248 pessoas, um quantitativo que não pode ser desconsiderado.

Fazenda	Entidade	Comunidade	Entrevistado	Função	Contato
Riacho do Porcos	Associação Comunitária dos Moreiras	Moreiras	Vitor Maria do Carmo	Presidente Vice-presidente	(38) 99199-2694 (38) 99868-4912
	Associação Comunitária dos Pequenos Proprietários Rurais de Bomfim II	Bomfim II	José Milton Ribeiro	Diretoria	(38) 99996-0227 Elson-Presidente
	Associação Comunitária dos Pequenos Proprietários Rurais Fazenda Pintado	Pintado	Denilson Nascimento de Sá	Presidente	(38) 99932-5556
	Associação dos moradores de Brejinho e São Camilo	Brejinho	Jovanito Dias dos Santos	Diretoria	
Vale das Embaúbas I	Associação Comunitária de Bonito	Bonito	Antônio Pereira dos Santos	Presidente	(38) 99135-8062
Vale das Embaúbas II	Associação Comunitária de Água Boa	Água Boa II	Alda Ribeiro Araújo	Presidente	(38) 99139-7152
Cercado de Baixo	Associação Comunitária de Aurora	Aurora	Clea Márcia Evangelista	Presidente	(38) 99231-7038



Fazenda	Entidade	Comunidade	Entrevistado	Função	Contato
Cercado de Cima	Associação Comunitária da Rocinha	Rocinha	Anderson Barbosa da Cruz	Presidente	(38) 99122-0743 (38) 99117-9245 (wapp)
	Associação Comunitária do Gênio	Gênio	Geralda Ferreira Serva	Diretoria	(38) 99138-5652 (38) 99167-3317 Presidente

Quadro 1 – Listagem de entrevistados durante a atividade de mobilização

Fazenda	Data/Hora	Local de realização	Comunidades Participantes	Nº de participantes
Fazenda Riacho dos Porcos	25/10 - 18h	Moreiras	Moreiras	16
	23/10 - 18h	Bomfim	Pintado, São Camilo, Brejinho	53
Fazenda Cercado de Baixo e de Cima	23/10 - 19h	Aurora	Rocinha, Gênio e Prata	89
Fazenda Vale das Embaúbas	24/10 - 18h	Bonito	Estiva, Santa Cruz, Passagem do Meio e Jaguaripe	30
	24/10 - 18h	Água Boa	Fetal, Corisco, Cambaio, Atoleiro	60
TOTAL DE PARTICIPANTES				248

Quadro 2 – Listagem das comunidades participantes do DSP, por fazenda

77. Deve-se considerar, portanto, que o DSP foi realizado em cada uma de suas áreas de influência, sendo consideradas as relações entre as comunidades e aglomerados rurais para a realização de reuniões em conjunto, inclusive com o fornecimento de transporte pelo empreendedor, facilitando e incentivando a participação dos comunitários.



78. De acordo com a avaliação da SUPRAM NM, a atividade de mobilização foi insatisfatória por ter sido realizada através da aplicação de questionários semiestruturados junto às principais lideranças das comunidades. Neste sentido, cabe destacar que as normas não abarcam os procedimentos necessários para o processo de mobilização. A conversa inicial com as lideranças comunitárias é importante para conhecer o território, escutar os representantes dos moradores e preparar a equipe técnica para os pontos que poderão surgir durante a atividade de diagnóstico.

79. Assim, a aplicação dos questionários semiestruturados pode ser encarado como um pré-diagnóstico.

80. A conversa com as lideranças teve também como objetivo a avaliação das melhores datas e horários para a realização da atividade, bem como a definição do local e da logística de transporte a ser fornecido para as comunidades que se encontravam mais afastadas do local definido para o DSP.

81. O contato prévio também era importante para a consolidação da parceria entre empresa e comunidade, já que as lideranças foram fundamentais na mobilização do restante da comunidade que, deve-se destacar, foi feito também com a fixação de cartazes em locais frequentados pelos moradores com as informações relacionadas ao evento.

82. Por fim, e não menos importante, deve-se destacar que se o processo de mobilização não tivesse sido satisfatório, não haveria o comparecimento massivo da comunidade às reuniões.

83. De acordo com o parecer, a devolutiva foi realizada apenas com lideranças, sem envolver as comunidades interessadas. No entanto, a reunião foi agendada na sede do município considerando duas questões principais: i) o alinhamento de temática em todas as comunidades, relacionado à escassez de água e as dificuldades que a falta do recurso causa à agricultura; e ii) atendimento logístico.

84. Neste sentido foram convidados representantes de instituições locais e os moradores das comunidades, totalizando 75 pessoas presentes, sendo 49 das comunidades atendidas e 26 representantes de diversas instituições que poderiam potencializar e apoiar as ações do PEA. A lista de presença encontra-se em anexo a este documento.

85. Quanto ao público externo, o parecer informa que a metodologia foi considerada insatisfatória e apresentou-se inconsistente com o DSP, sem esclarecer quais pontos teriam deixado



de atender às normas. É preciso destacar que o projeto está aderente às demandas comunitárias, voltadas para a escassez de água, secamento de nascentes e as dificuldades que tal contexto provoca na agricultura local.

86. Por todos os ângulos em que se examina a questão, resta claro e notório que o PEA seguiu as diretrizes normativas vigentes e, em meio às dúvidas sobre a adequada condução dos novos procedimentos estabelecidos, deve ser considerado satisfatório, sobretudo por que alcançou seu público-alvo.

87. Aqui, como nos demais tópicos, mostra-se que as informações complementares apresentadas são amplamente satisfatórias e, por esse motivo, a decisão de arquivamento deve ser revista.

IV – Conclusão e pedidos

88. Pelas razões de fato e de direito expostas, GERDAU AÇOS LONGOS S.A requer que o presente recurso seja conhecido e provido para:

- a) que a autoridade prolatora da decisão de arquivamento reconsidere a sua decisão;
- b) não sendo reconsiderada a decisão, que a instância julgadora competente reforme a decisão do Superintendente Regional de Meio Ambiental da SUPRAM NM, que determinou o arquivamento do processo REVLO 3621/2005/007/2015, ante a integral e satisfatória apresentação das informações complementares aviadas através do OF. Nº 3221/2018;

89. Para todos os fins legais e processuais, sob pena de nulidade, requer que as intimações, comunicações e notificações relativas ao presente recurso e processo administrativo correlato sejam remetidas, via postal, em nome exclusivo da Gerdau Aços Longos S.A, para o endereço da Rua Dr. José Maria Lacerda, nº 1340, Cidade Industrial, Contagem/MG, CEP 32.210-120.



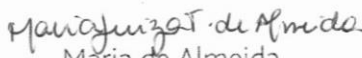
90. Protesta provar os fatos alegados por todos os meios legalmente admissíveis e requer, desde já, a juntada dos documentos em anexo. Protesta, ainda, neste ato, pela juntada de outros documentos até que o processo administrativo seja remetido à autoridade julgadora.

Pede deferimento.

Belo Horizonte, 2 de dezembro de 2019

Marcelo Azevedo
OAB/MG 130.790


Bruno Malta
OAB/MG 96.863


Mária de Almeida
OAB/MG 186.307


Bianca Barbosa
OAB/MG 197.142



LISTA DE DOCUMENTOS

Doc.1 – Cartão CNPJ

Doc.2 – Atos constitutivos

Doc.3 – Procuração

Doc. 4 – Extrato de publicação da decisão de arquivamento – 02/11

Doc. 5 – Comprovante de pagamento de taxa de expediente

Doc. 6 – Parecer técnico Supram NM - papelleta de despacho nº 93/2019

Doc 7 - Ofício nº 3221/2018 – Supram NM

Doc. 8 – Ato de arquivamento



WILLIAM FREIRE
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Doc.1 – Cartão CNPJ

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 07.358.761/0124-18 FILIAL	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 25/01/2010
NOME EMPRESARIAL GERDAU ACOS LONGOS S.A.			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 02.10-1-01 - Cultivo de eucalipto			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 02.10-1-08 - Produção de carvão vegetal - florestas plantadas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada			
LOGRADOURO ESTM RIO PARDO DE MINAS/VARGEM GRANDE DO RIO PARDO, KM 18	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO : FAZENDA VALE DAS ; : EMBAUBAS.;	
CEP 39.530-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO RIO PARDO DE MINAS	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO LUCIA.VARGAS@GERDAU.COM.BR		TELEFONE (51) 3450-7665	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 25/01/2010	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **02/12/2019** às **17:06:31** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)



WILLIAM FREIRE
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Doc.2 – Atos constitutivos



Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio

00-2017/149449-0

JUCERJA

3330027581-9

GERDAU ACOS LONGOS S/A

04 mai 2017 14:43

Guia: 102295720

Atos: 304

HASH: M17051494490Q

Junta - Calculado: 554,00 Pago: 554,00

DNRC - Calculado: 21,00 Pago: 21,00

Cumprir a exigência no

mesmo local da entrada.

ULT. ARQ.: 00003032603 25/04/2017 306

NIRE (da sede ou da filial, quando a sede for em outra UF)
333 00 27 5819

CODIGO DA NATUREZA JURIDICA
205.4

Nº DE AUXILIO

(Vide Tabela 1)

1 - REQUERIMENTO

ILMº SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ES

NOME: GERDAU ACOS LONGOS S/A

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome: GERDAU ACOS LONGOS S/A

Nire: 33.30027581-9

Protocolo: 00-2017/149449-0 - 04/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM DATA ABAIXO.

05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NÚMERO

00003036681

DATA: 05/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
SECRETÁRIO GERAL

TABELIONATO DE NOTAS DE PORTO ALEGRE
Rua Gen. Câmara, 388 - Centro - CEP: 91100-250 Fone: (51) 3221.5226
JACY FRANTZ MUNZINGER - Tabelião
Reconhecido por AUTENTICIDADE a firma de OTAVIO AUGUSTO TROIS DE MIRANDA por GERDAU ACOS LONGOS S/A, Porto Alegre, 25 de abril de 2017
Em Testemunho da Verdade
Sandro Frantz Munzinger - Escrevente Autorizado
Involuntários: R\$ 4,50 + Selo digital: R\$ 1,40 - ID: 43:11 1680527-30872 182

D323.258

ATO

GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA (2017/47)

212	CUCILAU DE DIRETORIA

(Vide instruções de preenchimento e Tabela 2)

PORTO ALEGRE

Local

24/04/2017

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: OTAVIO AUGUSTO TROIS DE MIRANDA

Assinatura:

Telefone de contato: (51) 8323 2371

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em ordem.
À decisão.

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência.
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e arquivar-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência.
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☒ Processo deferido. Publique-se e arquivar-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Rubens Branco da Silva
Vogal - JUCERJA
Id. Funcional: 4403234-5
Presidente da Turma

Marcelo Antonio de O. Simão
Vogal
Id. Funcional: 5071780-4
Vogal

Renato Mansur
Vogal - JUCERJA
Id. Funcional: 5075825-0
Vogal

OBSERVAÇÕES:

Th 02/55-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A

Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

136

GERDAU AÇOS LONGOS S.A.
CNPJ nº 07.358.761/0001-69
NIRE nº 33300275819

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS, CUMULATIVAMENTE, NA SEDE SOCIAL, NO RIO DE JANEIRO-RJ, NA AV. JOÃO XXIII, 6.777, SANTA CRUZ, ÀS 16h00min, DO DIA 20 DE ABRIL 2017.

1. As demonstrações financeiras foram publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (páginas 22 a 27) e no Valor Econômico Edição Regional Rio de Janeiro (páginas E13 a E16), no dia 17/03/2017 e as assembleias foram convocadas através de editais publicados nos dias 11; 12; e 17 de abril de 2017, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (páginas 32; 40; e 87, respectivamente) e nos dias 11; 12; e 13 de abril de 2017, no Valor Econômico Edição Regional Rio de Janeiro (páginas E-3; E-3; e E-5, respectivamente), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de resultados; 3. Eleger os membros da Diretoria, indicar os membros do Comitê Executivo e fixar a remuneração dos Administradores; 4. Deliberar sobre os jornais que veicularão as publicações da Sociedade, previstas na Lei nº 6.404/76; 5. Ratificar a relação de imóveis constante do Anexo II da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28/03/2013; e 6. Consolidar o Estatuto Social, face às alterações procedidas anteriormente.
2. Estavam presentes acionistas representando mais de dois terços do capital social com direito a voto, bem como o representante dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, Adriano Machado, inscrito no CRC PR-042584/0-7. Os trabalhos foram abertos pelo Diretor Harley Lorentz Scardoelli que, eleito para presidi-los, convidou a mim, Otávio Augusto Trois de Miranda, para secretário.
3. A Assembleia Geral Ordinária, por unanimidade, deixando de votar os legalmente impedidos, deliberou tomar as seguintes resoluções:

"RESOLUÇÃO Nº 47/2017-AGO:

A Assembleia Geral Ordinária da Gerdau Aços Longos S.A. resolve aprovar as contas do exercício social findo em 31/12/2016 e as respectivas demonstrações financeiras."

"RESOLUÇÃO Nº 48/2017-AGO:

A Assembleia Geral Ordinária da Gerdau Aços Longos S.A. resolve aprovar a proposta da administração de absorver integralmente os prejuízos verificados no exercício findo em 31/12/2016, no valor de R\$ 548.615.654,05, utilizando o saldo existente na conta de Reserva para Investimentos e Capital de Giro, no valor de R\$ 403.327.967,56, e parcialmente o saldo existente na conta de Reserva Legal, no valor de R\$ 145.287.686,49. Em razão dos prejuízos, não serão distribuídos dividendos aos acionistas."

"RESOLUÇÃO Nº 49/2017-AGO:

A Assembleia Geral Ordinária da Gerdau Aços Longos S.A., nos termos do art. 6º, § único do Estatuto Social, determinou a eleição dos seguintes membros da Diretoria, com mandato até a



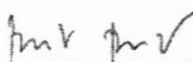
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Assembleia Geral Ordinária de 2018: **Diretor Presidente:** ANDRÉ BIER GERDAU JOHANNPETER, brasileiro, natural de Porto Alegre, RS, casado em regime de separação total de bens, administrador de empresas, domiciliado em Porto Alegre, RS, na Av. Farrapos, 1811, Bairro Floresta, CEP 90220-005, portador da CI/SSP-RS 6002167903 e CPF 404.841.220-53; **Diretores Vice-Presidentes:** CLAUDIO JOHANNPETER, brasileiro, natural de Porto Alegre, RS, separado judicialmente, engenheiro, domiciliado em Porto Alegre, RS, na Travessa Azevedo, 5, Bairro Floresta, CEP 90220-200, portador da CI/SSP-RS nº 3002596629 e CPF nº 404.840.330-34; GUILHERME CHAGAS GERDAU JOHANNPETER, brasileiro, natural de Porto Alegre, RS, casado em regime de separação total de bens, advogado, domiciliado em Porto Alegre, RS, na Rua Luciana de Abreu, 471/802, Bairro Moinhos de Vento, CEP 90570-060, portador da CI/SSP-RS nº 1024145052 e CPF nº 481.718.320-91; FRANCISCO DEPPERMAN FORTES, brasileiro, natural de Porto Alegre, RS, casado, em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, residente e domiciliado em Porto Alegre, RS, na Av. Tulio de Rose, 400, apto. 901, Torre A, Bairro Passo d'Areia, CEP 91340-110, portador da CI/SSP-RS 9016133861 e CPF 403.690.130-34; e HARLEY LORENTZ SCARDOELLI, brasileiro, natural de Porto Alegre, RS, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, residente e domiciliado na Rua Engenheiro Veríssimo de Matos, 10, apto. 601, Bairro Bela Vista, Porto Alegre, RS, CEP: 90440-180, portador da CI/SSP-RS nº 3002593238 e do CPF nº 447.421.500-15; e **Diretores:** FLADIMIR BATISTA LOPES GAUTO, brasileiro, viúvo, natural de Porto Alegre, RS, administrador de empresas, residente e domiciliado na Alameda Colômbia, 920, Residencial 2, Alphaville, Barueri, SP, CEP 06470-010, portador da CI/SJTC-RS nº 8020206317 e do CPF nº 352.524.130-53; e GUSTAVO WERNECK DA CUNHA, brasileiro, natural de Belo Horizonte, MG, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro mecânico, residente e domiciliado em São Paulo, SP, na Rua Guararapes, 2073, apto 1102-B, Torre Magenta, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, CEP 04561-004, portador da CI/SSP/MG nº 4.072.110 e do CPF nº 972.434.346-49. A Assembleia Geral Ordinária da Gerdau Aços Longos S.A., em face do que dispõe o art.9º do Estatuto Social, resolve designar o Diretor Presidente e os Diretores Vice-Presidentes, eleitos nesta data, para que, cumulativamente, integrem o Comitê Executivo da Sociedade, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2018."

"RESOLUÇÃO Nº 50/2017-AGO:

A Assembleia Geral Ordinária da Gerdau Aços Longos S.A., resolve fixar as remunerações individuais de seus administradores, obedecendo o seguinte limite global: a remuneração média individual do conjunto de administradores não pode ultrapassar, no período de até a Assembleia Geral Ordinária de 2018, o montante mensal de R\$ 500.000,00. O pagamento será feito em 12 parcelas mensais, mais uma 13ª parcela acrescida de 1/3 de seu valor.

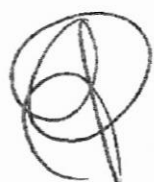
"RESOLUÇÃO Nº 51/2017-AGO:

A Assembleia Geral Ordinária da Gerdau Aços Longos S.A., resolve aprovar que as publicações previstas na Lei 6.404/76 sejam efetuadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e Jornal Valor Econômico - Caderno Regional do Rio de Janeiro."

4. A Assembleia Geral Extraordinária, por unanimidade, deixando de votar os legalmente impedidos, deliberou tomar as seguintes resoluções:

"RESOLUÇÃO Nº 17/2017-AGE:

A Assembleia Geral Extraordinária da Gerdau Aços Longos S.A., resolve re-ratificar a relação de imóveis constante do Anexo II da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28/03/2013,



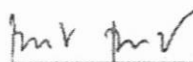
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

incluindo o seguinte imóvel: O imóvel objeto da matrícula nº 37.261, aberta no Tabelionato Aguiar de Registro de Imóveis de Dourados, MS, Livro 2, folha 1, Registro Geral, a saber: Um terreno determinado por arte do quarteirão nº 118, situado no perímetro urbano da cidade de Dourado, totalizando 1.228,7 m² de área edificada e 4.285,7m² de área de terras.

Valor contábil: R\$ 298.935,63

"RESOLUÇÃO Nº 18/2017-AGE:

A Assembléia Geral Extraordinária da Gerda Aços Longos S.A., resolve consolidar o Estatuto Social, face às alterações procedidas anteriormente, como segue: **GERDAU AÇOS LONGOS S.A. CNPJ nº 07.358.761/0001-69. NIRE Nº 33300275819. ESTATUTO SOCIAL. CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E OBJETO. Art. 1º. A GERDAU AÇOS LONGOS S.A. com sede e foro no Rio de Janeiro-RJ, na Av. João XXIII nº 6.777, Santa Cruz, CEP nº 23.565-235, é uma sociedade anônima que se rege pelo presente Estatuto e pela legislação em vigor. Art. 2º. A Sociedade tem por objeto principal a indústria e o comércio de produtos de aço e respectivas matérias-primas e subprodutos, comercialização de combustíveis sólidos, dentre eles, carvão metalúrgico, carvão térmico, antracito, coque metalúrgico, coque fundição e coque verde de petróleo, podendo ainda exercer atividades complementares destas e quaisquer outras que, direta ou indiretamente, se relacionem com o seu objeto, incluindo mineração, construção, transformação de laminados e prestação de serviços técnicos especializados, elaboração, execução e administração de projetos de florestamento e reflorestamento, bem como a exportação e importação de bens de ou para sua indústria e atividades relacionadas à produção de carvão vegetal, o transporte via rodoviária, ferroviária, marítima e ou pluvial de bens de sua indústria, as atividades portuárias fora de área de porto organizado e as de operador portuário, de que trata a Lei nº 8.630, de 25.02.93, e ainda, a geração, transmissão e comercialização de energia elétrica. § 1º. A sede social da Companhia terá o título de "GERDAU COSIGUA" e os estabelecimentos que têm por objeto principal a indústria e o comércio de produtos de aços longos terão os seguintes títulos: o situado no Estado do Rio Grande do Sul, Município de Sapucaia do Sul, "GERDAU RIOGRANDENSE"; os situados no Estado do Paraná, Municípios de Curitiba e Araucária, "GERDAU GUAÍRA"; o situado no Estado da Bahia, Município de Simões Filho, "GERDAU USIBA"; o situado no Estado do Ceará, Município de Maracanaú, "GERDAU CEARENSE"; os situados no Estado de Pernambuco, Município de Recife, "GERDAU AÇONORTE". Os estabelecimentos que têm por objeto indústria e beneficiamento de armaduras para construção civil e o comércio de produtos siderúrgicos e metalúrgicos em geral, sucata de metais, laminados de ferro e aço inclusive a importação e exportação desses produtos, localizados em todo o território nacional terão como título "GERDAU ARMAFER". Os estabelecimentos que têm por objeto a compra, beneficiamento e o comércio atacadista de sucata de metais, metálicos ferrosos e não ferrosos e de produtos de aço em geral, inclusive a importação e exportação desses produtos, em todo o território nacional terão como título "GERDAU METÁLICOS". Os estabelecimentos inscritos no CNPJ nº 07.358.761/0183-78 a 07.358.761/0285-00, localizados em todo o território nacional terão como título "COMERCIAL GERDAU". § 2º. A Companhia, respeitadas as disposições legais, pode participar de outras sociedades, no País e no exterior. Art. 3º. A duração da Companhia é por tempo indeterminado. **CAPÍTULO II - DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES. Art. 4º. O Capital Social é de R\$ 3.654.212.262,98 (três bilhões, seiscentos e cinquenta e quatro milhões, duzentos e doze mil, duzentos e sessenta e dois reais e noventa e oito centavos), dividido em 200.544.497 (duzentos milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, quatrocentas e noventa e sete) ações, sendo 200.526.235 (duzentos milhões, quinhentos e vinte e seis mil, duzentas e trinta e cinco) ações ordinárias e 18.262 (dezoito mil, duzentas e sessenta e duas) ações preferenciais, todas sem valor nominal. § 1º. As ações são todas escriturais, gozando as preferenciais dos mesmos direitos das ordinárias, exceto o de voto, e conferindo, ainda, a seus titulares, prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de****

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

liquidação da Companhia. § 2º. A Companhia poderá, mediante deliberação da Assembleia Geral, criar classes de ações preferenciais ou promover aumento de classe existente sem guardar proporção com as demais, observando o limite de metade do total das ações emitidas. § 3º. Nos aumentos de capital, por subscrição, poderá deixar de ser observada a proporcionalidade existente entre as diversas espécies e/ou classes de ações de emissão da Companhia. **CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO. SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS. Art. 5º.** A Administração da Companhia incumbe à Diretoria. § 1º. A investidura de cada um dos membros eleitos da Diretoria far-se-á mediante termo lavrado em livro próprio, independentemente de caução. § 2º. A remuneração dos membros da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral, podendo ser votada individual ou globalmente, cabendo à Assembleia Geral deliberar sobre sua distribuição. **SEÇÃO II - DIRETORIA. Art. 6º.** A Diretoria se compõe de: a) um Diretor Presidente; b) dois a dez Diretores Vice-Presidentes; e, c) um a quarenta Diretores, com ou sem designação especial. § único. Os Diretores, pessoas físicas residentes no País, serão eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de um ano. **Art. 7º.** A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, nas ocasiões por ela determinadas e, extraordinariamente, sempre que necessário ou conveniente, por convocação do Diretor Presidente ou qualquer dos Diretores Vice-Presidentes ou, ainda, por dois dentre seus membros. § 1º. As reuniões da Diretoria instalar-se-ão com a presença da maioria de seus membros, em primeira convocação. As deliberações serão tomadas por maioria de votos e constarão de atas lavradas em livro próprio. § 2º. Tanto para os fins do "quorum" de instalação quanto do "quorum" de deliberação, é admitido o voto escrito antecipado. O Presidente terá, nas reuniões, o voto de qualidade, além do seu próprio. **Art. 8º.** Compete à Diretoria praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social e a responsabilidade pela adequada execução das deliberações dos órgãos sociais. § 1º. O Diretor Presidente presidirá o Comitê Executivo e será responsável pela condução geral dos negócios, devendo voltar-se ao direcionamento estratégico da Companhia e pelo acompanhamento de seus resultados. § 2º. O Diretor Presidente será responsável pelo desenvolvimento e realização dos objetivos da Companhia e exercerá a coordenação operacional dos diversos negócios, buscando maximizar sinergias e resultados. **Art. 9º.** Os Diretores, sem prejuízo de suas funções individuais, agirão sob orientação do denominado Comitê Executivo, órgão de deliberação colegiada constituído pelo Diretor Presidente e pelos Diretores Vice-Presidentes para tanto especificamente designados pela Assembleia Geral. **Art. 10.** Incumbe ao Comitê Executivo elaborar: a) o planejamento estratégico, da Companhia, e seu respectivo plano de execução, bem como seus programas de expansão e investimentos; b) o portfólio de negócios da Companhia; c) as propostas de alterações relevantes na estrutura organizacional da Companhia. **Art. 11.** Incumbe, ainda, ao Comitê Executivo: a) estabelecer as diretrizes básicas da ação executiva dos Diretores, e zelar pelo estrito cumprimento das mesmas; b) fixar a estrutura administrativa da Companhia, obedecida a atribuição de funções dos Diretores; c) definir e sistematizar os processos e operações, aprovar suas políticas, estratégias e diretrizes, avaliando o respectivo desempenho por seus titulares, o grau de excelência alcançado e as técnicas de gestão empregadas; d) aprovar a concessão de empréstimos ou outros créditos, inclusive a colaboradores ou membros dos órgãos sociais da Companhia; e) elaborar e submeter à Assembleia Geral as políticas e práticas financeiras, mercadológica e de recursos humanos, incluindo remuneração e participação nos lucros ou resultados; f) orientar e prover a capacitação e desenvolvimento profissional aos executivos estratégicos, bem como cuidar de seus planos de sucessão; g) autorizar a participação em outras sociedades, bem como a formação de consórcio, "joint ventures" e alianças estratégicas, no Brasil e no exterior; h) elaborar os programas de expansão ou investimentos, considerando os riscos envolvidos e retornos esperados; i) autorizar a captação de recursos, contratação de empréstimos e financiamentos, no País ou no exterior, inclusive mediante a emissão de títulos e valores mobiliários, bem como a prática de atos que impliquem em alienar, mesmo fiduciariamente, ou onerar bens sociais do ativo permanente, inclusive hipotecar, empenhar, caucionar, dar em anticrese, dar aval ou fiança, confessar, renunciar a direito, transigir, acordar, estabelecer ainda, quando julgar conveniente, quais membros da Diretoria ou



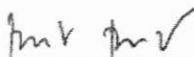
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

procuradores deverão praticar o ato autorizado; j) estabelecer critérios para a prática, pela Companhia, de atos gratuitos razoáveis em benefício dos empregados ou das comunidades de que a mesma participe, inclusive doação de bens inservíveis; k) acompanhar e controlar as atividades das empresas coligadas e controladas da Companhia; l) instruir os representantes da Companhia nas reuniões de grupo de controle e de quotistas e nas Assembléias Gerais das empresas coligadas e controladas; m) autorizar a abertura de filiais, sucursais, agências e escritórios; n) promover o intercâmbio de experiências e máxima sinergia entre os processos e operações da Companhia; o) disseminar os valores e a cultura da Companhia para todos os níveis funcionais; p) zelar e responder pela imagem institucional da Companhia; q) resolver os casos omissos. **Art. 12.** O Comitê Executivo reunir-se-á, ordinariamente, nas ocasiões por ele determinadas e extraordinariamente, sempre que necessário ou conveniente, por convocação do Diretor Presidente ou por dois dentre seus membros.

§ 1º. As reuniões do Comitê Executivo instalar-se-ão com a presença da maioria de seus membros, em primeira convocação. As deliberações serão tomadas por maioria de votos e constarão de atas lavradas em livro próprio. **§ 2º.** Cada membro do Comitê terá direito, nas reuniões, a um voto, sendo que o Diretor Presidente terá o voto de qualidade, além do seu próprio. **§ 3º.** Tanto para os fins do "quorum" de instalação quanto do "quorum" de deliberação, é admitido o voto escrito antecipado. O Presidente terá, nas reuniões, o voto de qualidade, além do seu próprio. **Art. 13.** O Comitê Executivo poderá deliberar a criação de comitês auxiliares, a serem integrados por um ou mais dentre os seus membros e ou os demais Diretores, empregados da Companhia e terceiros contratados, para promover o intercâmbio de experiências e a máxima sinergia entre as operações da Companhia, ou com o fito de coordenar, orientar, facilitar ou apoiar determinados processos ou operações. **§ único.** Os comitês assim criados encaminharão ao Comitê Executivo cópias das atas de suas reuniões e prestarão ao mesmo as informações que permitam avaliar o desempenho das suas atividades. **Art. 14.** Os Diretores, salvo casos excepcionais autorizados pelo Comitê Executivo (art. 12), exercerão seus cargos com dedicação integral de tempo e não darão aval, fiança, nem de qualquer forma garantirão dívidas de terceiros. **Art. 15.** Compete aos Diretores representar a Companhia ativa e passivamente em juízo ou fora dele, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes e as deliberações tomadas pelos órgãos sociais. **Art. 16.** Como regra geral e ressalvados os casos objeto dos parágrafos subseqüentes, a Companhia se obriga validamente sempre que representada por 2 (dois) membros quaisquer da Diretoria, ou ainda, 1 (um) membro da Diretoria e 1 (um) procurador, ou 2 (dois) procuradores, no limite dos respectivos mandatos. **§ 1º.** Os atos para cuja prática o presente Estatuto exija autorização prévia do Comitê Executivo só poderão ser praticados uma vez preenchida tal condição preliminar. **§ 2º.** A Companhia poderá ser representada por apenas 1 (um) membro da Diretoria ou 1 (um) procurador, quando se tratar de receber e dar quitação de valores que sejam devidos à Companhia, emitir e negociar, inclusive endossar e descontar, duplicatas relativas às suas vendas, bem como nos casos de correspondência que não crie obrigações para a Companhia e da prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante repartições públicas em geral, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, Junta Comercial, Justiça do Trabalho, IAPAS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outros de idêntica natureza. **§ 3º.** O Comitê Executivo poderá autorizar a prática de atos que vinculem a Companhia, por apenas um dos Diretores ou um procurador, ou ainda, pela adoção de critérios de limitação de competência, restringir, em determinados casos, a representação da Companhia a apenas um Diretor ou um procurador. **§ 4º.** Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras: a) todas as procurações terão de ser previamente aprovadas pelo Comitê Executivo, ou, então, outorgadas, em conjunto, por dois de seus membros ou por dois Diretores pelo Comitê designados; b) quando o mandato tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização do Comitê Executivo, a sua outorga ficará expressamente condicionada à obtenção dessa autorização; c) exceto nos casos de representação judicial ou similar, em que seja da essência do mandato o seu exercício até o encerramento da questão ou do processo, todas as demais procurações serão por prazo certo, não superior a um ano, e terão



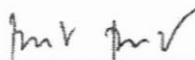
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

poderes limitados. § 5º. Serão nulos e não gerarão responsabilidades para a Companhia os atos praticados em desconformidade às regras dos parágrafos precedentes. **CAPÍTULO IV - DO CONSELHO FISCAL.** Art. 17. O Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e de suplentes em igual número, acionistas ou não, sendo instalado e eleito em assembleia-geral. § único. Se os titulares de ações preferenciais e de ações minoritárias não exercerem os direitos que a Lei lhes conferem na eleição do Conselho Fiscal, haverá, uma única votação, na qual serão eleitos todos os membros deste. Art. 18. O Conselho Fiscal considerar-se-á em exercício de funções a partir da Assembleia que o elegeu, e escolherá o seu Presidente na primeira reunião. Art. 19. O Conselho funcionará com a presença da maioria de seus membros e deliberará por maioria dos votos presentes, tendo o respectivo Presidente, além do voto pessoal, o de desempate. Art. 20. Ocorrendo impedimento, temporário ou definitivo, de um membro efetivo, o suplente será convocado pelo Presidente do Conselho Fiscal ou, sendo ele o impedido, pelo Diretor-Presidente. § 1º. Os suplentes, que não sejam os previstos no parágrafo único do Art. 27, serão chamados pela ordem em que foram eleitos. § 2º. O suplente cessará as suas funções logo que termine o impedimento do substituído. **CAPÍTULO V - DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS.** Art. 21. A Assembleia Geral, convocada e instalada na forma da lei e deste capítulo, tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia, e tomar as resoluções que julgar convenientes à defesa e ao desenvolvimento da Companhia. Art. 22. A Assembleia Geral será instalada por um Diretor, ou, na sua ausência, por um Acionista presente, sendo presidida e secretariada por Acionistas escolhidos na ocasião. § 1º. A Sociedade poderá exigir, em prazo fixado no anúncio de convocação, o depósito de comprovante de titularidade de ações, expedido pela instituição financeira depositária dos mesmos, assim como suspender, pelo mesmo período, os serviços de transferência e desdobramento de ações. § 2º. Ressalvados os casos para os quais a lei determine "quorum" qualificado, as deliberações da Assembleia serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. Art. 23. Dos trabalhos e das deliberações da Assembleia Geral serão lavradas atas em livro próprio, com os elementos, indicações, requisitos e assinaturas exigidas em lei. Art. 24. A Assembleia Geral será Ordinária ou Extraordinária conforme a matéria sobre a qual versar. A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária poderão ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, instrumentadas em ata única. Art. 25. A Assembleia Geral Ordinária deverá se realizar no prazo da lei e terá por objeto. i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; iii) eleger os membros da Diretoria e, quando for o caso, do Conselho Fiscal; **CAPÍTULO VI - DO EXERCÍCIO SOCIAL, DOS LUCROS E SUA DISTRIBUIÇÃO.** Art. 26. O exercício social se inicia a 1º de janeiro e se encerra a 31 de dezembro de cada ano. § 1º. Ao fim de cada exercício social a diretoria fará elaborar, com observância dos preceitos legais pertinentes, as seguintes demonstrações financeiras: i) Balanço Patrimonial; ii) Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; iii) Demonstração do resultado do exercício; e iv) Demonstração das origens e aplicações de recursos. § 2º. Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a diretoria apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste estatuto e na lei. Art. 27. Em cada exercício, os acionistas têm direito de receber dividendo correspondente, a pelo menos, 30% do lucro líquido, ajustado nos termos do art. 202, da Lei 6.404/76. § 1º. A Companhia poderá declarar, por deliberação da Diretoria, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento, dividendos intermediários, à conta de: a) lucro apurado em balanço semestral ou em periodicidade inferior; b) lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. § 2º. Os membros da Diretoria fazem jus a uma participação no lucro da Companhia, a ser deliberada pela Assembleia, observados os limites de Lei. É condição para o pagamento de tal participação a atribuição aos Acionistas do dividendo obrigatório a que se refere o caput deste artigo. Sempre que forem levantados balanços semestrais e com base neles forem pagos dividendos intermediários em valor ao menos igual ao percentual do



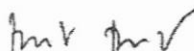
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

dividendo obrigatório sobre o lucro líquido do período, poderá ser paga, por deliberação da Diretoria, aos administradores que indicar, participação no lucro semestral, "ad referendum" da Assembleia Geral. **Art. 28.** A Assembleia Geral Ordinária, mediante proposta da Diretoria, poderá fixar, em cada ano, respeitadas as eventuais limitações da Lei, o valor a atribuir à participação dos empregados e administradores nos lucros do exercício, depois de feitas as deduções legais e estatutárias. **Art. 29.** Ao deliberar sobre a destinação do lucro líquido, a Assembleia Geral Ordinária observará as seguintes prioridades: a) 5% do referido lucro para constituição de reserva, até os limites fixados no art. 193, da Lei 6.404/76; b) a quantia necessária para distribuição de dividendo; c) o saldo para livre aplicação pela Assembleia Geral. **§ único.** A Diretoria poderá propor, e a Assembleia deliberar, deduzir do lucro líquido do exercício, uma parcela de ao menos cinco por cento para a constituição de uma Reserva para Investimentos e Capital de Giro, que obedecerá aos seguintes princípios: a) sua constituição não prejudicará o direito dos Acionistas de receber o dividendo obrigatório previsto no Art. 27, supra; b) seu saldo, em conjunto com o saldo das demais reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição em dinheiro do excesso; c) a reserva tem por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente, ou acréscimos do capital de giro, inclusive através de amortização das dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucro vinculadas ao orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado: i) na absorção de prejuízos, sempre que necessário; ii) na distribuição de dividendos, a qualquer momento; iii) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei; iv) na incorporação ao Capital Social, inclusive mediante bonificações em ações novas. **Art. 30.** Os dividendos serão pagos na forma e no prazo da Lei nos locais determinados pela Diretoria. **CAPÍTULO VII - DA LIQUIDAÇÃO. Art. 31.** A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral, cabendo a esta, em qualquer caso, estabelecer o modo de liquidação, eleger os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação e fixar-lhes a remuneração."

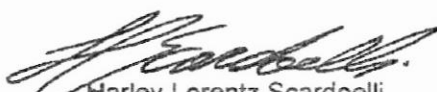
5. Nada mais foi tratado.

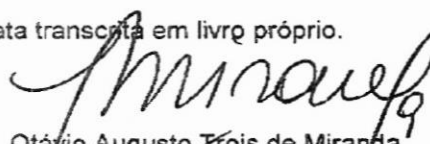
Rio de Janeiro, 20 de abril de 2017.

(Ass.) Harley Lorentz Scardoelli - Presidente. Otávio Augusto Trois de Miranda - Secretário. Acionistas: GERDAU S.A. p.p.: Otávio Augusto Trois de Miranda. Auditores Independentes: PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. p. Adriano Machado.

Declaração

Declaramos, que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio.


Harley Lorentz Scardoelli
Presidente


Otávio Augusto Trois de Miranda
Secretário e Advogado
OAB/RS nº 23.728

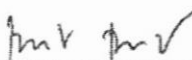
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



E108052

334

DECLARAÇÃO

Eu, **ANDRÉ BIER GERDAU JOHANNPETER**, brasileiro, natural de Porto Alegre, RS, casado em regime de separação total de bens, administrador de empresas, domiciliado em Porto Alegre, RS, na Av. Farrapos, 1811, Bairro Floresta, CEP 90220-005, portador da CI/SSP-RS nº 6002167903 e CIC nº 404.841.220-53, declaro, sob as penas da lei, que não estou impedido, por lei especial, de exercer a administração da sociedade e nem condenado ou encontrar-me sob os efeitos da condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

Porto Alegre, 20 de abril de 2017.

ANDRÉ BIER GERDAU JOHANNPETER

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger

Secretário Geral


GERDAU AÇOS LONGOS S/A

 COMANHIA ABERTA
CNPJ Nº 07.338.761/0001-69

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Gerdau Aços Longos S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, referentes ao exercício social de 2016. As vendas atingiram 3,3 milhões de toneladas no ano de 2016, volume inferior ao de 2015, principalmente pela redução dos volumes vendidos no mercado interno em função do menor nível de atividade da construção e da indústria. Por outro lado, as exportações apresentaram aumento em relação à 2015 devido às oportunidades no mercado internacional. A receita líquida de vendas alcançou R\$ 7,3 bilhões em 2016. A margem bruta (lucro bruto dividido pela receita líquida de vendas) ficou em 72% no período. A Companhia apurou um resultado líquido negativo de R\$ 548,6 milhões no ano de 2016, representando R\$ 2,74 por ação. Esse resultado negativo foi decorrente, principalmente,

do menor resultado operacional, influenciado pela perda de equivalência patrimonial. Em função desse prejuízo, a Companhia não destinou dividendos no exercício de 2016. Em 31 de dezembro de 2016, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 7,5 bilhões, representando um valor patrimonial de R\$ 37,36 por ação. Os investimentos em ativo imobilizado totalizaram R\$ 233,0 milhões no exercício. A dívida bruta da Companhia somou R\$ 1.178,5 milhões em 31 de dezembro de 2016, dos quais 18,6% eram de curto prazo e 81,4% de longo prazo. Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, representantes, instituições financeiras e órgãos governamentais pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados.

 Rio de Janeiro, 17 de março de 2017
A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO				PASSIVO			
	Nota	2016	2015		Nota	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	91.392	660.523	Fornecedores		561.933	553.263
Aplicações financeiras em títulos para negociação	4	339.440	745.990	Empréstimos e financiamentos	12	219.489	234.322
Contas a receber de clientes	5	933.612	836.932	Impostos e contribuições a recolher	14	75.510	86.481
Estoque	6	1.083.693	1.098.923	Salários a pagar		115.844	90.681
Créditos tributários	7	129.928	175.483	Provisão para passivos ambientais	18	3.027	3.475
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		33.925	47.627	Outros passivos circulantes		83.205	83.248
Outros ativos circulantes		105.273	49.944			1.059.008	1.051.470
		2.615.263	3.615.482	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
ATIVO NÃO CIRCULANTE				Empréstimos e financiamentos	12	958.998	750.840
Créditos tributários	7	20.085	24.742	Partes relacionadas	16	2.671.803	4.360.455
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	1.326.409	1.340.635	Provisão para passivos tributários, trabalhistas e civis	15	1.520.480	1.300.605
Partes relacionadas	16	66.185	62.567	Provisão para passivos ambientais	18	839	10.289
Depósitos judiciais	15	1.341.233	1.225.638	Outros passivos não circulantes		27.163	40.933
Outros ativos não circulantes		75.796	149.680			5.179.283	6.463.122
Investimentos	9	4.697.092	6.316.996	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	10	3.186.925	3.345.085	Capital social		3.654.212	3.654.212
Intangível	11	400.573	446.415	Reservas de capital		1.235.147	1.335.132
		11.114.288	12.911.708	Reservas de lucros		538.206	1.466.837
TOTAL DO ATIVO		13.730.551	16.527.190	Ajustes de avaliação patrimonial		1.564.765	2.536.417
						7.492.270	9.012.598
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.730.551	16.527.190

As notas explicativas de Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2016	2015
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	21	7.251.682	8.428.299
Custo das vendas	22	(6.732.791)	(7.565.304)
LUCRO BRUTO		519.091	862.995
Despesas com vendas	22	(329.942)	(325.844)
Despesas gerais e administrativas	22	(460.148)	(569.525)
Outras receitas operacionais	22	9.285	8.554
	22	(145.910)	(19.807)

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Fluxo de caixa da atividade operacional			
Prejuízo do exercício		(548.616)	(2.236.598)
Ajustes para reconciliar o prejuízo no fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Depreciação, exaustão e amortização	22	467.067	465.419
Resultado da equivalência patrimonial	9	516.688	350.238
Variação cambial líquida	23	(608.100)	1.470.653
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	10		743.330
Benefícios pós-emprego		9.531	19.720
Imposto de renda e contribuição social	8	14.286	(624.594)

 Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

LUCRO BRUTO	519.091	862.955
Despesas com vendas	22 (329.342)	(325.844)
Despesas gerais e administrativas	22 (460.149)	(589.525)
Outras receitas operacionais	22 9.295	8.554
Outras despesas operacionais	22 (45.910)	(19.907)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	10 -	(743.330)
Resultado da equivalência patrimonial	9 (516.588)	(350.238)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS	(824.310)	(1.157.195)
Receitas financeiras	23 153.739	236.733
Despesas financeiras	23 (471.859)	(470.077)
Variação cambial, líquida	23 608.100	(1.470.653)
PREJUÍZO ANTES DOS IMPOSTOS	(534.330)	(2.861.192)
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Corrente	8 -	(57.153)
Diferido	3 (14.286)	681.747
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(548.616)	(2.236.598)
Prejuízo por ação (em R\$) - básico e diluído	20 (2,74)	(11,15)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015
Prejuízo apurado na demonstração dos resultados	(548.616)	(2.236.598)
Valores potencialmente reclassificáveis para a demonstração dos resultados no futuro	-	-
Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira (*)	(962.228)	1.674.667
Ganhos não realizados em ativos financeiros disponíveis para venda	-	(7)
Valores potencialmente não reclassificáveis para a demonstração dos resultados no futuro	-	-
Remunerações com planos benefícios a empregados (*)	(11.203)	2.149
Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	(993.431)	1.681.809
Resultado abrangente para o exercício, líquido de impostos	(1.542.047)	(564.789)

(*) Correspondem a outros resultados abrangentes de investimento em empresa controlada e coligadas.
As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Degradação, exaustão e amortização	22 467.067	495.419
Resultado da equivalência patrimonial	9 516.588	350.238
Variação cambial, líquida	23 (608.100)	1.470.653
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	10 -	743.330
Benefícios pós-emprego	-	9.531
Imposto de renda e contribuição social	8 14.285	(524.594)
(Ganho) Perda na alienação de ativos	-	(1.588)
Provisão para risco de crédito	5 77.693	83.665
Provisão para passivos tributários, trabalhistas e cíveis	15 219.875	226.997
Receita de juros de aplicações financeiras	-	(66.103)
Despesa de juros sobre dívidas financeiras	23 82.312	58.790
Juros sobre títulos com empresas ligadas	16 252.082	354.030
(Reversão) para ajuste ao valor líquido realizável de estoque	6 (10.091)	(458)
Variação de ativos e passivos	405.040	874.114
(Aumento) Redução de contas a receber	-	(30.638)
Redução de estoques	-	25.053
(Redução) Aumento de contas a pagar	-	(28.800)
Outras contas de atividade operacional	-	(50.030)
Recebimento de dividendos	9 112.265	72.395
Aplicações financeiras de títulos para negociação	-	(2.330.934)
Pagamento de aplicações financeiras de títulos para negociação	-	2.803.587
Caixa gerado pelas atividades operacionais	907.480	1.665.030
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	-	(879.333)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(17.758)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	815.547	1.579.817
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições de imobilizado	10 (232.951)	(362.882)
Recebimento pela venda de imobilizado	-	2.743
Adições de outros ativos intangíveis	11 (33.496)	(69.703)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(263.704)	(430.594)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-	(74.513)
Empréstimos e financiamentos obtidos	-	330.131
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-	(154.735)
Financiamentos com empresas ligadas, líquido	-	(1.300.370)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(1.124.974)	(1.127.455)
(Redução) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	-	(569.131)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	660.523
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	91.392	660.523

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Incentivos Legais	Incentivos fiscais	Investimentos e capital de giro	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 01/01/2015	3.654.212	1.277.979	475.716	607.635	2.727.762	3.811.113	856.312	9.599.616
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(2.236.598)	(2.236.598)
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	1.681.809	-	1.681.809
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	1.681.809	(2.236.598)	(554.789)
Adições de reservas	-	57.153	-	-	-	-	-	57.153
Efeitos de alterações de participação em controlada e coligadas	-	-	-	-	-	4.376	-	4.376
Eleito com plano de incentivos a longo prazo	-	-	-	-	-	(6.080)	-	(6.080)
Destinações propostas à Assembleia Geral:								
Absorção de prejuízos do exercício	-	-	-	-	(2.236.598)	(2.236.598)	2.236.598	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(876.718)	(876.718)	-	(876.718)
Saldos em 31/12/2015 (Nota 19)	3.654.212	1.335.132	475.716	607.635	403.466	1.486.937	2.536.417	9.012.598
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(548.616)	(548.616)
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	993.431	-	993.431
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	993.431	(548.616)	(1.542.047)
Adições de reservas	-	15	-	-	(15)	(15)	-	-
Efeitos de alterações de participação em controlada e coligadas	-	-	-	-	-	2.240	-	2.240
Eleito com plano de incentivos a longo prazo	-	-	-	143	(143)	19.479	-	19.479
Destinações propostas à Assembleia Geral:								
Absorção de prejuízos do exercício	-	-	(145.288)	-	(403.322)	(548.616)	548.616	-
Saldos em 31/12/2016 (Nota 19)	3.654.212	1.335.147	330.428	607.778	-	938.206	1.964.705	7492.270

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

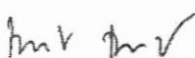
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



GERDAU AÇOS LONGOS S.A.

COMPARTEILHADA
CNPJ Nº 07.338.761/0001-46

CONTINUAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1 - INFORMAÇÕES GERAIS

Gerdaú Aços Longos S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, capital. A Gerdaú Aços Longos S.A. é uma empresa controlada pela Gerdaú S.A., a qual, em conjunto com suas outras controladas, é líder no segmento de aços longos nas Américas e uma das principais fornecedoras de aços especiais do mundo. No Brasil, também produz aços planos e minério de ferro, atividades que estão ampliando o mix de produtos oferecidos ao mercado e a competitividade das operações. Além disso, é a maior recicladora da América Latina e, no mundo, transforma, anualmente, milhões de toneladas de sucata em aço, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável das regiões onde atua. As ações das empresas Gerdaú estão listadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova Iorque e Madri. As Demonstrações Financeiras da Gerdaú Aços Longos S.A. foram aprovadas pela Administração em 17/03/2017.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) **Demonstrações Financeiras** - as Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente essas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as Demonstrações Financeiras, estão demonstradas na nota 3.16. As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31/12/2016. b) **Demonstrações Financeiras Consolidadas** - conforme permitido pelo parágrafo 4 (a) do CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, a Sociedade não está apresentando suas Demonstrações Financeiras Consolidadas, tendo em vista que sua controladora final Gerdaú S.A., em conjunto com os demais proprietários concordaram com a não apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas; a Sociedade não possui instrumentos de dívida ou patrimoniais negociados em mercado aberto, a Sociedade não registrou ou está em processo de registro de suas Demonstrações Financeiras na Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador; e sua controladora final, acima mencionada, disponibiliza ao público suas Demonstrações Financeiras Consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. 3.1 - **Conversão de saldos em moeda estrangeira:** a) **Moeda funcional e de apresentação:** É a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. b) **Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais (R\$) usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na Demonstração do Resultado. c) **Investimentos:** Os resultados e a posição financeira de todos os investimentos que são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial, que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos para reais (R\$), sendo: (i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das Demonstrações Financeiras; (ii) as contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio; e (iii) todas as diferenças resultantes da conversão de taxas de câmbio são reconhecidas na Demonstração dos Resultados Abangentes. 3.2 - **Ativos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo reconhecido no resultado, empréstimos e recebíveis a disposição para venda, quando aplicável. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, como detalhado na nota 13. a) **Ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado:** São ativos financeiros mantidos para negociação,

identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil, independentemente da existência de indicação de não recuperação do seu valor contábil, saldos de ativo originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano, em dezembro. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (impairment). A redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício. Exceto com relação à redução no valor do ativo, a reversão do perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada, conforme demonstrado na Nota 10 c. A Companhia não acredita que existam indícios de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por recuperabilidade de ativos de vida longa. Entretanto, se os atuais resultados não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas nos fluxos de caixa futuros estimados e valor justo dos ativos, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais. 3.7 - **Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas e coligadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o investimento foi adquirido. De acordo com este método, as participações sobre os investimentos são reconhecidas no Balanço Patrimonial ao custo, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos destes em contrapartida de resultado da equivalência patrimonial e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos. Adicionalmente, as participações poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (impairment). Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos. 3.8 - **Passivos financeiros e instrumentos patrimoniais:** a) **Classificação como dívida ou patrimônio:** Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de acordo com a substância dos termos contratuais. b) **Empréstimos e financiamentos:** São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. c) **Instrumentos de patrimônio:** Um instrumento patrimonial é baseado em um contrato que demonstre a participação nos ativos de uma entidade após serem deduzidos todos os seus passivos. 3.9 - **Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento do imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a alíquotas de impostos com vigência na data base das Demonstrações Financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes a valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras e são determinados considerando as alíquotas (leis) vigentes na data de preparação das Demonstrações Financeiras. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, ou diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em Outros resultados abrangentes. 3.10 - **Benefícios a empregados:** A Companhia possui planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, participação nos lucros e bônus. Eventuais superávits com planos de benefícios de contribuição definida a empregados são reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos. As remensurações atuariais geradas por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados Abangentes. 3.11 - **Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização líquidos e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos incrementos esperados e relativos montantes inerentes inerentes. 3.12 - **Transações com partes**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

reconhecidas na Demonstração dos Resultados Abrangentes. 3.2 - **Ativos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo reconhecido no resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda, quando aplicável. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, como detalhado na nota 13. a) **Ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado:** São ativos financeiros mantidos para negociação reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo e os custos da transação são debitados à Demonstração do Resultado. b) **Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber", "Caixa e equivalentes de caixa" e "Depósitos judiciais". São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, os quais são classificados como ativos não circulantes. c) **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido do juro auferido, quando aplicável. A Companhia não possui montantes de caixa ou equivalentes de caixa restritos para os exercícios apresentados. d) **Aplicações financeiras:** Estão classificadas como títulos para negociação ao valor justo reconhecido com contrapartida no resultado (títulos para negociação), em virtude do propósito do investimento ser a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos. e) **Contas a receber de clientes:** Estão apresentadas a valores de custo amortizado, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações Financeiras. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Informações referentes à abertura de contas a receber em valores a vencer e vencidos, além da provisão para risco de crédito estão demonstradas na nota 5. A exposição máxima ao risco de crédito de Companhia, líquida da provisão para risco de crédito - é o valor das contas a receber. A qualidade do crédito das contas a receber a vencer é considerada adequada, sendo que o valor do risco efetivo de eventuais perdas nas contas a receber de clientes encontra-se apresentado como provisão para risco de crédito. f) **Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (impairment). Estes ativos financeiros são considerados ativos parcialmente ou totalmente não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem, entre outros fatores: i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; e ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. 3.3 - **Estoques:** São avaliados com base no menor valor entre o custo histórico de aquisição e produção e o valor líquido realizável. O custo de aquisição e produção é acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. O valor líquido realizável é o preço estimado da venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para conclusão e despesas de vendas diretamente relacionadas. Informações referentes à abertura de valor líquido realizável estão demonstradas na nota 6. 3.4 - **Imobilizado:** A Companhia utiliza o custo histórico, deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados. A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em formação os custos de empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: i) o período de capitalização ocorre quando o imobilizado encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização dos custos de empréstimos quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; ii) os custos de empréstimos são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização ou a taxa específica, no caso de empréstimos para a aquisição do imobilizado; iii) os custos de empréstimos capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e iv) os custos de empréstimos capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorporados. A depreciação é calculada pelo método linear ajustado pelo nível de utilização de certos ativos, à taxa que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual estimado dos ativos no final de sua vida útil. O valor residual ao final da vida útil e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidas diretamente no resultado quando incorridos. O valor residual dos itens do imobilizado é reduzido imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável. 3.5 - **Intangível:** É avaliado ao custo de aquisição e subsequentemente deduzido da amortização acumulada e partes por redução do valor recuperável, quando aplicável. São compostos por ativos que representam a capacidade de geração de valor agregado de companhias adquiridas com base no histórico de relacionamento com fornecedores e software. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota 3.6). O intangível do relacionamento com fornecedores é amortizado com base em um método que considera o futuro benefício econômico esperado fornecido ao longo do tempo por esses novos fornecedores adquiridos. A Companhia revisa o período de amortização e o método da amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício. 3.6 - **Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos e reversão da provisão constituída:** Na data de cada Demonstração Financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se

patrocinadora para estes planos. As remensurações atuariais geradas por ajustes e alterações nas premissas atuárias dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados Abrangentes. 3.11 - **Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores da realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos). 3.12 - **Transações com partes relacionadas:** Os contratos de mútuos são atualizados pelos encargos contratados mais variação cambial, quando aplicável. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes, como descrito na nota 16. 3.13 - **Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** É reconhecida como passivo no momento em que os dividendos são aprovados pelos acionistas da Companhia. O Estatuto Social prevê que, no mínimo, 30% do lucro anual seja distribuído como dividendos; portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima. 3.14 - **Reconhecimento da receita de vendas:** A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação possuem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. Os fretes sobre vendas são incluídos no custo das vendas. 3.15 - **Investimentos em preservação de danos ao meio ambiente e provisão para passivos ambientais:** Custos ambientais são relacionados às operações normais e são registrados como despesa ou capitalização conforme o caso. Os que são relacionados a uma condição existente causada por operações do passado e que não contribuem para atuais ou futuras receitas geradas ou redução de custos são registrados como despesa. Passivos são registrados quando a avaliação ambiental ou esforços de restauração são prováveis e o custo pode ser razoavelmente estimado, discussões com autoridades ambientais e outras premissas relevantes para a estimativa da natureza e extensão da restauração que pode ser requerida. O custo final é dependente de fatores que não podem ser controlados como o escopo e metodologia dos requerimentos da ação de restauração a ser estabelecida pelas autoridades ambientais e de saúde pública, novas leis ou regulamentos governamentais, rápida alteração tecnológica e o surgimento de algum litígio relacionado. Passivos ambientais são ajustados a valor presente se o montante agregado da obrigação e o montante e prazo dos desembolsos de caixa forem fixos ou puderem ser determinados de uma maneira confiável. 3.16 - **Uso de estimativas:** Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data de preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas referentes, principalmente, à estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa (nota 10), provisões necessárias para passivos tributários, trabalhistas e civis (nota 15) e estimativas referentes à seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos, escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários (nota 17). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização pode divergir das estimativas. 3.17 - **Novos pronunciamentos:** O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionadas às IFRSs novas e revisadas emitidas durante 2016. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo International Accounting Standards Board - IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória. A Companhia não espera ter impactos de adoção destas normas revisadas em suas Demonstrações Financeiras.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2016	2015
Caixa	315	5.851
Bancos e aplicações de liquidez imediata	91.077	854.572
Caixa e equivalentes de caixa	91.392	860.423
Títulos para negociação		
Aplicações em renda fixa	288.304	383.350
Aplicações em debêntures	51.138	362.140
Aplicações financeiras	339.440	745.490

As aplicações financeiras em títulos para negociação incluem cotas do Fundo Paracelha composto por Certificado de Depósito Bancário - CDB, Letras Financeiras do Tesouro, operações compromissadas, cotas de outros fundos de investimentos, overnight e debêntures da Gentau S.A., os quais são registrados pelo seu valor justo. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira. As debêntures são denominadas em reais, com juros variáveis a um percentual da taxa do Certificado de Depósito Intercâmbio - CDI. A taxa nominal média anual de juros foi de 14,00% e 13,24%, para o exercício findo em 31/12/2016 e 31/12/2015, respectivamente.

5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2016	2015
Contas a receber de clientes	939.751	913.126
(H) Provisão para risco de crédito	(106.139)	(78.134)
	833.612	834.992

CONTINUA

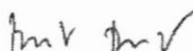
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665B54B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

GO GERDAU

GERDAU AÇOS LONGOS S/A

COMPANHIA FECHADA
CNPJ Nº 07.358.761/0001-49

CONTINUAÇÃO

A composição das contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	2016	2015
Valores a vencer	774.557	618.479
Vencidos:		
Até 30 dias	33.473	100.062
Entre 31 e 60 dias	23.914	25.304
Entre 61 e 90 dias	12.130	19.134
Entre 91 e 180 dias	21.963	73.228
Entre 181 e 360 dias	41.544	46.809
Acima de 360 dias	31.270	29.510
(-) Provisão para risco de crédito	(106.139)	(76.134)
	<u>833.612</u>	<u>836.992</u>

A movimentação da provisão para riscos de crédito está demonstrada abaixo:

Saldo em 01/01/2015	(39.951)
Créditos provisionados no exercício	(96.838)
Créditos recuperados no exercício	13.173
Créditos baixados definitivamente da posição	47.522
Saldo em 31/12/2015	(76.134)
Créditos provisionados no exercício	(106.838)
Créditos recuperados no exercício	29.139
Créditos baixados definitivamente da posição	47.694
Saldo em 31/12/2016	<u>(106.139)</u>

6 - ESTOQUES

	2016	2015
Produtos prontos	589.529	603.339
Produtos em elaboração	143.545	139.863
Matérias-primas	226.572	232.922
Materiais de almoxarifado	72.781	86.149
Aquecimento e formadores	54.051	48.394
Importações em andamento	1.374	2.905
(-) Provisão para ajuste ao valor líquido realizável	(4.559)	(14.630)
	<u>1.083.693</u>	<u>1.088.923</u>

O saldo da provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoque, cuja provisão e reversão tem como contra partida o custo das vendas, está demonstrado abaixo:

Saldo em 01/01/2015	(15.108)
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável	(5.542)
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável	7.000
Saldo em 31/12/2015	(14.650)
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável	(10.927)
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável	20.912
Saldo em 31/12/2016	<u>(4.559)</u>

7 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

	2016	2015
Circulante		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	70.362	95.564
Imposto sobre Produtos Industrializados	370.32	271.56
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	14.189	37.696

9 - INVESTIMENTOS

	Gerdau Internacional Empreend. Ltda. Grupo Gerdau	Gerdau Apominas Overseas Ltd. Energia S.A.	Chopin Energia S.A.	Total
Saldo em 01/01/2015	4.941.406	(2.045)	11.073	4.950.434
Resultado de equivalência patrimonial	(365.668)	5.610	(182)	(360.238)
Ajustes de avaliação patrimonial	1.686.185	-	-	1.686.185
Aumento de capital social *	102.000	-	1.000	103.000
Dividendos	(72.398)	-	-	(72.398)
Saldo em 31/12/2015	5.301.530	3.565	11.891	6.316.986
Resultado de equivalência patrimonial	(522.177)	5.722	(231)	(516.686)
Ajustes de avaliação patrimonial	(991.191)	-	-	(991.191)
Aumento de capital social *	-	-	248	248
Dividendos	(112.265)	-	-	(112.265)
Saldo em 31/12/2016	4.675.897	9.287	11.908	4.697.092
Capital social	11.084.139	178.349	26.070	11.288.558
Patrimônio líquido ajustado	22.340.645	9.287	23.816	22.373.748
Participação no capital total (%)	20,93%	100%	50%	

As informações financeiras da coligada Gerdau Internacional Empreend. Ltda. - Grupo Gerdau estão demonstradas a seguir:

	2016	2015
Prejuízo do exercício	(2.494.877)	(1.663.144)
Outros resultados abrangentes	(4.746.451)	8.078.921
Total dos resultados abrangentes	<u>(7.241.328)</u>	<u>6.395.777</u>

10 - IMOBILIZADO

a) Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

	Terrenos, prédios e equipamentos construções e instalações	Máquinas, equipamentos eletrônicos de dados	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Custo do imobilizado bruto					
Saldo em 01/01/2015	1.967.445	4.539.317	230.421	746.719	8.312.824
Adições	972	57.760	1.825	234.020	266.577
Juros capitalizados	-	-	-	12.803	12.803
Transferências	29.619	165.562	5.329	(202.945)	2.405
Baixas	(44.342)	(12.657)	(4.136)	-	(61.135)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos *	(32.795)	(166.809)	-	(543.725)	(743.330)
Saldo em 31/12/2015	1.920.899	4.582.903	233.439	251.871	7.665.334
Adições	21.194	43.130	414	91.577	76.315
Juros capitalizados	-	-	-	1.654	1.654
Transferências	50.064	223.786	6.680	(283.325)	2.795
Baixas	(1.100)	(28.498)	(14.261)	(2.923)	(32.782)
Saldo em 31/12/2016	1.991.027	4.821.321	225.272	578.535	8.620.008

	Depreciação e exatidão acumulada	Terrenos, prédios e equipamentos construções e instalações	Máquinas, equipamentos eletrônicos de dados	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Saldo em 01/01/2015	(747.599)	(3.120.315)	(214.019)	-	(61.528)	(4.143.461)
Depreciação e exatidão	(52.995)	(266.179)	(10.086)	-	(86.216)	(424.476)
Transferências	(19.610)	5.293	234	-	14.083	-
Baixas	39.230	12.657	2.147	-	23.710	77.744
Saldo em 31/12/2016	(780.974)	(3.368.544)	(221.724)	-	(148.951)	(4.520.249)

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A

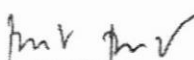
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665BB4B1C1EEA47F2FE5874C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017


 Bernardo F. S. Berwanger
 Secretário Geral

Imposto sobre Produtos Industrializados	37.032	27.156	Transferências	(19.610)	5.293	234	(85.216)	(424.476)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	14.189	37.696	Baixas	39.230	12.657	2.147	14.083	77.744
Programa de Integração Social e outros	1.345	15.067	Saldo em 31/12/2015	(780.970)	(3.368.604)	(221.724)	(148.951)	(4.520.249)
	128.928	175.483	Depreciação e exaustão	(46.181)	(247.438)	(6.985)	(87.155)	(387.729)
Não circulante			Transferências	(2.825)	2.865	7	(67)	
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e outros	20.085	24.743	Baixas	813	27.796	14.247	32.039	74.895
	149.013	200.225	Saldo em 31/12/2016	(829.163)	(3.685.331)	(214.495)	(204.134)	(4.833.083)
			Imobilizado líquido					
			Saldo em 31/12/2015	1.139.929	1.214.289	11.715	251.871	727.271
			Saldo em 31/12/2016	1.161.864	1.235.990	11.817	52.953	719.401

A expectativa de realização dos créditos tributários do ativo não circulante é até o ano de 2020.

8 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os impostos sobre a renda incluem o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), que representa um imposto adicional. As alíquotas oficiais para imposto de renda e contribuição social aplicáveis são de 25% e de 9%, respectivamente, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015. a) **Reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) no resultado:**

	2016	2015
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(534.330)	(2.861.162)
Alíquotas nominais	34%	34%
Despesa do imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	181.672	972.805
Ajustes dos impostos referente:		
- equivalência patrimonial	(175.673)	(119.081)
- juros sobre o capital próprio	-	29.911
- resultado não operacional	-	(18.909)
- não constituição de ativos fiscais diferidos	-	(186.262)
- diferenças permanentes, líquidas	(20.285)	(43.770)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(14.286)	624.594
Corrente	(67.153)	(57.153)
Diferido	(14.286)	681.747

b) Composição e movimentação dos ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais:

	Saldo em 31/12/2015	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2016
Prejuízo fiscal	82.895	208.561	291.456
Base negativa de contribuição social	37.018	75.259	112.277
Variação cambial diferida	713.816	(318.155)	395.661
Provisão para perdas	81.817	(19.339)	62.478
Provisão para passivos tributários, trabalhistas e civis	442.207	74.758	516.966
Outras diferenças temporárias	(16.958)	24.830	7.772
Ativo não circulante	1.340.895	(14.286)	1.326.609
	1.340.895		1.326.609
	Saldo em 01/01/2016	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2016
Prejuízo fiscal	-	82.895	82.895
Base negativa de contribuição social	-	37.018	37.018
Variação cambial diferida	291.660	421.956	713.616
Provisão para perdas	23.027	58.790	81.817
Provisão para passivos tributários, trabalhistas e civis	365.029	77.178	442.207
Outras diferenças temporárias	(20.758)	3.910	(16.848)
Ativo não circulante	658.948	681.747	1.340.695
	658.948		1.340.695

c) Estimativa de recuperação de créditos de imposto de renda e contribuição social:

	2016	Ativo 2016
2016	-	88.145
2017	261.303	241.418
2018	130.508	230.436
2019	156.047	252.003
2020	228.512	237.599
2021	169.899	120.941
2022 em diante	380.240	170.094
	1.326.409	1.340.695

d) Ativos fiscais não contabilizados: Devido à falta de oportunidade de uso dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Companhia não contabilizou uma porção de ativo fiscal de R\$ 64.946 (R\$ 65.444 em 31/12/2015), os quais não têm uma data final para expirar.

A taxa média de capitalização de juros no exercício de 2016 é de 6,5% (6,4% em 2015). As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo de depreciação e exaustão:

Vida útil dos ativos imobilizados	
Prédios, construções e benfeitorias	10 e 25 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos eletrônicos de dados	2,5 e 5 anos

b) Valores oferecidos em garantia - a Companhia ofereceu bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 22,9 milhões em 31/12/2016 (R\$ 28,6 milhões em 31/12/2015). c) Perdas pela não recuperabilidade do imobilizado - a Companhia não identificou evidências de qualquer perda pela não recuperabilidade do imobilizado no exercício (R\$ 743.330 em 31/12/2015). A Companhia manterá ao longo do próximo exercício seu constante monitoramento do mercado siderúrgico em busca de identificar uma eventual deterioração, queda significativa na demanda dos setores consumidores de aço, paralisação de atividades de plantas industriais ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro.

11 - INTANGÍVEL

O saldo de intangível refere-se, substancialmente, ao fundo de comércio decorrente da aquisição de empresas e ao desenvolvimento de software:

	Relacionamento com fornecedores	Desenvolvimento de software	Total
Saldo em 01/01/2015	56.554	352.001	408.555
Aquisição	-	68.703	68.703
Amortização	(3.083)	(61.869)	(70.943)
Saldo em 31/12/2015	47.571	358.844	446.415
Aquisição	-	33.496	33.496
Amortização	(7.645)	(71.463)	(79.338)
Saldo em 31/12/2016	39.726	360.847	400.573
Vida útil média estimada	5 e 20 anos	7 anos	

12 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2016	2015
Rea (BRL)	1.157.918	939.982
Dólar Norte-Americano (USD)	20.569	45.180
Total dos financiamentos	1.178.487	985.162
Circulante	219.489	234.322
Não circulante	958.998	750.840
Valor do principal dos financiamentos	1.151.760	952.814
Valor dos juros dos financiamentos	26.727	32.348
Total dos financiamentos	1.178.487	985.162

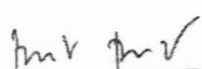
A taxa média ponderada nominal de juros em 31/12/2016 é de 8,04% (8,32% em 31/12/2015). Os empréstimos e financiamentos, denominados em reais, são corrigidos por taxa fixa ou indexados conforme os seguintes indicadores: TULP (Taxa de Juros de Longo Prazo), CDI (Certificados de Depósito Interbancário), IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado), IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

	2016	2015
2017	-	187.782
2018	521.846	142.063
2019	121.733	118.212
2020	119.450	116.909
2021	48.092	47.144
2022 em diante	141.877	138.730
	958.998	750.840

Garantias: Em garantia dos financiamentos contratados na modalidade FINAME/BNDES, cujo saldo devedor em 31/12/2016, era de R\$ 22,9 milhões (R\$ 28,6 milhões em 31/12/2015), foram oferecidos os bens objeto destes, em alienação fiduciária.

CONTINUA

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
 Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A
 Nire: 33300275819
 Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017
 CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
 Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00
 Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017


 Bernardo F. S. Berwanger
 Secretário Geral

22/04



GERDAU AÇOS LONGOS S.A.

COMPANHIA FECHADA
CNPJ Nº 07.338.751/0001-69

CONTINUAÇÃO

13 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais: A Gerdaú Aços Longos S.A., sua controlada e coligadas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Contas a receber de clientes, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Partes relacionadas, Depósitos judiciais, Outros ativos circulantes, Outros ativos não circulantes, Outros passivos circulantes e Outros passivos não circulantes. b) Valor justo: Os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas Demonstrações Financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Entretanto, uma vez que não existe mercado ativo para estes instrumentos, diferenças podem existir se forem liquidados antecipadamente. c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia: Risco de preço das commodities: É o risco do efeito de flutuações nos preços dos produtos vendidos ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em razão de operar num mercado de commodities, a Companhia poderá ter sua receita de vendas e seu custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou matérias-primas. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preços no mercado nacional e internacional. Risco de taxas de juros: É o risco do efeito de flutuações de taxas de juros no valor dos ativos e passivos financeiros ou de fluxos de caixa e receitas futuras. A Companhia avalia sua exposição a estes riscos: (i) comparando ativos e passivos financeiros denominados em taxas de juros fixas e flutuantes e (ii) monitorando os movimentos de taxas de juros como Libor e CDI. Desta forma, a Companhia pode contratar swaps de taxas de juros com objetivo de reduzir este risco. Risco de taxas de câmbio: É o risco do efeito de flutuações das taxas de câmbio no valor dos ativos e passivos financeiros ou de fluxos de caixa e receitas futuras. A Companhia avalia sua exposição cambial mensurando a diferença entre o valor de seus ativos e de seus passivos em moeda estrangeira. A Companhia entende que as contas a receber originadas por exportações e seu caixa e equivalentes de caixa denominados em moeda estrangeira mais do que equivalem a seus passivos denominados em moeda estrangeira. Mas como o gerenciamento destas exposições ocorre também a nível da cada operação, havendo um descasamento entre os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, a Companhia pode contratar instrumentos financeiros derivativos, com o objetivo de mitigar o efeito das flutuações de taxa de câmbio. Risco de crédito: Essa risco advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos cedidos junto a instituições financeiras e gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como política a análise detalhada de situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de rating. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pelo Comitê de Crédito. Risco de gerenciamento de capital: Advém da escolha da Companhia em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras e o capital próprio (Patrimônio Líquido), baseada em políticas internas e benchmarks. Os indicadores chave (KPI - Key Performance Indicators) relacionados ao objetivo "Gestão da Estrutura de Capital" são: WACC (Custo Médio Ponderado do Capital), Dívida Líquida/EBITDA, Índice de Cobertura das Despesas Financeiras Líquidas e Relação Dívida/Capitalização Total. A Dívida Líquida é formada pelo principal da dívida reduzido pelo caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (nota 4). A Capitalização Total é formada pela Dívida Total (composta pelo principal da dívida) e pelo Patrimônio Líquido (nota 19). A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. Ao mesmo tempo, a Companhia procura melhorar seu ROCE (Retorno sobre Capital Empregado) através da implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos em imobilizado. No longo prazo, a Companhia busca manter-se dentro dos parâmetros abaixo, admitindo variações pontuais no curto prazo:

WACC entre 10%-13% a.a.
Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 2,5x

Índice de Cobertura das Despesas Financeiras Líquidas menor ou igual a 1,5x

Ativos	Empréstimos e recebíveis	Ativos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado	Total Passivos	Outros passivos financeiros ao custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	660.523	-	660.523	553.263
Aplicações financeiras	-	745.990	745.990	965.182
Contas a receber de clientes	636.992	-	636.992	4.360.455
Partes relacionadas	62.567	-	62.567	83.248
Depósitos judiciais	1.225.638	-	1.225.638	40.933
Outros ativos circulantes	49.944	-	49.944	-
Outros ativos não circulantes	149.580	-	149.580	-
	2.986.244	745.990	3.731.234	6.023.061

e) Mensuração ao valor justo: O CPC 39 define o valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. O CPC 40 estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2 - outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos. Nível 3 - informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significativas para definição do valor justo dos ativos e passivos. Em 31/12/2016, a Companhia mantinha certos ativos cuja mensuração ao valor justo é requerida em bases recorrentes. Estes ativos incluem investimentos em títulos privados. Os ativos e passivos financeiros da Companhia, mensurados a valor justo em bases recorrentes e sujeitos à divulgação conforme os requerimentos do CPC 40 em 31/12/2016, são os seguintes:

	Mensuração ao valor justo			
	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)		Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	
	2016	2015	2016	2015
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	91.392	660.523	-	-
Aplicações financeiras em títulos para negociação	339.440	745.990	288.304	383.850
Contas a receber de clientes	833.612	836.992	-	-
Outros ativos circulantes	105.273	49.944	-	-
Ativo não circulante				
Partes relacionadas	66.185	62.567	-	-
Depósitos judiciais	1.341.233	1.225.638	-	-
Outros ativos não circulantes	75.796	149.580	-	-
	2.662.931	3.731.234	288.304	383.850
Passivo circulante				
Fornecedores	561.933	553.263	-	-
Empréstimos e financiamentos	219.489	234.222	-	-
	781.422	787.485	-	-

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819
Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00
Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

WACC	entre 10%-13% a.a.
Divida Líquida/EBITDA	menor ou igual a 2,5x
Índice de Cobertura das Despesas Financeiras Líquidas	menor ou igual a 5,5x
Relação Dívida/Capitalização Total	menor ou igual a 60%

Esses indicadores chave são usados para monitorar os objetivos descritos acima e podem não ser utilizados como indicadores para outras finalidades, tais como testes de recuperação de ativos. **Risco de liquidez:** A política de gestão do endividamento e recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas comprometidas e de disponibilidade efetiva de linhas de crédito, com ou sem lastro em recebíveis de exportação, para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo. O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é apresentado na nota 12.

Obrigações contratuais	2016				
	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	561.933	561.933	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.178.487	219.489	649.573	167.542	141.877
Partes relacionadas	2.671.803	-	-	-	2.671.803
	4.412.223	781.422	649.573	167.542	2.813.680

Obrigações contratuais	2015				
	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	553.263	553.263	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	985.162	234.322	329.845	235.121	185.874
Partes relacionadas	4.360.455	-	-	-	4.360.455
	5.898.880	787.585	329.845	235.121	4.546.329

Análise de sensibilidade:

Impacto na Demonstração dos Resultados

Premissa	Variação	2016	2015
Variações na moeda estrangeira	5%	203.591	286.543
Variações nas taxas de juros	10 bps	8.572	8.598
Variações no preço dos produtos vendidos	1%	116.171	132.514
Variações no preço das matérias-primas e demais insumos	1%	72.676	81.078

Variações na moeda estrangeira: A Companhia está exposta a variações entre o Real e o Dólar. A análise de sensibilidade efetuada considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% entre o Real e o Dólar em suas dívidas que não possuem hedge. Nesta análise, caso o Real se apreciaria em relação ao Dólar, isto representaria um ganho de R\$ 203.591 (R\$ 286.543 em 31/12/2015). Caso o Real se depreciasse em relação ao Dólar, isto representaria uma despesa de mesmo valor. Os valores líquidos de contas a receber e contas a pagar em moedas estrangeiras não apresentam riscos relevantes de impactos em virtude da oscilação na taxa de câmbio. **Variações nas taxas de juros:** Considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 10 basis points (bps) sobre a taxa de juros média aplicável à parte fluída de sua dívida. O impacto calculado, considerando esta variação na taxa de juros, em 31/12/2016, R\$ 8.572 (R\$ 8.598 em 31/12/2015) e impactaria a linha de Despesas financeiras na Demonstração dos Resultados. As taxas de juros específicas que a Companhia está exposta, as quais são relacionadas aos empréstimos e financiamentos, são apresentadas na nota 12, e são principalmente compostas por Libor. **Variações no preço de venda das mercadorias e no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção:** A Companhia está exposta a variações no preço de seus produtos. Esta exposição está relacionada à oscilação do preço de venda dos produtos e ao preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção, principalmente por operar em um mercado de commodities. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 1% sobre ambos os preços. O impacto calculado considerando esta variação no preço dos produtos vendidos totaliza R\$ 116.171 em 31/12/2016 (R\$ 132.514 em 31/12/2015) e matérias-primas e demais insumos montam R\$ 72.676 em 31/12/2016 (R\$ 81.078 em 31/12/2015). Os impactos no preço dos produtos vendidos e matérias-primas seriam registrados nas linhas de Receita líquida de vendas e Custo das vendas, respectivamente, na Demonstração dos Resultados.

d) Instrumentos financeiros por categoria

Ativos	Ativos a valor justo com ganhos e perdas		Total	Passivos	Outros passivos
	Empréstimos e recebíveis	reconhecidos no resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	51.392	-	51.392	Fornecedores	561.933
Aplicações financeiras	-	339.440	339.440	Empréstimos e financiamentos	1.178.487
Contas a receber de clientes	833.612	-	833.612	Partes relacionadas	2.671.803
Partes relacionadas	66.185	-	66.185	Outros passivos	83.205
Depósitos judiciais	1.341.233	-	1.341.233	Outros passivos não circulantes	27.163
Outros ativos circulantes	105.273	-	105.273		
Outros ativos não circulantes	75.796	-	75.796		
	2.513.491	339.440	2.852.931		4.522.591

Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	958.998	750.840	-	-	958.998
Partes relacionadas	2.671.803	4.360.455	-	-	2.671.803
Outros passivos não circulantes	27.163	40.933	-	-	27.163
	4.522.591	6.023.061	-	-	4.522.591
	2.375.522	9.754.296	288.304	383.850	708.719
					9.370.445

14 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2016	2015
Encargos sociais sobre folha de pagamento	20.943	34.855
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	34.545	27.398
Imposto sobre Produtos Industrializados	5.137	3.297
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	2.522	6.272
Imposto de Renda Retido na Fonte	7.567	12.529
Programa de Integração Social e outros	4.796	3.130
	75.510	88.481

15 - PROVISÃO PARA PASSIVOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia é parte em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, baseada na opinião de seus consultores legais, acredita que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia. A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

	2016	2015
a) Provisões tributárias		
Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços	2.358	140
Instituto Nacional do Seguro Social	229	983
Recomposição do Fundo de Amparo ao Trabalhador	8.971	27.146
Programa de Integração Social e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	1.281.040	1.088.905
Outras provisões tributárias	15.356	14.903
b) Provisões trabalhistas	189.122	133.562
c) Provisões cíveis	45.204	34.965
	1.520.480	1.306.625

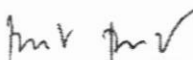
a) **Provisões Tributárias:** As provisões tributárias referem-se, substancialmente, às discussões relativas à compensação de créditos de PIS, incidência de PIS e COFINS sobre outras receitas e exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em relação às demandas que tratam de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, a Companhia vem depositando judicialmente os valores envolvidos. b) **Provisões Trabalhistas:** A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos, e as discussões envolvem principalmente pedido de horas extras, insalubridade, periculosidade, indenização por acidente de trabalho e doença ocupacional, entre outros. c) **Provisões Cíveis:** A Companhia é parte em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações de natureza cível, que representam em 31/12/2016, o montante indicado como provisão cível referente a essas questões. A movimentação da provisão para passivos tributários, trabalhistas e cíveis está demonstrada abaixo:

	2016	2015
Saldo no início do exercício	1.300.605	1.073.608
(+) Adições	106.638	171.308
(-) Aquecimento monetário	147.337	102.248
(-) Reversão de valores provisionados	(34.300)	(52.559)
Saldo no final do exercício	1.520.480	1.306.605

ii) **Passivos contingentes não provisionados:** Considerando a opinião dos Assessores Jurídicos e a avaliação da Administração, os processos relacionados a seguir possuem expectativa de perda avaliada como possível (mas, não provável) e devido a esta classificação não são elevadas provisões contábeis de acordo com as normas do CPC. a) **Contingências Tributárias:** a.1) A Companhia possui discussões que tratam de ICMS, substancialmente relativos a direito de crédito e diferencial de alíquota, cujas demandas perfazem o total atualizado de R\$ 457.193. a.2) A Companhia é parte em demandas que tratam de outros tributos, cujo valor total atualizado importa em R\$ 272.846. a.3) A Companhia é parte em um processo administrativo relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte, no valor de R\$ 117.268, cobrados sobre juros remetidos ao exterior, vinculados a financiamentos de exportação formalizados mediante Contratos de "Pré-pagamento de Exportações" (PPE) ou de "Recetimento Antecipado de Exportações" (RAE), cuja Impugnação apresentada pela Companhia em 13/01/2017 se encontra pendente de julgamento na Delegacia de Julgamento de Recita Federal do Brasil. a.4) A Companhia é parte em processos administrativos relativos à glosa da dedutibilidade do IPI gerado nos termos dos artigos 7º e 8º da Lei Nº 9.532/97, da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, decorrente de reorganização societária realizada em 2014/2005. O valor total atualizado das situações importa em R\$ 3.579.637 dos quais: (i) R\$

CONTINUA

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
 Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A
 Nire: 33300275819
 Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017
 CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
 Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665BB4B1C1EEA47F2FE5874C7746DEF54D28D00
 Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017


 Bernardo F. S. Berwanger
 Secretário Geral



GERDAU

GERDAU ACOS LONGOS S.A.

COMPANHIA FECHADA
CNPJ Nº 07.338.791/0001-69

CONTINUAÇÃO

2.518.787 correspondem a dois processos cujo processo administrativo já se encerrou e se encontram atualmente em fase de cobrança administrativa, sendo que, para um deles, a Companhia já obteve garantia judicial, em sede de medida cautelar, mediante Seguro Garantia no montante de R\$ 2.806.305; iii) R\$ 505.061 correspondem a dois processos da Companhia que aguardam julgamento de seus Recursos Voluntários na primeira instância do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF); e iv) R\$ 556.789 correspondem a um processo cuja Impugnação foi apresentada pela Companhia em 13/01/2017 e atualmente se encontra pendente de julgamento pela Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil. Para as decisões obtidas no CARF no âmbito desses processos, e outros temas envolvendo a Companhia incluídos na denominada Operação Zolotare (a "Operação"), estão sendo investigados por autoridades federais brasileiras, inclusive pelo Poder Judiciário, a fim de apurar supostos atos ilícitos. Considerando o envolvimento do nome da Gerdaú nas notícias divulgadas pela imprensa relacionadas à Operação, o Conselho de Administração da Gerdaú S.A. decidiu contratar assessores jurídicos independentes, com reporte a um Comitê Especial do Conselho de Administração, para conduzir uma investigação para determinar, entre outras coisas: i) se, à luz das práticas existentes, o protocolo adequado foi seguido no relacionamento da Companhia com as autoridades governamentais inclusive o CARF; e na contratação de empresas que representam a Companhia nos casos perante o CARF; ii) se estas empresas se mantiveram dentro do escopo do trabalho contratado; iii) se os termos de contratação destas empresas incluíam cláusulas com a intenção de coibir a prática de atos que violem os códigos de ética ou a legislação vigente; iv) se os termos de contratação destas empresas incluíam a previsão de sanções em caso de qualquer violação (contratuais ou de outra forma); e v) se existe qualquer indício de fraude, dolo, má fé, ou qualquer outra expressão da pretensão de cometimento de ato ilícito por parte dos administradores e/ou executivos da Companhia no seu relacionamento com as autoridades governamentais, inclusive o CARF, na negociação, celebração ou conclusão fora do escopo dos contratos mencionados acima ("Investigação Interna"). A Investigação Interna está em andamento e, na data de aprovação destas Demonstrações Financeiras, a Companhia entende que não é possível prever sobre a duração ou o resultado da Operação ou da Investigação Interna. Adicionalmente, a Companhia acredita que neste momento não existe informação suficiente para determinar se uma provisão para perdas é requerida ou divulgar qualquer contingência. Os assessores jurídicos tributários da Companhia confirmam que os procedimentos adotados pela Companhia, com relação à dedutibilidade do ágio, que ensejaram os processos acima mencionados, observaram a estrita legalidade, e, portanto, tais processos são classificados como de perda possível (mas, não provável). b) **Contingências Cíveis:** i.1) A Companhia é parte em outras demandas de natureza cível que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R\$ 150.157. Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, com base na opinião de seus consultores legais. ii) **Depósitos Judiciais:** A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, e estão assim demonstrados:

	2016	2015
Tributários	1.259.254	1.104.988
Trabalhistas	50.214	34.868
Cíveis	31.765	85.782
	<u>1341.233</u>	<u>1.225.638</u>

16 - SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Composição dos saldos de mútuos

	2016	2015
Mútuos ativos		
Empresa controladora		
Gerdaú S.A.	3.893	-
Empresas coligadas		
Gerdaú Açominas S.A.	3.422	6.930
Gerdaú Aços Especiais S.A.	1.377	1.305
Outros	-	-
Fundação Gerdaú	57.493	54.327
Outros	-	-

b) **Plano de pensão com contribuição definida - pós emprego:** A Companhia mantém um plano de pensão definida para o qual são feitas contribuições pelo patrocinador numa proporção da contribuição feita pelos empregados optantes. O total do custo neste modalidade foi de R\$ 23.652 em 31/12/2016 (R\$ 30.977 em 31/12/2015).

18 - PROVISÃO PARA PASSIVOS AMBIENTAIS

A Administração da Companhia reconheceu, na linha de "Provisão para passivos ambientais", com base na melhor estimativa do custo, valores para investigação, tratamento e limpeza de localidades potencialmente impactadas, que montam R\$ 3.866 em 31/12/2016, sendo R\$ 3.027 no passivo circulante e R\$ 839 no passivo não circulante (R\$ 13.764 em 31/12/2015, sendo R\$ 3.475 no passivo circulante e R\$ 10.289 no passivo não circulante). A Companhia utilizou premissas e estimativas para determinar os montantes envolvidos, que podem variar no futuro, em decorrência da finalização da investigação e determinação do real impacto ambiental. A Companhia entende estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis no Brasil.

19 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** o capital social autorizado em 31/12/2016 e 31/12/2015 é de 300.000.000 ações ordinárias e 300.000.000 ações preferenciais, todas sem valor nominal. Em 31/12/2016 e 31/12/2015, estão subscritas e integralizadas 200.525.235 ações ordinárias e 18.262 ações preferenciais, totalizando o capital social realizado de R\$ 3.654.212. As ações preferenciais não têm direito a voto, não podem ser resgatadas e participam em qualidade de condições em relação às ações ordinárias na distribuição de lucros, além de ter prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia. b) **Reserva de capital:** refere-se principalmente à reserva de ágio, relativo à reorganização societária realizada em 2005 gerada nos termos do artigo 7º e 8º da Lei Nº 9.532/97, no montante de R\$ 1.335.147 em 31/12/2016 (R\$ 1.335.132 em 31/12/2015). c) **Reserva de lucros:** i) **Legal:** pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual para a reserva legal até que essa reserve seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos. ii) **Incentivos fiscais:** pela legislação societária brasileira, a Companhia pode destinar, para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo dos dividendos. iii) **Investimentos a capital de giro:** é composta pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas, e inclui as reservas estatutárias previstas no Estatuto Social da Companhia. O Conselho de Administração pode propor aos acionistas a transferência de pelo menos 5% do lucro líquido de cada ano para uma reserva estatutária (Reserva de investimentos e capital de giro). A reserva é criada somente após considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital integralizado. A reserva pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações. d) **Ajustes de avaliação patrimonial:** a Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas e coligadas no exterior detidas pela Companhia, direta e indiretamente. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Também são considerados nesta rubrica os ganhos e perdas não realizados em instrumentos financeiros derivativos até o momento em que estes são realizados, eleitos com plano de incanção de longo prazo e a despesa com plano de pensão de benefício definido. e) **Dividendos e juros sobre o capital próprio:** os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido ajustado.

	2016	2015
Prejuízo do exercício	(548.616)	(2.236.596)
Absorção do prejuízo do exercício pela reserva de lucros	-	-
investimentos e capital de giro	403.328	2.236.596
Absorção do prejuízo do exercício pela reserva legal	145.288	-
O prejuízo do exercício será objeto de proposta da Administração para absorção pela Reserva de lucros	-	-

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819
Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00
Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Gerdau Açominas S.A.	3.342	1.305	investimentos e capital de giro	433.428	2.230.350
Gerdau Aços Especiais S.A.	1.377	1.305	Absorção do prejuízo do exercício pela reserva legal	145.288	-
Outros	-	-	O prejuízo do exercício será objeto de proposta da Administração para absorção pela Reserva de Lucros - Investimentos e capital de giro e Reserva legal.	-	-
Fundação Gerdau	57.493	54.327	No exercício de 2015, a Companhia destinou R\$ 87.678 para pagamento de juros sobre capital próprio distribuídos através de reserwas de lucros pré-existentis.	-	-
Outros	66.185	62.557	20 - PREJUÍZO POR AÇÃO	-	-

Mínimos passivos					
Empresas controladoras					
Gerdau S.A.	-	(5.840)			
Metalúrgica Gerdau S.A.	-	(898)			
Empresa controlada					
Gerdau Açominas Overseas Ltd.	(2.671.662)	(4.353.873)			
Empresa coligada					
Itagual Com. Imp. e Exp. Ltda.	(141)	(46)			

Itaú Unibanco S.A.	(141)	(46)	Prejuízo alocado disponível
Despesas financeiras líquidas	(2.671.803)	(4.360.455)	para acionistas ordinários
	(252.082)	(354.030)	

Despesas financeiras, líquidas	(252.082)	(354.030)			
b) Condições de preços e encargos: Os contratos de mínimos entre as partes relacionadas são atualizados por taxas de mercado como a taxa de CDI - Certificado de Depósito Interbancário e taxa Libor mais variação cambial, quando aplicável. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes.					

c) Operações com partes relacionadas:					
	2016	2015			

	Compras	Vendas	Receitas	Títulos para a receber	Contas a receber
	(despesas)	(despesas)	(despesas)	(despesas)	(despesas)

Empresa controladora					
Gerdau S.A.	32.392	27.267	-	(1.372)	(18.678)
Debêntures Gerdau S.A.	-	-	(38.033)	51.136	-

Empresas coligadas					
Duco S.A.	-	80.013	-	19.850	13.301
Comercial Gerdau Bolívia	-	8.881	-	3.382	7046

Gerdau Açominas S.A.	1.125.837	137.132	-	(67.756)	(71.425)
Gerdau Aços Especiais S.A.	39.819	103.335	-	(3.342)	(3.663)
Gerdau Ameristeel US Inc.	32.258	-	-	-	-

Gerdau Laisa S.A.	-	3.445	-	368	-
Sipar Açores S.A.	-	146.225	-	61.858	107.152
Empresa Siderúrgica Del Peru S.A. - Siderperu	-	264.325	-	42.445	28.287

Siderco S.A.	-	14.008	-	2.322	2.515
Gerdau AZA S.A.	-	8.090	-	141	2.730
Industrias Nacionales C. por A.	-	59.497	-	45.321	-

Siderúrgica Zúñiga, C.A.	-	1.912	-	-	-
Outros	-	317	-	1.450	(4)

d) Ações concedidas: A Companhia, em conjunto com as empresas Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e a controladora Gerdau S.A., prestam garantia às subsidiárias GTL Trade Finance Inc., Gerdau Holdings Inc. e Gerdau Trade Inc., nas emissões de bônus com vencimento em 10 anos e 30 anos (Ten/Thirty Years Bond) no montante de R\$ 14,2 bilhões em 31/12/2016 (R\$ 18,8 bilhões em 31/12/2015). e) Ações recebidas: A Companhia recebe ações da controladora Gerdau S.A. em contratos de financiamentos, no montante de R\$ 622,9 milhões em 31/12/2016 (R\$ 415,6 milhões em 31/12/2015). f) Remuneração da Administração: A Companhia pagou a seus administradores, em salários e remuneração variável, um total de R\$ 10.610 em 31/12/2016 (R\$ 38.031 em 31/12/2015).					
--	--	--	--	--	--

Classificados como:					
Custo dos produtos vendidos	(6.732.791)	(7.565.304)			
Despesas com vendas	(329.947)	(325.844)			

Despesas gerais e administrativas	(460.148)	(589.525)			
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	-	(343.330)			
Outras receitas operacionais	9.285	8.554			

Outras despesas operacionais	(45.910)	(19.807)			
	(7.559.506)	(9.235.256)			

21 - RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS					
Receita bruta de vendas	8.944.858	10.420.686			
Impostos incidentes sobre vendas	(1.688.232)	(1.989.621)			

Descontos	(4.744)	(2.768)			
Receita líquida de vendas	7.251.882	8.428.299			

22 - DESPESAS POR NATUREZA					
A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26, apresenta, a seguir, o detalhamento da Demonstração do Resultado por natureza:					

Depreciação, exaustão e amortização	(467.067)	(495.419)			
Salários, encargos sociais e benefícios	(1.242.697)	(1.365.530)			
Materiais-primas e materiais de uso e consumo	(4.552.133)	(5.191.248)			

Frete	(470.894)	(523.107)			
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	-	(743.330)			
Outras despesas financeiras	(826.715)	(628.622)			

	(7.559.506)	(9.235.256)			
--	-------------	-------------	--	--	--

23 - RESULTADO FINANCEIRO					
Rendimento de aplicações financeiras	88.970	173.815			
Juros recebidos e outras receitas financeiras	64.769	62.918			

Total Receitas Financeiras	153.739	236.733			
Juros sobre a dívida	(82.312)	(58.780)			
Variações monetárias e outras despesas financeiras	(389.547)	(411.297)			

Total Despesas Financeiras	(471.859)	(470.077)			
Variação cambial, líquida	608.100	(1.470.653)			
Resultado financeiro, líquido	289.980	(1.703.997)			

24 - SEGUROS					
A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes determinados para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Os estoques e ativos imobilizados estão seguros contra incêndio, roubo, vendaval, alagamento, quebra de máquinas, danos elétricos e explosão. A principal cobertura de seguro é na modalidade de Patrimônio no montante de R\$ 7505.558.					

Valor presente da obrigação de benefício definido	(24.105)	(19.599)			
Valor justo dos ativos do plano	40.145	36.281			
Saldo a zero	16.036	16.682			
Restrição ao ativo atuarial devido à limitação de recuperação	(16.036)	(16.682)			
Efeito líquido	-	-			

2016	2015				
------	------	--	--	--	--

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro					
Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A					
Nire: 33300275819					
Protocolo: 020171494490 - 04/05/2017					
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.					
Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00					
Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017					

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

23 de



GERDAU AÇOS LONGOS S.A.

COMPANHIA FECHADA
CNPJ Nº 07.338.711/0001-69

CONTINUAÇÃO
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Gerdaú Aços Longos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gerdaú Aços Longos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gerdaú Aços Longos S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa n. 15 às demonstrações financeiras, encontra-se em curso investigação das autoridades competentes envolvendo a Companhia e suas empresas relacionadas no âmbito da operação "Zelotes", bem como investigação sendo conduzida por assessores externos conforme deliberação do Conselho de Administração da Gerdaú S.A. A referida nota explicativa descreve ainda não ser possível prever a duração e os resultados dessas investigações e que não há informações suficientes para avaliar quais as possíveis consequências decorrentes dessas investigações, incluindo a necessidade de reconhecimento de provisão e/ou divulgações adicionais, se houver. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, a emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 17 de março de 2017

PWC

Procter & Gamble
Auditor Independente
CRC 2SP000163/O-6 "F" RJ

Adriano Machado

Contador CRC 1PR042584/O-7 "S" RJ

DIRETORIA E COMITÊ EXECUTIVO

Presidente

Presidente Vice-Presidente

Presidente

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665BB4B1C1EEA47F2FE5874C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Gerdau Aços Longos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gerdau Aços Longos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gerdau Aços Longos S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Bases para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa n. 15 às demonstrações financeiras, encontra-se em curso investigação das autoridades competentes envolvendo a Companhia e suas empresas relacionadas no âmbito de operação "Zelores", bem como investigação sendo conduzida por assessores externos conforme deliberação do Conselho de Administração da Gerdau S.A. A referida nota explicativa descreve ainda não ser possível prever a duração e os resultados dessas investigações e que não há informações suficientes para avaliar quais as possíveis consequências decorrentes dessas investigações, incluindo a necessidade de reconhecimento de provisão e/ou divulgações adicionais, se houver. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório de auditoria

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão da auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras. A não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Porto Alegre, 17 de março de 2017

pwc

PricewaterhouseCoopers

Auditor Independente

CRC 2SP0018210-5 "F" RJ

Adriano Macneiro

Contador CRC 1PR042584/0-7 "S" RJ

DIRETORIA E COMITÊ EXECUTIVO

Diretor Presidente
ANDRÉ BIER GERDAU JOHANNPETER

Diretores Vice-Presidentes
CLAUDIO JOHANNPETER
GUILHERME CHAGAS GERDAU JOHANNPETER
FRANCISCO DEPPERMAN FORTES
HARLEY LORENTZ SCARDOELLI

Contador
DENISE ABREU LANZONI
CRC RS 030.282/0-2-S-RJ
CPF nº 994.509.760-15

GS COLAS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA - EPP
CNPJ nº 23.129.965/0001-84 - NIRE nº 3210912258

Ata de Reunião de Sócios realizada em 07 de março de 2017. Data, horário e local: Aos 07 dias do mês de março de 2017, às 10 horas, na Praia de Botafogo, 501, Bloco 1, sala 101, Botafogo, na cidade e Estado do Rio de Janeiro. Convocação: dispensadas as formalidades de convocação previstas no §2º do art. 1.072 do Código Civil, não restando, no âmbito societário, a necessidade de notificação dos sócios.

carapaguá. CEP 22.775-033. Mesa: Presidente: José Miguel de Oliveira; Secretária: Edna Alves Cezario de Oliveira. Ordem do dia: (I) deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade atualmente no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), para R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais) com o consequente cancelamento de 380.000 (trezentos e oitenta mil) quotas de emissão da Sociedade, dispensando-se as prestações ainda devidas, nos termos do art. 1.062, II do Código Civil e (II) deliberar sobre a redução nominal da quota. Os sócios deverão integralizar as 20.000 (vinte mil) quotas na proporção de sua participação, no prazo de 90 (noventa) dias após o registro da alteração do contrato social da Sociedade. Por fim, submetida à discussão a matéria do item (II) da ordem do dia, decidem os sócios, por unanimidade, alterar o endereço da sede da Sociedade atualmente na Praia de Botafogo, 501, Bloco 1, Sala 101, Botafogo, para a Praça Floriano, 55, sala 1205 (parte), Centro, Rio de Janeiro. CEP 20114-050. Em subscrito a administração da Sociedade.

nominal da quota. Os sócios deverão integralizar as 20.000 (vinte mil) quotas na proporção de sua participação, no prazo de 90 (noventa) dias após o registro da alteração do contrato social da Sociedade. Por fim, submetida à discussão a matéria do item (II) da ordem do dia, decidem os sócios, por unanimidade, alterar o endereço da sede da Sociedade atualmente na Praia de Botafogo, 501, Bloco 1, Sala 101, Botafogo, para a Praça Floriano, 55, sala 1205 (parte), Centro, Rio de Janeiro. CEP 20114-050. Em subscrito a administração da Sociedade.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE276563C1D4EC8D6B27C75665BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Id: 2017035



GERDAU AÇOS LONGOS S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Gerdau Aços Longos S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, referentes ao exercício social de 2016. As vendas atingiram 3,3 milhões de toneladas no ano de 2016, volume inferior ao de 2015, principalmente pela redução dos volumes vendidos no mercado interno em função do menor nível de atividade da construção e da indústria. Por outro lado, as exportações apresentaram aumento em relação a 2015 devido às oportunidades no mercado internacional. A receita líquida de vendas alcançou R\$ 7,3 bilhões em 2016. A margem bruta (lucro bruto dividido pela receita líquida de vendas) ficou em 7,2% no período. A Companhia apurou um resultado líquido negativo de R\$ 548,5 milhões no ano de 2016, representando R\$ 2,74 por ação. Esse resultado negativo foi decorrente, principalmente, do menor resultado

operacional, influenciado pela perda de equivalência patrimonial. Em função desse prejuízo, a Companhia não destinou dividendos no exercício de 2016. Em 31 de dezembro de 2016, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 75 bilhões, representando um valor patrimonial de R\$ 37,36 por ação. Os investimentos em ativo imobilizado totalizaram R\$ 233,0 milhões no exercício. A dívida bruta da Companhia somava R\$ 1.178,5 milhões em 31 de dezembro de 2016, dos quais 18,6% eram de curto prazo e 81,4% de longo prazo. Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, representantes, instituições financeiras e órgãos governamentais pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO				PASSIVO			
	Nota	2016	2015		Nota	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	91.392	660.523	Fornecedores		561.933	553.263
Aplicações financeiras em títulos para negociação	4	339.440	745.990	Empréstimos e financiamentos	12	219.489	234.322
Contas a receber de clientes	5	833.812	836.992	Impostos e contribuições a recolher	14	75.510	86.481
Estoque	6	1.083.893	1.098.923	Salários a pagar		115.844	90.681
Créditos tributários	7	128.928	175.483	Provisão para passivos ambientais	18	3.027	3.475
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		33.925	47.627	Outros passivos circulantes		83.205	83.248
Outros ativos circulantes		125.273	49.944			1.059.008	1.051.470
		2.616.263	3.615.482	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
ATIVO NÃO CIRCULANTE				Empréstimos e financiamentos	12	958.998	750.840
Créditos tributários	7	20.085	24.742	Partes relacionadas	16	2.671.803	4.360.455
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	1.326.409	1.340.685	Provisão para passivos tributários, trabalhistas e civis	15	1.520.480	1.300.605
Partes relacionadas	16	66.185	62.567	Provisão para passivos ambientais	18	839	10.289
Depósitos judiciais	15	1.341.233	1.225.638	Outros passivos não circulantes		27.163	40.933
Outros ativos não circulantes		75.796	149.560			5.179.283	6.463.722
Investimentos	9	4.697.082	6.316.966	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	10	3.186.925	3.345.065	Capital social		3.654.212	3.654.212
Intangível	11	400.573	446.415	Reservas de capital		1.335.147	1.335.132
		11.114.298	12.911.708	Reservas de lucros		938.206	1.486.837
TOTAL DO ATIVO		13.730.561	16.527.190	Ajustes de avaliação patrimonial		1.564.705	2.536.417
						7.492.270	9.012.598
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.730.561	16.527.190

As notas explicativas de Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2016	2015
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	21	7.251.892	8.428.259
Custo das vendas	22	(6.732.791)	(7.585.304)
LUCRO BRUTO		519.091	842.955
Despesas com vendas	22	(329.942)	(325.844)
Despesas gerais e administrativas	22	(460.148)	(589.525)
Outras receitas operacionais	22	9.285	8.554

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Fluxo de caixa da atividade operacional			
Prejuízo do exercício		(548.616)	(2.236.598)
Ajustes para reconciliar o prejuízo no fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Depreciação, exaustão e amortização	22	457.067	495.419
Resultado de equivalência patrimonial	9	516.686	350.238
Variação cambial líquida	23	(608.100)	1.470.653

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A

Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

		2016	2015
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	21	725.892	8.428.299
Custo das vendas	22	(6.732.791)	(7.565.304)
LUCRO BRUTO		519.091	862.995
Despesas com vendas	22	(329.942)	(325.844)
Despesas gerais e administrativas	22	(460.148)	(569.525)
Outras receitas operacionais	22	9.285	8.554
Outras despesas operacionais	22	(45.910)	(19.807)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	10	-	(743.330)
Resultado da equivalência patrimonial	9	(516.886)	(350.238)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS		(824.310)	(1.157.195)
Receitas financeiras	23	153.739	236.733
Despesas financeiras	23	(471.859)	(470.077)
Variação cambial, líquida	23	608.100	(1.470.653)
PREJUÍZO ANTES DOS IMPOSTOS		(534.330)	(2.961.192)
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	8	-	(57.153)
Diferido	8	(14.268)	681.747
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(548.616)	(2.236.598)
Prejuízo por ação (em R\$) - básico e diluído	20	(2,74)	(11,15)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015
Prejuízo apurado na demonstração dos resultados	(548.616)	(2.236.598)
Valores potencialmente reclassificáveis para a demonstração dos resultados no futuro		
Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira (*)	(982.228)	1.674.667
Ganhos não realizados em ativos financeiros disponíveis para venda	-	(7)
Valores potencialmente não reclassificáveis para a demonstração dos resultados no futuro		
Remensurações com planos benefícios a empregados (*)	(11.203)	7.149
Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	(993.431)	1.681.809
Resultado abrangente para o exercício, líquido de impostos	(1.542.047)	(554.789)

(*) Correspondem a outros resultados abrangentes de investimento em empresa controlada e coligadas.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

	2016	2015
Fluxo de caixa da atividade operacional		
Prejuízo do exercício	(548.616)	(2.236.598)
Ajustes para reconciliar o prejuízo no fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Depreciação, exaustão e amortização	22	467.067
Resultado da equivalência patrimonial	9	516.886
Variação cambial, líquida	23	(608.100)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	10	-
Benefícios pós-emprego	-	9.531
Imposto de renda e contribuição social	8	14.286
(Ganho) Perda na alienação de ativos	-	(1.588)
Provisão para risco de crédito	5	77.599
Provisão para passivos tributários, trabalhistas e cíveis	15	219.975
Receita de juros de aplicações financeiras	-	(66.103)
Despesa de juros sobre dívidas financeiras	23	82.312
Juros sobre mútuos com empresas ligadas	16	252.082
(Reversão) para ajuste ao valor líquido realizável de estoque	6	(10.091)
Variação de ativos e passivos		
(Aumento) Redução de contas a receber	-	(30.638)
Redução de estoques	-	25.053
(Redução) Aumento de contas a pagar	-	(26.800)
Outras contas de atividade operacional	-	(50.093)
Recebimento de dividendos	9	112.265
Aplicações financeiras de títulos para negociação	-	(2.330.934)
Resgate de aplicações financeiras de títulos para negociação	-	2.803.587
Caixa gerado pelas atividades operacionais	-	907.480
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	-	(87.933)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	819.547	1.579.617
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições de imobilizado	10	(12.295)
Recebimento pela venda de imobilizado	-	2.743
Adições de outros ativos intangíveis	11	(33.496)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(263.704)	(430.594)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-	(74.513)
Empréstimos e financiamentos obtidos	-	330.131
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-	(154.735)
Financiamentos com empresas ligadas, líquido	-	(1.300.370)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(1.124.974)	(1.127.455)
(Redução) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	-	(569.131)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	660.523
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	91.392	660.523

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Legal	Incentivos fiscais	Investimentos e capital de giro	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 01/01/2015	3.654.212	1.277.979	475.716	607.636	2.727.762	3.811.113	856.312	-	9.599.616
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(2.236.598)	(2.236.598)
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	1.681.809	-	1.681.809
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	1.681.809	(2.236.598)	(554.789)
Adições de reservas	-	57.153	-	-	-	-	-	-	57.153
Efeitos de alterações de participação em controlada e coligadas	-	-	-	-	-	-	4.376	-	4.376
Efeito com plano de incentivos a longo prazo	-	-	-	-	-	-	(6.080)	-	(6.080)
Destinações propostas à Assembleia Geral:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção de prejuízos do exercício	-	-	-	-	(2.236.598)	(2.236.598)	-	2.236.598	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(87.678)	(87.678)	-	-	(87.678)
Saldos em 31/12/2015 (Nota 19)	3.654.212	1.335.132	475.716	607.636	403.486	1.486.837	2.536.417	-	9.012.598
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(548.616)	(548.616)
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	(993.431)	-	(993.431)
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	(993.431)	(548.616)	(1.542.047)
Adições de reservas	-	15	-	-	(15)	(15)	-	-	-
Efeitos de alterações de participação em controlada e coligadas	-	-	-	-	-	-	2.240	-	2.240
Efeito com plano de incentivos a longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A

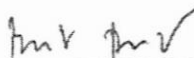
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Legal	Incentivos fiscais	Investimentos e capital de giro	Reserva de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
						Total				
Saldo em 01/01/2015	3.654.212	1.277.979	475.716	607.636	2.727.762	3.811.113	656.312	-	-	9.599.616
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.236.598)	(2.236.598)
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	1.681.809	-	-	1.681.809
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	1.681.809	-	(2.236.598)	(554.789)
Adições de reservas	-	57.153	-	-	-	-	-	-	-	57.153
Efeitos de alterações de participação em controlada e coligadas	-	-	-	-	-	-	4.376	-	-	4.376
Efeito com plano de incentivos a longo prazo	-	-	-	-	-	-	(6.080)	-	-	(6.080)
Destinações propostas à Assembleia Geral:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção de prejuízos do exercício	-	-	-	-	(2.236.598)	(2.236.598)	-	-	2.236.598	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(87.678)	(87.678)	-	-	-	(87.678)
Saldo em 31/12/2015 (Nota 19)	3.654.212	1.335.132	475.716	607.636	403.486	1.486.837	2.536.417	-	-	9.012.599
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(548.516)	(548.516)
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	(993.431)	-	-	(993.431)
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	(993.431)	-	(548.516)	(1.541.947)
Adições de reservas	-	15	-	-	(15)	(15)	-	-	-	-
Efeitos de alterações de participação em controlada e coligadas	-	-	-	-	-	-	2.240	-	-	2.240
Efeito com plano de incentivos a longo prazo	-	-	-	143	(143)	-	19.479	-	-	19.479
Destinações propostas à Assembleia Geral:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção de prejuízos do exercício	-	-	(145.288)	-	(403.328)	(548.616)	-	-	548.616	-
Saldo em 31/12/2016 (Nota 19)	3.654.212	1.335.147	330.428	607.778	-	938.206	1.564.706	-	-	7.492.270

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1 - INFORMAÇÕES GERAIS

Gerdau Aços Longos S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, capital. A Gerdau Aços Longos S.A. é uma empresa controlada pela Gerdau S.A., a qual, em conjunto com suas outras controladas, é líder no segmento de aços longos nas Américas e uma das principais fornecedoras de aços especiais do mundo. No Brasil, também produz aços planos e minério de ferro, atividades que estão ampliando o mix de produtos oferecidos ao mercado e a competitividade das operações. Além disso, é a maior recicladora da América Latina e, no mundo, transforma, anualmente, milhões de toneladas de sucata em aço, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável das regiões onde atua. As ações das empresas Gerdau estão listadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova Iorque e Madrid. As Demonstrações Financeiras da Gerdau Aços Longos S.A. foram aprovadas pela Administração em 17/03/2017.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) **Demonstrações Financeiras** - as Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as Demonstrações Financeiras, estão demonstradas na nota 3.16. As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31/12/2016. b) **Demonstrações Financeiras Consolidadas** - conforme permitido pelo parágrafo 4 (a) do CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, a Sociedade não está apresentando suas Demonstrações Financeiras Consolidadas, tendo em vista que sua controladora final Gerdau S.A., em conjunto com os demais proprietários concordaram com a não apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas; a Sociedade não possui instrumentos de dívidas ou patrimônios negociados em mercado aberto, a Sociedade não registrou ou está em processo de registro de suas Demonstrações Financeiras na Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador; e sua controladora final, acima mencionada, disponibiliza ao público suas Demonstrações Financeiras Consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. 3.1 - **Conversão de saldos em moeda estrangeira:** a) **Moeda funcional e de apresentação:** É a moeda do ambiente econômico

primário em que ela opera. As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. b) **Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais (R\$) usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na Demonstração do Resultado. c) **Investimentos:** Os resultados e a posição financeira de todos os investimentos que são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial, que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos para reais (R\$), sendo: (i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das Demonstrações Financeiras; (ii) as contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio; e (iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas na Demonstração dos Resultados Abrangentes. 3.2 - **Ativos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo reconhecido no resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda, quando aplicável. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, como detalhado na nota 13. a) **Ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado:** São ativos financeiros mantidos para negociação, reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são debitados à Demonstração do Resultado. b) **Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber", "Caixa e equivalentes de caixa" e "Depósitos judiciais". São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, os quais são classificados como ativos não circulantes. c) **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos, quando aplicável. A Companhia não possui montantes de caixa ou equivalentes de caixa restritos para os exercícios apresentados. d) **Aplicações financeiras:** Estão classificadas como títulos para negociação ao valor justo reconhecido com contrapartida no resultado (títulos para negociação), em virtude do propósito do investimento ser a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos. e) **Contas a receber de clientes:** Estão apresentadas a valores de custo amortizado, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações Financeiras. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Informações referentes à abertura de contas a receber em valores a vencer, e vencidos, além da provisão para risco de crédito estão demonstradas na nota 5. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia, líquida da provisão para risco

CONTINUA

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A

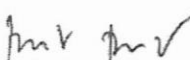
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

GERDAU**GERDAU AÇOS LONGOS S.A.** COMPANHIA FECHADA
CNPJ Nº 07.258.741/0001-49**CONTABILIZAÇÃO**

de crédito, é o valor das contas a receber. A qualidade do crédito das contas a receber é considerada adequada, sendo que o valor do risco efetivo de eventuais perdas no contas a receber de clientes encontra-se apresentado como provisão para risco de crédito. **f) Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (impairment). Estes ativos financeiros são considerados ativos parcialmente ou totalmente não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem, entre outros fatores: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; e (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. **3.3 - Estoques:** São avaliados com base no menor valor entre o custo histórico de aquisição e produção e o valor líquido realizável. O custo de aquisição e produção é acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. O valor líquido realizável é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para conclusão e despesas de vendas diretamente relacionadas. Informações referentes à abertura do valor líquido realizável estão demonstradas na nota 6. **3.4 - Imobilizado:** A Companhia utilizou o custo histórico, deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados. A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em formação os custos de empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) o período de capitalização ocorre quando o imobilizado encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização dos custos de empréstimos quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) os custos de empréstimos são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização ou a taxa específica, no caso de empréstimos para a aquisição de imobilizado; (c) os custos de empréstimos capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os custos de empréstimos capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorporados. A depreciação é calculada pelo método linear ajustado pelo nível de utilização de certos ativos, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual estimado dos ativos no final de sua vida útil. O valor residual ao final da vida útil e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidas diretamente no resultado quando incorridas. O valor residual dos itens do imobilizado é reduzido imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável. **3.5 - Intangíveis:** É avaliado ao custo de aquisição e subsequentemente deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. São compostos por ativos que representam a capacidade de geração de valor agregado de companhias adquiridas com base no histórico de relacionamento com fornecedores e software. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota 3.6). O intangível do relacionamento com fornecedores é amortizado com base em um método que considera o futuro benefício econômico esperado fornecido ao longo do tempo por esses novos fornecedores adquiridos. A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício. **3.6 - Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos e reversão de provisão constituídas:** Na data de cada Demonstração Financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano, em dezembro. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (impairment). A redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada, conforme demonstrado na nota 10. A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por recuperabilidade de ativos de longo prazo.

A movimentação da provisão para riscos de crédito está demonstrada abaixo:

Saldo em 01/01/2015	(39.991)
Créditos provisionados no exercício	(96.838)
Créditos recuperados no exercício	13.173
Créditos baixados definitivamente da posição	47.522
Saldo em 31/12/2015	(76.134)
Créditos provisionados no exercício	(106.838)
Créditos recuperados no exercício	29.139
Créditos baixados definitivamente da posição	47.694
Saldo em 31/12/2016	(106.139)

6 - ESTOQUES

	2016	2015
Produtos prontos	589.529	603.339
Produtos em elaboração	143.545	139.863
Matérias-primas	226.972	232.922
Materiais de almoxarifado	72.781	86.149
Adiantamento a fornecedores	54.051	48.394
Importações em andamento	1.374	2.905
(+) Provisão para ajuste ao valor líquido realizável	(4.559)	(14.650)
	1.083.693	1.098.923

O saldo da provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoque, cuja provisão e reversão tem como contra partida o custo das vendas, está demonstrado abaixo:

Saldo em 01/01/2015	(15.108)
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável	(6.542)
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável	7.000
Saldo em 31/12/2015	(14.650)
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável	(10.821)
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável	20.912
Saldo em 31/12/2016	(4.559)

7 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

	2016	2015
Circulante		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	70.362	95.564
Imposto sobre Produtos Industrializados	37.032	27.156
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	14.189	37.896
Programa da Integração Social e outros	7.345	15.067
	128.928	175.683
Não circulante		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e outros	20.085	24.742
	149.013	200.225

A expectativa de realização dos créditos tributários do ativo não circulante é até o ano de 2020.

8 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os impostos sobre a renda incluem o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), que representa um imposto adicional. As alíquotas oficiais para a contribuição social são de 20% sobre o lucro líquido.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

determinado pelo maior valor entre: i) seu valor justo menos custos de venda; ou ii) o valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil, independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano, em dezembro. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (impairment). A redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão da perda reconhecida anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentava na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada, conforme demonstrado na nota 10.c. A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por recuperabilidade de ativos de vida longa. Entretanto, se os atuais resultados não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas nos fluxos de caixa futuros estimados e valor justo dos ativos, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais.

3.7 - Investimentos: Os investimentos em empresas controladas e coligadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o investimento foi adquirido. De acordo com este método, as participações sobre os investimentos são reconhecidas no Balanço Patrimonial ao custo, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos desses em contrapartida de resultado da equivalência patrimonial e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos. Adicionalmente, as participações poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (impairment). Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

3.8 - Passivos financeiros e instrumentos patrimoniais: a) **Classificação como dívida ou patrimônio:** Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de acordo com a substância dos termos contratuais. b) **Empréstimos e financiamentos:** São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. c) **Instrumentos de patrimônio:** Um instrumento patrimonial é baseado em um contrato que demonstre a participação nos ativos de uma entidade após serem deduzidos todos os seus passivos.

3.9 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a alíquotas de impostos com vigência na data base das Demonstrações Financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes a valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras e são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das Demonstrações Financeiras. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, ou diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em Outros resultados abrangentes.

3.10 - Benefícios a empregados: A Companhia possui planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, participação nos lucros e bônus. Eventuais superávits com planos de benefícios de contribuição definida a empregados são reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos. As remensurações atuariais geradas por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados Abrangentes.

3.11 - Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

3.12 - Transações com partes relacionadas: Os contratos de mútuos são atualizados pelos encargos contratados mais variação cambial, quando aplicável. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes, como descrito na nota 16.

3.13 - Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio: É reconhecida como passivo no momento em que os dividendos são aprovados pelos acionistas da Companhia. O Estatuto Social prevê que, no mínimo, 30% do lucro anual seja distribuído como dividendos; portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima.

3.14 - Reconhecimento da receita de vendas: A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação possam ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. Os fretes sobre vendas são incluídos no custo das vendas.

3.15 - Investimentos em prevenção de danos ao meio ambiente e provisão para passivos ambientais: Custos ambientais são relacionados às operações normais e são registrados como despesa ou capitalizados conforme o caso. Os que são relacionados a uma condição existente causada por operações do passado e que não contribuem para atuais ou futuras receitas geradas ou redução de custos são registrados como despesa. Passivos são registrados quando a avaliação ambiental ou esforços de restauração são prováveis e o custo pode ser razoavelmente estimado, discussões com autoridades ambientais e outras premissas relevantes para estimativa da natureza e extensão da restauração que pode ser requerida. O custo final é dependente de fatores que não podem ser controlados como o escopo e metodologia dos requerimentos da ação de restauração a ser estabelecida pelas autoridades ambientais e de saúde pública, novas leis ou regulamentos governamentais, rápida alteração tecnológica e o surgimento de algum litígio relacionado. Passivos ambientais são ajustados a valor presente se o montante agregado da obrigação e o montante e prazo dos desembolsos de caixa forem fixos ou puderem ser determinados de uma maneira confiável.

3.16 - Uso de estimativas: Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a

Não circulante

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e outros	20.085	24.742
	149.013	200.225

A expectativa de realização dos créditos tributários do ativo não circulante é até o ano de 2020.

8 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os impostos sobre a renda incluem o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), que representa um imposto adicional. As alíquotas oficiais para imposto de renda e contribuição social aplicáveis são de 25% e de 9%, respectivamente, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015. a) **Reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) no resultado:**

	2016	2015
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(534.330)	(2.861.192)
Alíquotas nominais	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	181.672	972.805
Ajustes dos impostos referente:		
- equivalência patrimonial	(175.673)	(119.081)
- juros sobre o capital próprio	-	29.811
- resultado não operacional	-	(19.909)
- não constituição de ativos fiscais diferidos	-	(196.262)
- diferenças permanentes, líquidas	(20.285)	(43.770)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(14.286)	624.594
Corrente	-	(57.153)
Diferido	(14.286)	681.747

b) Composição e movimentação dos ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais:

	Saldo em 31/12/2015	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2016
Prejuízo fiscal	82.895	208.551	291.456
Base negativa de contribuição social	37.018	75.259	112.277
Variação cambial diferida	713.616	(378.155)	335.461
Provisão para perdas	81.817	(19.339)	62.478
Provisão para passivos tributários, trabalhistas e cíveis	442.207	74.758	516.965
Outras diferenças temporárias	(16.858)	24.630	7.772
	1.340.695	(14.286)	1.326.409
Ativo não circulante	1.340.695	-	1.326.409

	Saldo em 01/01/2015	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2015
Prejuízo fiscal	-	82.895	82.895
Base negativa de contribuição social	-	37.018	37.018
Variação cambial diferida	291.660	421.956	713.616
Provisão para perdas	23.027	58.790	81.817
Provisão para passivos tributários, trabalhistas e cíveis	365.029	77.178	442.207
Outras diferenças temporárias	(20.768)	3.910	(16.858)
	658.948	681.747	1.340.695
Ativo não circulante	658.948	-	1.340.695

c) Estimativa de recuperação de créditos de imposto de renda e contribuição social:

	Ativo	
	2016	2015
2016	-	88.145
2017	261.303	241.418
2018	130.508	230.495
2019	158.047	252.003
2020	228.612	237.599
2021	169.699	120.941
2022 em diante	380.240	170.094
	1.326.409	1.340.695

d) **Ativos fiscais não contabilizados:** Devido à falta de oportunidade de uso dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Companhia não contabilizou uma porção de ativo fiscal de R\$ 64.946 (R\$ 65.444 em 31/12/2015), os quais não têm uma data final para expirar.

9 - INVESTIMENTOS

Gerdau
Internacional Gerdau

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819
Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00
Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima. 3.14 - Reconhecimento da receita de vendas: A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação possam ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. Os fretes sobre vendas são incluídos no custo das vendas. 3.15 - Investimentos em prevenção de danos ao meio ambiente e provisão para passivos ambientais: Custos ambientais são relacionados às operações normais e são registrados como despesa ou capitalizados conforme o caso. Os que são relacionados a uma condição existente causada por operações do passado e que não contribuem para atuais ou futuras receitas geradas ou redução de custos são registrados como despesa. Passivos são registrados quando a avaliação ambiental ou esforços de restauração são prováveis e o custo pode ser razoavelmente estimado, discussões com autoridades ambientais e outras premissas relevantes para estimativa da natureza e extensão da restauração que pode ser requerida. O custo final é dependente de fatores que não podem ser controlados como o escopo e metodologia dos requerimentos da ação de restauração a ser estabelecida pelas autoridades ambientais e de saúde pública, novas leis ou regulamentos governamentais, rápida alteração tecnológica e o surgimento de algum litígio relacionado. Passivos ambientais são ajustados a valor presente se o montante agregado da obrigação a o montante e prazo dos desembolsos de caixa forem fixos ou puderem ser determinados de uma maneira confiável. 3.16 - Uso de estimativas: Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas referentes, principalmente, à estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa (nota 10), provisões necessárias para passivos tributários, trabalhistas e civis (nota 15) e estimativas referentes à seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos, escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários (nota 17). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização pode divergir das estimativas. 3.17 - Novos pronunciamentos: O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionadas às IFRSs novas e revisadas emitidas durante 2016. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo International Accounting Standards Board - IASB, é esperado que essas pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória. A Companhia não espera ter impactos da adoção destas normas revisadas em suas Demonstrações Financeiras.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2016	2015
Caixa	315	5.951
Bancos e aplicações de liquidez imediata	91.077	654.572
Caixa e equivalentes de caixa	91.392	660.523
Titulos para negociação		
Aplicações em renda fixa	288.304	383.950
Aplicações em debêntures	51.136	362.140
Aplicações financeiras	339.440	746.090

As aplicações financeiras em títulos para negociação incluem cotas do Fundo Paracopa composto por Certificado de Depósito Bancário - CDB, Letras Financeiras do Tesouro, operações compromissadas, cotas de outros fundos de investimentos, overnight e debêntures da Gerdau S.A., os quais são registrados pelo seu valor justo. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira. As debêntures são denominadas em reais, com juros variáveis a um percentual da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. A taxa nominal média anual de juros foi de 14,00% e 13,24%, para o exercício findo em 31/12/2016 e 31/12/2015, respectivamente.

5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2016	2015
Contas a receber de clientes	939.751	913.126
(-) Provisão para risco de crédito	(106.139)	(76.134)
	833.612	836.992

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	2016	2015
Valores a vencer	774.557	618.479
Vencidos:		
Até 30 dias	33.473	100.062
Entre 31 e 60 dias	23.814	25.904
Entre 61 e 90 dias	13.130	19.134
Entre 91 e 180 dias	21.953	73.228
Entre 181 e 360 dias	41.544	46.809
Acima de 360 dias	31.270	29.510
(-) Provisão para risco de crédito	(106.139)	(76.134)
	833.612	836.992

	Ativo não circulante	656.948	1.340.695
c) Estimativa de recuperação de créditos de imposto de renda e contribuição social:			
		Ativo	
		2016	2015
2016			88.146
2017		261.303	241.418
2018		130.508	230.495
2019		156.047	252.003
2020		228.612	237.599
2021		166.699	120.941
2022 em diante		380.240	170.094
		1.326.409	1.340.695

d) Ativos fiscais não contabilizados: Devido à falta de oportunidade de uso dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Companhia não contabilizou uma porção de ativo fiscal de R\$ 64.946 (R\$ 65.444 em 31/12/2015), os quais não têm uma data final para expirar.

9 - INVESTIMENTOS

	Gerdau Internacional Empreend. Ltda. - Grupo Gerdau	Gerdau Açominas Overseas Ltd.	Chopim Energia S.A.	Total
Saldo em 01/01/2015	4.941.406	(2.045)	11.073	4.950.434
Resultado da equivalência patrimonial	(355.666)	5.610	(182)	(350.238)
Ajustes de avaliação patrimonial	1.666.185	-	-	1.666.185
Aumento de capital social ^(a)	102.000	-	1.000	103.000
Dividendos	(72.395)	-	-	(72.395)
Saldo em 31/12/2015	6.301.530	3.565	11.891	6.316.986
Resultado da equivalência patrimonial	(522.177)	5.222	(231)	(516.986)
Ajustes de avaliação patrimonial	(991.191)	-	-	(991.191)
Aumento de capital social ^(a)	-	-	248	248
Dividendos	(112.265)	-	-	(112.265)
Saldo em 31/12/2016	4.675.897	9.287	11.908	4.697.092
Capital social	11.084.139	176.349	25.070	
Patrimônio líquido ajustado	22.340.645	9.287	23.815	
Participação no capital total (%)	20,93%	100%	50%	

As informações financeiras da coligada Gerdau Internacional Empreend. Ltda. - Grupo Gerdau estão demonstradas a seguir:

	2016	2015
Prejuízo do exercício	(2.494.877)	(1.693.144)
Outros resultados abrangentes	4.746.451	8.078.921
Total dos resultados abrangentes	(2.241.328)	6.385.777

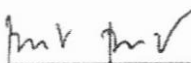
10 - IMOBILIZADO

a) Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

	Terranos, prédios e equipamentos construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamentos eletrônicos de dados	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Custo do imobilizado bruto						
Saldo em 01/01/2015	1.967.445	4.539.017	230.421	746.719	829.222	8.312.824
Adições	972	57.760	1.825	234.020	66.305	362.882
Juros capitalizados	-	-	-	17.803	-	17.803
Transferências	29.619	165.592	5.329	(202.945)	2.405	-
Baixas	(44.342)	(12.657)	(4.136)	-	(23.710)	(84.845)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos ^(a)	(32.795)	(166.805)	-	(543.726)	-	(743.330)
Saldo em 31/12/2015	1.920.899	4.582.903	233.439	251.871	876.222	7.865.334
Adições	21.164	43.130	414	91.577	76.666	232.951
Juros capitalizados	-	-	-	1.654	-	1.654
Transferências	50.064	223.796	6.680	(283.326)	2.796	-
Baixas	(1.100)	(128.496)	(14.261)	(3.923)	(32.149)	(79.931)
Saldo em 31/12/2016	1.961.027	4.821.321	226.272	578.635	923.535	8.020.008

CONTINUA

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819
Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00
Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

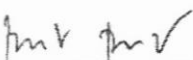
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
 Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A
 Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665B4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017


 Bernardo F. S. Berwanger
 Secretário Geral

Anexo 1 - Balanço Geral da Companhia Saneamento de São Paulo S.A. - 2017									
Descrição	Valor em R\$	Valor em R\$	Valor em R\$	Valor em R\$	Valor em R\$	Valor em R\$	Valor em R\$	Valor em R\$	Valor em R\$
Ativo									
Ativo Circulante									
Ativo Não Circulante									
Total									
Passivo									
Passivo Circulante									
Passivo Não Circulante									
Total									

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
 Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A
 Nire: 33300275819
 Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017
 CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
 Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00
 Arquivamento: 000033036681 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
 Secretário Geral

[illegible]

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral


GERDAU AÇOS LONGOS S.A.

 Companhia Fechada
 CVM Nº 07.358.761/0001-49

CONTINUAÇÃO

Depreciação e exaustão acumulada	Terrenos, prédios e equipamentos de construções	Máquinas, equipamentos e instalações eletrônicos	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Saldo em 01/01/2015	(747.595)	(3.120.375)	(214.019)	(91.528)	4.173.517
Depreciação e exaustão	(52.995)	(266.179)	(10.086)	(95.215)	(424.475)
Transferências	(19.610)	5.293	234	14.083	-
Baixas	39.230	12.657	2.147	23.710	77.744
Saldo em 31/12/2015	(780.970)	(3.368.604)	(221.724)	(148.951)	4.520.249
Depreciação e exaustão	(46.181)	(247.408)	(6.965)	(87.155)	(387.729)
Transferências	(2.825)	2.895	7	(67)	-
Baixas	813	27.796	14.247	32.039	74.895
Saldo em 31/12/2016	(829.163)	(3.585.331)	(214.465)	(204.134)	4.833.083
Imobilizado líquido					
Saldo em 31/12/2015	1.139.929	1.214.299	11.715	251.871	727.271
Saldo em 31/12/2016	1.161.884	1.235.990	11.817	57.853	719.401

A taxa média de capitalização de juros no exercício de 2016 é de 6,6% (6,4% em 2015).

As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação e exaustão:

	Vida útil dos ativos imobilizados
Prédio, construções e benfeitorias	10 e 25 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos eletrônicos de dados	2,5 e 5 anos

b) Valores oferecidos em garantia - a Companhia ofereceu bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 22,9 milhões em 31/12/2016 (R\$ 28,6 milhões em 31/12/2015). **c) Perdas pela não recuperabilidade do imobilizado** - a Companhia não identificou evidências de qualquer perda pela não recuperabilidade do imobilizado no exercício (R\$ 743.330 em 31/12/2015). A Companhia manterá ao longo do próximo exercício seu constante monitoramento do mercado siderúrgico em busca de identificar uma eventual deterioração, queda significativa na demanda dos setores consumidores de aço, paralisação de atividades de plantas industriais ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro.

11 - INTANGÍVEL

O saldo de intangível refere-se, substancialmente, ao fundo de comércio decorrente da aquisição de empresas e ao desenvolvimento de software.

	Relacionamento com fornecedores	Desenvolvimento de software	Total
Saldo em 01/01/2015	56.654	392.001	448.655
Aquisição	-	68.703	68.703
Amortização	(9.033)	(61.860)	(70.893)
Saldo em 31/12/2015	47.571	398.844	446.415
Aquisição	-	33.495	33.495
Amortização	(7.845)	(71.493)	(79.338)
Saldo em 31/12/2016	39.726	360.847	400.573
Vida útil média estimada	5 a 20 anos	7 anos	

12 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2015	2016
Real (BRL)	1.157.919	939.982
Dólar Norte-Americano (USD)	20.569	45.180
Total dos financiamentos	1.178.487	985.162
Circulante	510.400	324.532

monta, em 31/12/2016, R\$ 6.672 (R\$ 8.598 em 31/12/2015) e impactaria a linha de Despesas financeiras na Demonstração dos Resultados. As taxas de juros específicas que a Companhia está exposta, as quais são relacionadas aos Empréstimos e financiamentos, são apresentadas na nota 12, e são principalmente compostas por **Libor**. **Variações no preço de venda das mercadorias e no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção:** A Companhia está exposta a variações no preço de seus produtos. Esta exposição está relacionada à oscilação do preço de venda dos produtos e ao preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção, principalmente por operar em um mercado de commodities. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou uma redução de 1% sobre ambos os preços. O impacto calculado considerando esta variação no preço dos produtos vendidos totaliza R\$ 116.171 em 31/12/2016 (R\$ 132.914 em 31/12/2015) e matérias-primas e demais insumos montam R\$ 72.676 em 31/12/2016 (R\$ 81.078 em 31/12/2015). Os impactos no preço dos produtos vendidos e matérias-primas seriam registrados nas linhas de Receita líquida de vendas e Custo das vendas, respectivamente, na Demonstração dos Resultados.

d) Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e recebíveis	Ativos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado	Total Passivos	Outros passivos financeiros ao custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	91.392	-	91.392	Fornecedores
Aplicações financeiras	-	339.440	339.440	Empréstimos e financiamentos
Contas a receber de clientes	833.612	-	833.612	Partes relacionadas
Partes relacionadas	66.185	-	66.185	Outros passivos
Depósitos judiciais	1.341.233	-	1.341.233	Outros passivos
Outros ativos circulantes	105.273	-	105.273	Outros passivos
Outros ativos não circulantes	75.796	-	75.796	Outros passivos
	2.513.491	339.440	2.852.931	

	Empréstimos e recebíveis	Ativos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado	Total Passivos	Outros passivos financeiros ao custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	660.523	-	660.523	Fornecedores
Aplicações financeiras	-	745.990	745.990	Empréstimos e financiamentos
Contas a receber de clientes	836.992	-	836.992	Partes relacionadas
Partes relacionadas	62.567	-	62.567	Outros passivos
Depósitos judiciais	1.225.638	-	1.225.638	Outros passivos
Outros ativos circulantes	49.944	-	49.944	Outros passivos
Outros ativos não circulantes	149.580	-	149.580	Outros passivos
	2.985.244	745.990	3.731.234	

e) Mensuração ao valor justo: O CPC 39 define o valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. O CPC 40 estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para

 Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
 Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A
 Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

 Bernardo F. S. Berwanger
 Secretário Geral

Saldo em 31/12/2016	7.845	7.149,3	79.338
Vida útil média estimada	39.726	360.847	400.573
	5 a 20 anos	7 anos	

12 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Real (BRL)	2016	2015
Dólar Norte-Americano (USD)	1.157.918	939.582
Total dos financiamentos	20.569	45.180
Circulante	1.178.487	965.182
Não circulante	219.489	234.322
Valor do principal dos financiamentos	958.998	750.840
Valor dos juros dos financiamentos	1.151.760	952.814
Total dos financiamentos	26.727	32.348
	1.178.487	965.182

A taxa média ponderada nominal de juros em 31/12/2015 é de 8,04% (8,32% em 31/12/2016). Os empréstimos e financiamentos, denominados em reais, são corrigidos por taxa fixa ou indexados conforme os seguintes indicadores: TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), CDI (Certificados de Depósito Interbancário), IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado), IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

2017	2016	2015
2018	182.782	
2019	527.346	142.063
2020	121.733	118.212
2021	119.450	115.909
2022 em diante	48.092	47.144
	141.877	138.730
	958.998	750.840

Garantias: Em garantia dos financiamentos contratados na modalidade FINE/BNDES, cujo saldo devedor, em 31/12/2016, era de R\$ 22,9 milhões (R\$ 28,6 milhões em 31/12/2015), foram oferecidos os bens objeto destes, em alienação fiduciária.

13 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais: A Gerdau Açós Longos S.A., sua controlada e coligada mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias das posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e resritas ao Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Contas a receber de clientes, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Partes relacionadas, Depósitos judiciais, Outros ativos circulantes, Outros ativos não circulantes. Outros passivos circulantes e Outros passivos não circulantes. **b) Valor justo:** Os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas Demonstrações Financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Entretanto, uma vez que não existe mercado ativo para estes instrumentos, diferenças podem existir se forem liquidados antecipadamente.

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia: **Risco de preço das commodities:** É o risco do efeito de flutuações nos preços dos produtos vendidos ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em razão de operar num mercado de commodities, a Companhia poderá ter sua receita de vendas e seu custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou matérias-primas. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preços no mercado nacional e internacional. **Risco de taxas de juros:** É o risco do efeito de flutuações de taxas de juros no valor dos ativos e passivos financeiros ou de fluxos de caixa e receitas futuras. A Companhia avalia sua exposição a estes riscos: i) comparando ativos e passivos financeiros denominados em taxas de juros fixas e variáveis e ii) monitorando os movimentos de taxas de juros como Libor e CDI. Desta forma, a Companhia pode contratar swaps de taxas de juros com objetivo de reduzir este risco. **Risco de taxas de câmbio:** É o risco do efeito de flutuações das taxas de câmbio no valor dos ativos e passivos financeiros ou de fluxos de caixa e receitas futuras.

A Companhia avalia sua exposição cambial mensurando a diferença entre o valor de seus ativos e de seus passivos em moeda estrangeira. A Companhia entende que as contas a receber originadas por exportações e seu caixa e equivalentes de caixa denominados em moeda estrangeira mais do que equivalem a seus passivos denominados em moeda estrangeira. Mes como o gerenciamento destas exposições ocorre também a nível de cada operação, havendo um desdobramento entre os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, a Companhia pode contratar instrumentos financeiros derivativos, com o objetivo de mitigar o efeito das flutuações de taxa de câmbio.

Risco de crédito: Esse risco advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições financeiras e gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de rating. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pelo Comitê de Crédito. **Risco de gerenciamento de capital:** Advém da escolha da Companhia em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras e o capital próprio (Patrimônio Líquido), baseada em políticas internas e benchmarks. Os indicadores chave (KPI - Key Performance Indicators) relacionados ao objetivo "Gestão da Estrutura de Capital" são: WACC (Custo Médio Ponderado do Capital), Dívida Líquida/EBITDA, Índice de Cobertura das Despesas Financeiras Líquidas e Relação Dívida/Capitalização Total.

Principais dívidas judiciais:

Depósitos judiciais	1.225.638	1.225.638	62.567
Outros ativos circulantes	49.944	49.944	
Outros ativos não circulantes	149.580	149.580	
	2.985.244	2.465.990	3.731.234
			6.023.061

e) Mensuração ao valor justo: O CPC 39 define o valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. O CPC 40 estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2 - outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos. Nível 3 - informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos. Em 31/12/2016, a Companhia mantém certos ativos cuja mensuração ao valor justo é requerida em bases recorrentes. Estes ativos incluem investimentos em títulos privados. Os ativos e passivos financeiros da Companhia, mensurados a valor justo em bases recorrentes e sujeitos a divulgação conforme os requerimentos do CPC 40 em 31/12/2016, são os seguintes:

	Mensuração ao valor justo					
	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)		Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)			
	Saldo contábil 2016	2015	2016	2015	2016	2015
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	91.392	660.523			91.392	660.523
Aplicações financeiras em títulos para negociação	339.440	745.990	288.304	383.850	5.136	362.140
Contas a receber de clientes	833.612	836.992			833.612	836.992
Outros ativos circulantes	105.273	49.944			105.273	49.944
Ativo não circulante						
Partes relacionadas	66.185	62.567			66.185	62.567
Depósitos judiciais	1.341.233	1.225.638			1.341.233	1.225.638
Outros ativos não circulantes	75.796	149.580			75.796	149.580
	2.852.931	3.731.234	288.304	383.850	2.564.627	3.347.384
Passivo circulante						
Fornecedores	561.933	553.263			561.933	553.263
Empréstimos e financiamentos	219.489	234.322			219.489	234.322
Outros passivos circulantes	83.205	83.248			83.205	83.248
Passivo não circulante						
Empréstimos e financiamentos	958.998	750.840			958.998	750.840
Partes relacionadas	2.671.803	4.360.455			2.671.803	4.360.455
Outros passivos não circulantes	27.163	40.933			27.163	40.933
	4.522.591	6.023.061			4.522.591	6.023.061
	7.375.522	9.754.295	288.304	383.850	7.087.218	9.370.445

14 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Encargos sociais sobre folha de pagamento	2016	2015
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	20.843	34.855
Imposto sobre Produtos Industrializados	34.545	27.393
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	5.137	3.297
Imposto de Renda Retido na Fonte	2.522	5.272
Programa de Integração Social e outros	7.567	12.529
	4.796	3.130
	75.510	86.481

15 - PROVISÃO PARA PASSIVOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia é parte em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, baseada na opinião de seus consultores legais, acredita que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia. A expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

i) Provisões:

a) Provisões tributárias	2016	2015
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços		

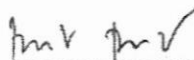
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

exposição a estes riscos: (i) Compromisso Ativos e Passivos Financeiros denominados em "taxas de juros" e (ii) monitorando os movimentos de taxas de juros como Libor e CDI. Desta forma, a Companhia pode contratar swaps de taxas de juros com objetivo de reduzir este risco. **Risco de taxas de câmbio:** É o risco de efeito de flutuações das taxas de câmbio no valor dos ativos e passivos financeiros ou de fluxos de caixa e receitas futuras. A Companhia avalia sua exposição cambial mensurando a diferença entre o valor de seus ativos e de seus passivos em moeda estrangeira. A Companhia entende que as contas a receber originadas por exportações e seu caixa e equivalentes de caixa denominados em moeda estrangeira mais do que equivalem a seus passivos denominados em moeda estrangeira. Mas como o gerenciamento destas exposições ocorre também a nível de cada operação, havendo um descasamento entre os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, a Companhia pode contrair instrumentos financeiros derivativos, com o objetivo de mitigar o efeito das flutuações de taxa de câmbio. **Risco de crédito:** Esse risco advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos devedores junto a instituições financeiras e gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de rating. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pelo Comitê de Crédito. **Risco de gerenciamento de capital:** Advém de escolha da Companhia em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras e o capital próprio (Patrimônio Líquido), baseada em políticas internas e benchmarks. Os indicadores chave (KPI - Key Performance Indicators) relacionados ao objetivo "Gestão da Estrutura de Capital" são: WACC (Custo Médio Ponderado do Capital), Dívida Líquida/EBITDA, Índice de Cobertura das Despesas Financeiras Líquidas e Relação Dívida/Capitalização Total. A Dívida Líquida é formada pelo principal da dívida reduzida pelo caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (nota 4). A Capitalização Total é formada pela Dívida Total (composta pelo principal da dívida) e pelo Patrimônio Líquido (nota 13). A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. Ao mesmo tempo, a Companhia procura melhorar seu ROCE (Retorno sobre Capital Empregado) através da implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos em imobilizado. No longo prazo, a Companhia busca manter-se dentro dos parâmetros abaixo, admitindo variações pontuais no curto prazo:

WACC	entre 10%-13% a.a.
Dívida Líquida/EBITDA	menor ou igual a 2,5x
Índice de Cobertura das Despesas Financeiras Líquidas	maior ou igual a 5,5x
Relação Dívida/Capitalização Total	menor ou igual a 60%

Estes indicadores chave são usados para monitorar os objetivos descritos acima e podem não ser utilizados como indicadores para outras finalidades, tais como testes de recuperabilidade de ativos. **Risco de liquidez:** A política de gestão do endividamento e recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas compromissadas e de disponibilidade efetiva de linhas de crédito, com ou sem lastro em recebíveis de exportação, para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo. O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos Empréstimos e financiamentos é apresentado na nota 12.

	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos
Obrigações contratuais					
Fornecedores	561.933	561.933	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.178.487	219.489	849.579	167.542	141.877
Partes relacionadas	2.671.803	-	-	-	2.671.803
	4.412.223	781.422	849.579	167.542	2.313.680

	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos
Obrigações contratuais					
Fornecedores	553.263	553.263	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	985.162	234.322	329.845	235.121	185.874
Partes relacionadas	4.360.455	-	-	-	4.360.455
	5.898.880	787.585	329.845	235.121	4.546.329

Análises de sensibilidade:

Impacto na Demonstração dos Resultados

Premissa	Variação	2016	2015
Variações na moeda estrangeira	5%	203.991	286.543
Variações nas taxas de juros	10 bps	6.572	8.599
Variações no preço dos produtos vendidos	1%	115.171	132.914
Variações no preço das matérias-primas e demais insumos	1%	72.576	81.078

Variações na moeda estrangeira: A Companhia está exposta a variações entre o Real e o Dólar. A análise de sensibilidade efetuada considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% entre o Real e o Dólar em suas dívidas que não possuem hedge. Nesta análise, caso o Real se aprecie em relação ao Dólar, isto representaria um ganho de R\$ 203.991 (R\$ 286.543 em 31/12/2015). Caso o Real se deprecie em relação ao Dólar isto representaria uma despesa de mesmo valor. Os valores líquidos de contas a receber e contas a pagar em moedas estrangeiras não apresentam riscos relevantes de impactos em virtude da oscilação na taxa de câmbio. **Variações nas taxas de juros:** Considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 10 basis points (bps) sobre a taxa de juros média aplicável à parte fluante de sua dívida. O impacto calculado, considerando esta variação na taxa de juros

Encargos Sociais sobre folha de pagamento	20.943	24.633
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	34.545	27.398
Imposto sobre Produtos Industrializados	5.137	3.297
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	2.522	5.272
Imposto de Renda Retido na Fonte	7.567	12.529
Programa de Integração Social e outros	4.796	3.130
	75.510	86.481

15 - PROVISÃO PARA PASSIVOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia é parte em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, baseada na opinião de seus consultores legais, acredita que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia. A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

1) Provisões:

	2016	2015
a) Provisões tributárias		
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços	2.558	140
Instituto Nacional do Seguro Social	229	983
Recomposição Tarifária Extraordinária	6.971	27.146
Programa de Integração Social e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	1.281.040	1.088.905
Outras provisões tributárias	15.556	14.903
b) Provisões trabalhistas	169.122	133.562
c) Provisões cíveis	45.004	34.966
	1.520.480	1.300.605

a) **Provisões Tributárias:** As provisões tributárias referem-se, substancialmente, às discussões relativas à compensação de créditos de PIS, incidência de PIS e COFINS sobre outras receitas e exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em relação às demandas que tratam da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, a Companhia vem depositando judicialmente os valores envolvidos. b) **Provisões Trabalhistas:** A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos, e as discussões envolvem principalmente pedido de horas extras, insalubridade, periculosidade, indenização por acidente de trabalho e doença ocupacional, entre outros. c) **Provisões Cíveis:** A Companhia é parte em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações de natureza cível, que representam em 31/12/2016, o montante indicado como provisão cível referente a essas questões. A movimentação da provisão para passivos tributários, trabalhistas e cíveis está demonstrada abaixo:

	2016	2015
Saldo no início do exercício	1.300.605	1.273.608
(+) Adições	108.838	172.308
(+) Atualização monetária	147.337	107.248
(-) Reversão de valores provisionados	(34.300)	(52.559)
Saldo no final do exercício	1.520.480	1.300.605

II) **Passivos contingentes não provisionados:** Considerando a opinião dos Assessores Jurídicos e a avaliação da Administração, os processos relacionados a seguir possuem expectativa de perda avaliada como possível (mas, não provável) e devido a esta classificação não são efetuadas provisões contábeis de acordo com as normas do CPC. a) **Contingências Tributárias:** a.1) A Companhia possui discussões que tratam de ICMS, substancialmente relativas a direito de crédito a diferencial de alíquota, cujas demandas perfazem o total atualizado de R\$ 457.193. a.2) A Companhia é parte em demandas que tratam de outros tributos, cujo valor total atualizado importa em R\$ 272.948. a.3) A Companhia é parte em um processo administrativo relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte, no valor de R\$ 117.268, cobrados sobre juros remetidos ao exterior, vinculados a financiamentos de exportação formalizados mediante Contratos de "Pré-pagamento de Exportações" (PPE) ou de "Recabimento Antecipado de Exportações" (RAE), cuja impugnação apresentada pela Companhia em 13/01/2017 se encontra pendente de julgamento na Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil. a.4) A Companhia é parte em processos administrativos relativos à glosa da dedutibilidade do ágio gerado nos termos dos artigos 7º e 8º da Lei Nº 9.532/97, da base de cálculo do imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, decorrente da reorganização societária realizada em 2004/2005. O valor total atualizado das atuações importa em R\$ 3.579.637, dos quais: (i) R\$ 2.518.787 correspondem a dois processos cuja discussão administrativa já se encerrou e se encontram atualmente em fase de cobrança administrativa, sendo que, para um deles, a Companhia já obteve garantia judicial, em sede de medida cautelar, mediante Seguro Garantia no montante de R\$ 2.806.305; (ii) R\$ 505.061 correspondem a dois processos da Companhia que aguardam julgamento de seus Recursos Voluntários na primeira instância do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF); e, (iii) R\$ 555.789 correspondem a um processo cuja impugnação foi apresentada pela Companhia em 13/01/2017 e atualmente se encontra pendente de julgamento pela Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil. Parte das decisões obtidas no CARF no âmbito desses processos, e outros temas envolvendo a Companhia incluídos na denominada Operação Zelotes (a "Operação"), estão sendo investigados por autoridades federais brasileiras, inclusive pelo Poder Judiciário, a fim de apurar supostos atos ilícitos. Considerando o envolvimento do nome da Gerdau nas notícias divulgadas pela imprensa relacionadas à Operação, o Conselho de Administração da Gerdau S.A. decidiu contratar assessores jurídicos

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



GERDAU AÇOS LONGOS S.A.

COMPANHIA FECHADA
CNPJ Nº 07.358.761/0001-49

CONTINGÊNCIA

independentes, com reporte a um Comitê Especial do Conselho de Administração, para conduzir uma investigação para determinar, entre outras coisas: (i) se, à luz das práticas existentes, o protocolo adequado foi seguido no relacionamento da Companhia com as autoridades governamentais, inclusive o CARF; e na contratação de empresas que representem a Companhia nos casos perante o CARF; (ii) se estas empresas se mantiveram dentro do escopo do trabalho contratado; (iii) se os termos de contratação destas empresas incluíam cláusulas com a intenção de coibir a prática de atos que violem os códigos de ética ou a legislação vigente; (iv) se os termos da contratação destas empresas incluíam a previsão de sanções em caso de qualquer violação (contratuais ou de outra forma); e (v) se existe qualquer indício de fraude, dolo, má fé, ou qualquer outra expressão da pretensão de cometimento de ato ilícito por parte dos administradores e/ou executivos da Companhia no seu relacionamento com as autoridades governamentais, inclusive o CARF, na negociação, celebração ou condução fora do escopo dos contratos mencionados acima ("Investigação Interna"). A Investigação Interna está em andamento e, na data de aprovação destas Demonstrações Financeiras, a Companhia entende que não é possível prever sobre a duração ou o resultado da Operação ou da Investigação Interna. Adicionalmente, a Companhia acredita que neste momento não existe informação suficiente para determinar se uma provisão para perdas é requerida ou divulgar qualquer contingência. Os assessores jurídicos tributários da Companhia confirmam que os procedimentos adotados pela Companhia, com relação à dedutibilidade do ágio, que ensejaram os processos acima mencionados, observaram a estrita legalidade e, portanto, tais processos são classificados como de perda possível (mas, não provável). b) **Contingências Cíveis:** b.1) A Companhia é parte em outras demandas de natureza cível que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R\$ 150.151. Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, com base na opinião de seus consultores legais. III) **Depósitos judiciais:** A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, e estão assim demonstrados:

	2016	2015
Tributários	1.259.264	1.104.988
Trabalhistas	50.214	34.898
Cíveis	31.765	85.782
	1.341.233	1.225.668

16 - SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Composição dos saldos de mútuos

	2016	2015
Mútuos ativos		
Empresa controladora		
Gerdaul S.A.	3.380	-
Empresas coligadas		
Gerdaul Açominas S.A.	3.422	6.930
Gerdaul Aços Especiais S.A.	1.377	1.305
Outros		
Fundação Gerdaul	57.493	54.327
Outros	66.185	62.567
	66.185	62.567
Mútuos passivos		
Empresas controladoras		
Gerdaul S.A.	-	(5.640)
Empresas coligadas		
Metallurgica Gerdaul S.A.	-	(896)
Empresa controlada		
Gerdaul Açominas Overseas Ltd.	(2.671.662)	(4.353.873)
Empresa coligada		
Itaigui Com. Imp. e Exp. Ltda.	(141)	(146)
	(2.671.803)	(4.360.455)
Despesas financeiras, líquidas	(252.082)	(354.030)

b) **Condições de preços e encargos:** Os contratos de mútuos entre as partes relacionadas são atualizados por taxas de mercado como a taxa de CDI - Certificado de Depósito Interbancário e taxa Libor mais variação cambial, quando aplicável, e transações de compra e venda de instrumentos financeiros são efetuadas em condições e prazos normais.

empregados optantes. O total do custo nesta modalidade foi de R\$ 23.652 em 31/12/2016 (R\$ 30.597 em 31/12/2015).

19 - PROVISÃO PARA PASSIVOS AMBIENTAIS

A Administração da Companhia reconheceu, na linha de "Provisão para passivos ambientais", com base na melhor estimativa do custo, valores para investigação, tratamento e limpeza de localidades potencialmente impactadas, que montam R\$ 3.865 em 31/12/2016, sendo R\$ 3.027 no passivo circulante e R\$ 838 no passivo não circulante (R\$ 13.764 em 31/12/2015, sendo R\$ 3.475 no passivo circulante e R\$ 10.289 no passivo não circulante). A Companhia utilizou premissas e estimativas para determinar os montantes envolvidos, que podem variar no futuro, em decorrência da finalização da investigação e determinação do real impacto ambiental. A Companhia entende estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis no Brasil.

19 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social** - o capital social autorizado em 31/12/2016 e 31/12/2015 é de 300.000.000 ações ordinárias e 300.000.000 ações preferenciais, todas sem valor nominal. Em 31/12/2016 e 31/12/2015, estão subscritas e integralizadas 200.526.235 ações ordinárias e 18.262 ações preferenciais, totalizando o Capital Social realizado de R\$ 3.654.212. As ações preferenciais não têm direito a voto, não podem ser resgatadas e participam em igualdade de condições em relação às ações ordinárias na distribuição de lucros, além de ter prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia. b) **Reserva de capital** - refere-se principalmente à reserva de ágio, relativo à reorganização societária realizada em 2005 gerada nos termos do artigo 7º e 8º da Lei nº 9.532/97, no montante de R\$ 1.335.147 em 31/12/2016 (R\$ 1.335.132 em 31/12/2015). c) **Reserva de lucros:** I) **Legal** - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos. II) **Incentivos fiscais** - pela legislação societária brasileira, a Companhia pode destinar, para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo dos dividendos. III) **Investimentos e capital de giro** - é composta pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas, e inclui as reservas estatutárias previstas no Estatuto Social da Companhia. O Conselho de Administração pode propor aos acionistas a transferência de pelo menos 5% do lucro líquido de cada ano para uma reserva estatutária (Reserva de investimentos e capital de giro). A reserva é criada somente após considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital integralizado. A reserva pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações. d) **Ajustes de avaliação patrimonial** - a Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas e coligadas no exterior detidas pela Companhia, direta e indiretamente. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Também são considerados nesta rubrica os ganhos e perdas não realizados em instrumentos financeiros derivativos até o momento em que estes são realizados, efeitos com plano de incentivo de longo prazo e a despesa com plano de pensão de benefício definido. e) **Dividendos e juros sobre o capital próprio** - os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido ajustado.

	2016	2015
Prejuízo do exercício	(548.618)	(2.235.598)
Absorção do prejuízo do exercício pela reserva de lucros - investimentos e capital de giro	403.328	2.236.598
Absorção do prejuízo do exercício pela reserva legal	145.288	-

O prejuízo do exercício será objeto de proposta da Administração para absorção pela Reserva de lucros - Investimentos e capital de giro e Reserva legal.

No exercício de 2015, a Companhia destinou R\$ 87.678 para pagamento de juros sobre capital próprio distribuídos através de reservas de lucros pré-existentes.

20 - PREJUÍZO POR AÇÃO

	2016	2015
Ordinárias Preferenciais		
(Em milhares, exceto ações e dados por ação)		

Numerador

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765663C1D4EC8D6B27C75665BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Mutuos passivos		
Empresas controladoras		
Gerdau S.A.	(5.540)	
Metafísica Gerdau S.A.	(696)	
Empresa controlada		
Gerdau Açominas Overseas Ltd.	(2.671.662)	(4.353.873)
Empresa coligada		
Itaqui Com. Imp. e Exp. Ltda.	(141)	(46)
	(2.671.803)	(4.353.919)
Despesas financeiras líquidas	(252.082)	(354.030)

b) **Condições de preços e encargos:** Os contratos de mútuos entre as partes relacionadas são atualizados por taxas de mercado como a taxa de CDI - Certificado de Depósito Interbancário e taxa Libor mais variação cambial, quando aplicável. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes.

c) **Operações com partes relacionadas:**

	2016	2015
	Compras	Vendas
Empresas controladoras		
Gerdau S.A.	32.332	27.267
Debêntures Gerdau S.A.		(38.033)
Empresas coligadas		
Diaço S.A.	-	80.013
Comercial Gerdau Boivia	-	8.881
Gerdau Açominas S.A.	1.125.837	137.132
Gerdau Aços Especiais S.A.	39.819	103.335
Gerdau Amersteel US Inc.	32.258	-
Gerdau Lassa S.A.	-	3.446
Sipar Aços S.A.	-	146.225
Empresa Siderúrgica Del Peru S.A.A. - Siderperú	-	264.326
Siderco S.A.	-	14.008
Gerdau AZA S.A.	-	8.090
Industrias Nacionales C. por A.	-	59.497
Siderúrgica Zuliana, C.A.	-	1.912
Outros	-	317

d) **Avais concedidos:** A Companhia, em conjunto com as empresas Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e a controladora Gerdau S.A., prestam garantia às subsidiárias GTL Trade Finance Inc., Gerdau Holdings Inc. e Gerdau Trade Inc., nas emissões de bônus com vencimento em 10 anos e 30 anos (Ten/Thirty Years Bond) no montante de R\$ 14,2 bilhões em 31/12/2016 (R\$ 18,8 bilhões em 31/12/2015). e) **Avais recebidos:** A Companhia recebe avais da controladora Gerdau S.A. em contratos de financiamentos, no montante de R\$ 622,9 milhões em 31/12/2016 (R\$ 415,6 milhões em 31/12/2015). f) **Ramuneração da Administração:** A Companhia pagou a seus administradores, em salários e remuneração variável, um total de R\$ 10.619 em 31/12/2016 (R\$ 36.031 em 31/12/2015).

17 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) **Plano de pensão com benefício definido - pós-emprego:** A Companhia patrocina plano de pensão de benefício definido, administrado pela Gerdau - Sociedade de Previdência Privada, entidade fechada de previdência complementar. Em 2010, foi aprovado o saldamento deste plano, sendo assegurado aos participantes o direito ao benefício saldaço. Todos os participantes deste plano, agora saldaço, poderiam: (i) optar por aderir a um novo plano de contribuição definida conforme descrito na letra "b" abaixo, sendo permitida a transferência do montante referente à reserva matemática individual do plano saldaço para o novo plano e agregar valor a essa reserva por meio de contribuições futuras do participante e da patrocinadora, além da rentabilidade dos recursos; ou (ii) não transferir a reserva e manter o benefício saldaço no plano de benefício definido, corrigido somente pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Em virtude do processo de migração e encerramento do plano de pensão, a Companhia não está calculando os possíveis efeitos de mudanças nas taxas de desconto e taxa de retorno esperada dos ativos para este plano. O saldo dos ativos e passivos dos planos não são materiais e a conciliação é apresentada e segue:

	2016	2015
Valor presente da obrigação de benefício definido	(24.109)	(19.599)
Valor justo dos ativos do plano	40.145	36.261
Saldo ativo	16.036	16.662
Restrição ao ativo atuarial devido à limitação de recuperação	(18.036)	(15.682)
Efeito líquido	-1.999	-8.999

b) **Plano de pensão com contribuição definida - pós-emprego:** A Companhia mantém um plano de pensão definida para o qual são feitas contribuições pela patrocinadora numa proporção da contribuição feita pelos

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Gerdau Aços Longos S.A.
Opinião

investimentos de capital de giro 403.328 2.236.598
Absorção do prejuízo do exercício pela reserva legal 145.288
O prejuízo do exercício será objeto de proposta da Administração para absorção pela Reserva de lucros - Investimentos e capital de giro e Reserva legal.
No exercício de 2015, a Companhia destinou R\$ 87.678 para pagamento de juros sobre capital próprio distribuídos através de reservas de lucros pré-existentis.

20 - PREJUÍZO POR AÇÃO

	2016	2015
	Ordinárias Preferenciais	Ordinárias Preferenciais
	(Em milhares, exceto ações e dados por ação)	(Em milhares, exceto ações e dados por ação)
Numerador		
Prejuízo alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	(548.566)	(50)
Denominador		
Média ponderada de ações deduzindo a média das ações em tesouraria	200.526.235	18.262
Prejuízo por ação (em R\$) - básico e diluído	(2,74)	(2,74)

21 - RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	2016	2015
Receita bruta de vendas	8.944.858	10.420.686
Impostos incidentes sobre vendas	(1.689.232)	(1.989.621)
Descontos	(4.744)	(2.766)
Receita líquida de vendas	7.250.882	8.428.299

22 - DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26, apresenta, a seguir, o detalhamento da Demonstração do Resultado por natureza:

	2016	2015
Depreciação, exaustão e amortização	(467.067)	(495.419)
Salários, encargos sociais e benefícios	(1.242.697)	(1.355.530)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(4.552.133)	(5.191.248)
Fretes	(470.894)	(523.107)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	-	(743.330)
Outras despesas/receitas	(626.715)	(926.622)
	(7.559.506)	(9.235.256)
Classificados como:		
Custo dos produtos vendidos	(6.732.791)	(7.585.304)
Despesas com vendas	(329.942)	(325.844)
Despesas gerais e administrativas	(460.148)	(589.525)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	-	(743.330)
Outras receitas operacionais	9.285	8.554
Outras despesas operacionais	(45.910)	(19.807)
	(7.559.506)	(9.235.256)

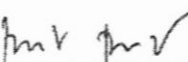
23 - RESULTADO FINANCEIRO

	2016	2015
Rendimento de aplicações financeiras	88.970	173.815
Juros recebidos e outras receitas financeiras	64.799	62.918
Total Receitas Financeiras	153.769	236.733
Juros sobre a dívida	(82.312)	(58.780)
Variações monetárias e outras despesas financeiras	(389.547)	(411.297)
Total Despesas Financeiras	(471.859)	(470.077)
Variação cambial, líquida	608.100	(1.470.653)
Resultado financeiro, líquido	289.960	(1.703.997)

24 - SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes determinados para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Os estoques e ativos imobilizados estão segurados para incêndio, raio, vendaval, alagamento, quebra de máquinas, danos elétricos e explosão. A principal cobertura de seguro é na modalidade de Patrimônio no montante de R\$ 1.505.558.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819
Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00
Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

matemática individual do plano salda para o novo plano e agregar valor a essa reserva por meio de contribuições futuras do participante e da patrocinadora, além da rentabilidade dos recursos; ou (ii) não transferir a reserva e manter o benefício salda no plano de benefício definido, corrigido somente pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Em virtude do processo de migração e encerramento do plano de pensão, a Companhia não está calculando os possíveis efeitos de mudanças nas taxas de desconto e taxa de retorno esperada dos ativos para este plano. O saldo dos ativos e passivos dos planos não são materiais e a conciliação é apresentada a seguir:

	2016	2015
Valor presente da obrigação de benefício definido	(24.109)	(19.589)
Valor justo dos ativos do plano	40.145	36.261
Saldo ativo	16.036	16.682
Restrição ao ativo atualizado devido à limitação de recuperação	(18.036)	(16.882)
Elemento líquido		

b) Plano de pensão com contribuição definida - pós emprego: A Companhia mantém um plano de pensão definida para o qual são feitas contribuições pela patrocinadora numa proporção da contribuição feita pelos

Juros recebidos e outras receitas financeiras	64.769	62.918
Total Receitas Financeiras	153.739	236.733
Juros sobre a dívida	(82.312)	(58.780)
Variações monetárias e outras despesas financeiras	(389.547)	(411.297)
Total Despesas Financeiras	(471.859)	(470.077)
Variação cambial, líquida	608.100	(1.470.653)
Resultado financeiro, líquido	289.980	(1.703.997)

24 - SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes determinados para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. Os estoques e ativos imobilizados estão seguros para incêndio, raios, vendaval, alagamento, quebra de máquinas, danos elétricos e explosão. A principal cobertura de seguro é na modalidade de Patrimônio no montante de R\$ 7505.558.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Gerdaú Aços Longos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gerdaú Aços Longos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gerdaú Aços Longos S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa n. 15 às demonstrações financeiras, encontra-se em curso investigação das autoridades competentes envolvendo a Companhia e suas empresas relacionadas no âmbito da operação "Zelotes", bem como investigação sendo conduzida por assessores externos conforme deliberação do Conselho de Administração da Gerdaú S.A. A referida nota explicativa descreve ainda não ser possível prever a duração e os resultados dessas investigações e que não há informações suficientes para avaliar quais as possíveis consequências decorrentes dessas investigações, incluindo a necessidade de reconhecimento de provisão e/ou divulgações adicionais, se houver. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração

pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 17 de março de 2017

pwc

PricewaterhouseCoopers

Audidores Independentes

CRC 2SP000160/O-7 "F" RJ

Adriano Machado

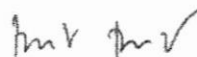
Contador CRC 1PR042584/O-7 "S" RJ

DIRETORIA E COMITÊ EXECUTIVO

Diretor Presidente
ANDRÉ BIER GERDAU JOHANNPETER

Diretores Vice-Presidentes
CLAUDIO JOHANNPETER
GUILHERME CHAGAS GERDAU JOHANNPETER
FRANCISCO DEPPERMAN FORTES
HARLEY LORENTZ SCARDOELLI

Contadora
DENISE ABREU LANZONI
CRC RS 093.282/O-2-S-RJ
CPF nº 934.509.760-5


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO
Serviço de Licitações e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO
 Pregão Eletrônico - SRP Nº 59/2017

Objeto: Rádio comunicador portátil digital com visor. Edital disponível a partir de 10/04/2017, no COMPASNET ou junto ao HUCC/SLC/Pregão, trazendo um CD. Esclarecimentos através do tel. (21) 3836-2207 ou, no caso de e-mail, no Serviço de SCS/SONDEG. Endereço: Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco, 255 - Ilha do Fundão - Rio de Janeiro/RJ. Abertura da sessão: 25/04/2017 às 10:00 horas.

Maria Lucia Costa de Almeida
 Pregoeira

BIANCA S. PAIS DE CARVALHO - LEILOEIRA PÚBLICA
 CPF: 078.951.987-83
EDITAL DE 1ª E 2ª PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS e INTIMAÇÃO

1º. Público Leilão - 20/04/2017 às 13:00 hs
 2º. Público Leilão - 03/05/2017 às 13:00 hs

LOCAL: Avenida José Silva de Azevedo Neto nº 200, bloco IV (Ed. Evolution V Corporate), sala de reunião 01, no 02 Corporate & Offices, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ.

BIANCA SOARES PAIS DE CARVALHO, Leiloeira Oficial, mat. Juceria nº. 156, autorizada por SPE QUALIDADE VI EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA - CNPJ 14.209.539/0001-50 e SPE BARRA BONITA 3 EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA - 16.755.554/0001-39; venderá em 1º ou 2º Público Leilão, nas datas, horários e local acima citados, de acordo com o art. 63 e parágrafos da Lei nº 4.591/64 e Lei 4.864/65, os direitos aquisitivos das unidades autônomas concluídas ou em construção e sua fração ideal do terreno, acessões e benfeitorias, referentes aos imóveis relacionados a seguir: 1 - Unidade 619, Al. A, do Empreendimento "VERTICE MALL & OFFICES" situado na Av. Miguel Antônio Fernandes, nº 1.333, Recreio dos Bandeirantes/RJ, matriculado no 9º Ofício de Registro de Imóveis/RJ, hipotecado em favor do banco HSBC Bank Brasil S/A (R-13), nos termos da Escritura de Promessa de Compra e Venda, lavrada em 07/03/2014, pelo 4º Tabelião de Notas. Adquirente devedora: MARIANO RAPOSO BARBOSA JUNIOR - ME, notificada através do Instituto dos Registradores de Títulos e Documentos/RJ, conforme cópia custodiada no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos/RJ; Valor de 1º Leilão: R\$ 331.372,20; 2 - Unidade 517, Al. B, do Empreendimento "VERTICE MALL & OFFICES" situado na Av. Miguel Antônio Fernandes, nº 1.333, Recreio dos Bandeirantes/RJ, matriculado no 9º Ofício de Registro de Imóveis/RJ, hipotecado em favor do banco HSBC Bank Brasil S/A (R-13), nos termos da Escritura de Promessa de Compra e Venda, lavrada em 06/03/2014, pelo 4º Tab. de Notas. Adquirente devedora: PAULA CHUEKE MURICY, notificada através do Instituto dos Registradores de Títulos e Documentos/RJ, conforme cópia custodiada no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos/RJ; Valor de 1º Leilão: R\$ 311.181,86; 3 - Unidade 907 do Bloco 01, do Empreendimento "CHOICE RECREIO RESIDENCE" situado na Av. Henfil nº 25, Freguesia de Jacarepaguá/RJ, matriculado no 9º Ofício de Registro de Imóveis/RJ, nos termos da Escritura de Promessa de Compra e Venda lavrada em 07/08/2013 pelo 4º Tab. de Notas/RJ. Adquirente devedor: DANIEL ALVES TEIXEIRA, notificada através do Instituto dos Registradores de Títulos e Documentos/RJ, conforme cópia custodiada no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos/RJ; Valor de 1º Leilão: R\$ 963.272,23; 4 - Unidade 1909 do Bloco 01, do Empreendimento "CHOICE RECREIO RESIDENCE" situado na Av. Henfil nº 25, Freguesia de Jacarepaguá/RJ, matriculado no 9º Ofício de Registro de Imóveis/RJ, nos termos da Escritura de Promessa de Compra e Venda lavrada em 07/08/2013 pelo 4º Tab. de Notas/RJ. Adquirente devedor: EDENILDO CERVINO SIQUEIRA, notificada através do Instituto dos Registradores de Títulos e Documentos/RJ, conforme cópia custodiada no 5º Ofício de São João de Meriti/RJ; Valor de 1º Leilão: R\$ 1.017.591,93; 5 - Unidade 2008 do Bloco 01, do Empreendimento "CHOICE RECREIO RESIDENCE" situado na Av. Henfil nº 25, Freguesia de Jacarepaguá/RJ, matriculado no 9º Ofício de Registro de Imóveis/RJ, nos termos da Escritura de Promessa de Compra e Venda lavrada em 28/06/2013 pelo 4º Tab. de Notas/RJ. Adquirente devedora: LUCIANE NEVES TUNOIS, notificada através do Instituto dos Registradores de Títulos e Documentos/RJ, conforme cópia custodiada no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos/RJ; Valor de 1º Leilão: R\$ 1.031.569,91. Cientes os interessados que no ato de arrematação, adjudicação ou remissão, serão devidos os seguintes valores: comissão da Leiloeira de 5% sobre o valor da venda do bem arrematado, despesas administrativas, custos e honorários advocatícios. O arrematante pagará o valor

MARIA IZABEL CUNHA DE AGUIAR
MATRÍCULA NA JUCERJA Nº 091/01
EDITAL DE LEILÃO

Para leilão, autorizada pelo Detran/RJ e com base no parecer FBM/SP/PGC Nº 04/2014, dos veículos SUCCATAS, apreendidos pelas forças policiais e provenientes de roubo, furto e outros ilícitos, no dia 20/04/2017, às 13:00 horas Av. Duque de Caxias, Nº 334 Deodoro/Vila Militar. Catálogo com a descrição completa e valores, no site www.patolegal.com.br. Inf. pelo telefone: (21) 3369-8166. Arrematação à vista. Rio, 11.04.17.

GERDAU AÇOS LONGOS S.A.
 CNPJ 07.358.761/0001-89 - NIRE 33300275819
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas da GERDAU AÇOS LONGOS S.A. (*) para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a se realizarem, cumulativamente, no dia 20 de abril de 2017, às 16h00min, na sede social da Companhia, na Av. João XXIII, 6.777, Santa Cruz, Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016. 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de resultados. 3. Eleger os membros da Diretoria, indicar os membros do Comitê Executivo e fixar a remuneração dos Administradores. 4. Deliberar sobre os jornais que veicularão as publicações da Sociedade, previstas na Lei nº 6.404/76. 5. Re-afirmar a relação de ações constantes do Anexo II da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28/03/2013. 6. Consolidar o Estatuto Social, face às alterações procedidas anteriormente. (*) Para provar sua qualidade de acionista, os titulares de ações escriturais deverão depositar, na sede da Companhia, com antecedência mínima de 48 horas: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária; (ii) se pessoa física, cópia de documento de identidade; e (iii) se pessoa jurídica, cópia de estatuto/controlado social, cópia da ata de eleição dos administradores, devidamente registrados no órgão competente, e cópia de documento de identidade do administrador que se fará presente. Se forem representados por procuradores, deverão, igualmente, depositar o respectivo instrumento de outorga de poderes de representação. Se pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, todos os documentos deverão ser traduzidos e apostilados ou legalizados perante o Consulado brasileiro em seu País de domicílio. Todas as cópias deverão ser autenticadas e todas as assinaturas originais reconhecidas. Rio de Janeiro-RJ, 10 de abril de 2017. André Bier Gerdau Johannpeter - Diretor Presidente.

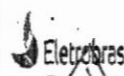
Inbrands S.A.

(Companhia Aberta)

CNPJ nº 09.054.385/0001-44 - NIRE 33.300.382.270

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

O Conselho de Administração da INBRANDS S.A. ("Inbrands"), por seu Presidente, Sr. Nelson Alencar Filho, tem a honra de convidar os Senhores Acionistas para se reunirem em AGO, a serem realizadas às 11h de 20/04/2017, na sede social da Companhia, São Paulo/SP, na Rua Coronel Luis Barros, 151, Santo Amaro, CEP 04750-430 ("Sede"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias objeto do ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia e o Relatório da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2016, em conjunto, "Demonstrações Financeiras da Companhia", acompanhadas das Notas Explicativas e do parecer dos Auditores Independentes; (ii) deliberar sobre a proposta dos administradores para a destinação dos resultados apurados no exercício social findo em 31/12/2016; (iii) fixar o número de membros do Conselho de Administração e deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e (iv) fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2017. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) aprovar o aumento do capital social da Companhia, através da emissão de novas ações, a serem integralmente subscritas e integralizadas por Alexandre Bredt, em virtude do exercício do Bônus de Subscrição nº 1. Série 3 emitido pela Companhia em 24/04/2012, conforme alterado em 09/02/2015; (ii) homologar o aumento do capital social com a consequente alteração do caput do artigo 8º do Estatuto Social da Companhia e consolidar o Estatuto Social para refletir o novo capital social e o número das ações a que o mesmo passará a estar dividido; e (iii) autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para eleger e eleger o aumento de capital social, bem como para formalizar e implementar as deliberações aprovadas na AGO. Informações Gerais: Para tomar parte e votar na AGO, cada acionista deverá apresentar à Companhia, além do comprovante de sua condição de acionista expedido pelo Banco Itaú S.A., instituição financeira depositária das ações da Companhia, no termo do Anexo 126 da Lei 6.404/76, conforme alterado (L26): (i) se acionista Pessoa Física, documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou cartão de classe profissional oficialmente reconhecido no Brasil), sendo que, em caso de participação por procuração, a firma do autógrafo deverá estar reconhecida e os documentos aqui descritos deverão ser apresentados pelo respectivo procurador; (ii) se acionista Pessoa Jurídica: (a) cópia do



MINISTÉRIO DE
 MINAS E ENERGIA



ELETRONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. GAA/PE-075/2017

1. A Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR torna público que realizará Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico para prestação de serviços de tratamento, preparação, microfilmagem e indexação de documentos do Arquivo do Registro "VAULT" da Usina Nuclear de Angra 1. 2. Critério de Julgamento: Menor Preço. 3. O Edital poderá ser retirado gratuitamente através do site www.comprasgovernamentais.gov.br, a partir de 10/04/17, ou obtido em exemplar impresso, ao custo de R\$ 10,00 (dez reais), no horário de 09:00h às 11:30h e de 14:00h às 16:30h, na Rua da Candelária, nº. 65, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ e/ou na Rodovia Governador Mário Covas (BR 101/RJ-Sul), km 517, Ilama, Angra dos Reis - RJ - Gerência de Aquisições Angra - GAA. 4. A entrega das Propostas: a partir de 10/04/17 no site www.comprasgovernamentais.gov.br. 5. Abertura das Propostas: às 10:00h (dez) horas do dia 02/05/17, no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

Rogério de Almeida
 Gerência de Aquisições Angra

EDITAL DE SEGUNDO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO

NORMA MARIA MACHADO, Leiloeira Pública Oficial, matrícula nº 036 JUCERJA, estabelecida na Avenida Erasmo Braga nº 227 - Gr. 704, Centro - Rio de Janeiro - RJ, tel. (21) 2533-7976, faz saber que, devidamente autorizada pela fiduciária/credora CONSTRUTORA SANTA ISABEL S/A, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 33.530.098/0001-48, vencerá em segundo público leilão presencial, no dia 18/04/2017, com início às 14:30 horas, na Av. Erasmo Braga, nº 227, Gr. 704 - Centro / RJ, o imóvel identificado como Apartamento 1104 do Bloco 4 do prédio situado nesta cidade, na Avenida Salvador Alende, nº 6.300, Recreio dos Bandeirantes, na freguesia de Jacarepaguá, com direito a 01 vaga de garagem coberta indistintamente situada na ÁREA 4 do subsolo e correspondente fração ideal de 8461/55/538843666 para o apartamento e de 231/973/538843666 para a vaga de garagem do respectivo terreno designado por Núcleo Comercial e Residencial com 21.670,00m², da quadra B do PAL 51483, que tem as medidas, características e confrontações constantes da matrícula nº 330.474, do 9º Ofício de Registro de Imóveis, conforme previsto na Lei nº 9.514, de 20/11/1997, com a nova redação dada pela Lei nº 10.931/2004, combinada com as cláusulas do Contrato Particular de Compra e Venda, de Financiamento Imobiliário, de Alienação Fiduciária em Garantia e Outros Fatos, lavrada em 27/10/2011, protocolado em 12/07/2012, com o 1450234 à fl. 79 do livro 1-HQ, para garantia da dívida regendo-se o contrato pelas demais cláusulas e condições constantes do título, venda esse que se faz para pagamento àquela fiduciária/credora da dívida, vencida e vencendo mais acessórios legais e contratuais, que não foram pagos pela fiduciária/devedora ANA PAULA RIBEIRO DE CARVALHO, CPF nº 025.037.027-16, nos termos do Contrato Particular supra referido, tendo ela sido previamente constituída em mora, não a emendado e, em consequência, consolidada a plena propriedade em nome da fiduciária/credora, consoante ao Art. 15 da matrícula 330.474 do 9º Ofício de Registro de Imóveis. O imóvel será ofertado a quem mais der, desde que igual ou superior ao valor de R\$ 1.037.830,14 (um milhão, trinta e sete mil e oitocentos e trinta reais e quatorze centavos), fixado com base no valor da dívida mais os acréscimos especificados nos §§ 2º e 3º do artigo 27 da Lei nº 9.514/1997, que já contempla os débitos de IPTU dos exercícios de 2016, cotas 08, 09 e 10 de 2017, no valor de R\$ 1.141,80. Consta informação do condomínio que a unidade encontra-se adimplente até a presente data. Ficam cientes os interessados de que a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato pelo arrematante do longo vencedor acrescido de 5% de comissão à Leiloeira incidentes sobre o valor da arrematação. Caso o imóvel objeto do leilão esteja ocupado, o arrematante será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo, na forma do art. 30 da Lei nº 9.514/1997. A devedora acima identificada, e suas procuradoras, Sra. Daniele Salvio Machado, CPF nº 056.507.327-71 e Sra. Maria do Carmo Ribeiro Silva de Carvalho, CPF nº 386.283.257-00, ficam desde já identificadas do dia, hora e local de realização do presente leilão. A Leiloeira acha-se

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
 Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A
 Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
 Secretário Geral

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

uores, examinar, discutir e deliberar sobre as Demonstrações Contábeis e Relatório da Administração, referentes ao Exercício findo em 31/12/2016; b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, referentes ao ano de 2016; c) Deliberar sobre a proposta de orçamento de capital, investimentos bi-ênio 2017/2018; d) Fixar a remuneração global dos Administradores para o período de abril/2017 e maio/2018; e) Eleger os Membros do Conselho Fiscal; f) Dar conhecimento de renúncias de membros do Conselho de Administração e eleição de seus substitutos; e g) Eleger os Membros do Conselho de Administração II - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: a) Capitalização da reserva para expansão referente ao ano de 2016; e b) Alterar o artigo 5º do Estatuto Social em consequência da capitalização da reserva para expansão referente ao ano de 2016. INSTRUÇÕES GERAIS: a) Os acionistas e seus representantes deverão observar os termos do art. 126 e respectivos §§ 1º e 4º da Lei das Sociedades por Ações, quanto à legitimação e representação; b) Os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na Assembleia Geral a que se refere o presente Edital deverão ser depositados na sede da Companhia, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia; c) Os documentos objeto das deliberações das Assembleias Gerais ora convocadas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, Brasília, 04/04/2017. Gustavo de Faria Barros, Presidente do Conselho de Administração.

Id: 2022455

COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMLURB

CNPJ/MF N.º 42.124.693/0001-74
NIRE 33 3 0066008 0

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na Gerência de Contabilidade da Companhia, na Rua Major Ávila, 358, 1º andar - Tijuca, no Município do Rio de Janeiro, os documentos abaixo: Relatório de Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo e Cópia das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Id: 2023807

NEWS INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF: 02.620.949/0001-10 - NIRE: 333 3026059-5
CAPITAL FECHADO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. Ficam os senhores acionistas da Companhia convocados para se reunirem em AGOIE, no dia 29/04/2017 às 10:50 h, na sede social da Companhia, na Av. Presidente Wilson RJ/RJ, nº 231, 28º andar (parte), para deliberar sobre as matérias abaixo identificadas: AGOIE: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2016; (ii) a destinação do resultado apurado no exercício social findo em 31/12/2016; e (iii) a eleição de membros da Diretoria. AGE: (i) Fixar a remuneração mensal, individual, dos Diretores no exercício social de 2017. Instruções Gerais: a) Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social findo em 31/12/2016, bem como os demais itens constantes da ordem do dia da Assembleia; b) Os acionistas que desejarem ser representados, por procurador deverão depositar os respectivos instrumentos de mandato na sede social Companhia com até 48hs de antecedência da realização da Assembleia, sendo que o acionista residente e domiciliado no exterior que for representado por mandatário deverá comprovar a observância do disposto no artigo 119 da Lei 6.404/76 e demais disposições legais aplicáveis. Rio de Janeiro, 11 de abril de 2017.

comprovar a observância do disposto no artigo 119 da Lei 6.404/76 e demais disposições legais aplicáveis. Os acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas que desejarem participar da Assembleia Geral deverão apresentar extrato emitido em até 02 dias úteis anteriores à data de realização da Assembleia Geral, contendo a respectiva posição adquirente, fornecida pelo órgão custodiante. Rio de Janeiro, 10/04/2017. Maria Amália Delfim de Melo Coutim - Presidente do Conselho de Administração.

Id: 2023466

BETAPART PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF: 02.762.124/0001-30 - NIRE: 333 0026109-5
CAPITAL ABERTO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. Ficam os senhores acionistas da Companhia convocados, na forma do Estatuto Social da Companhia, para se reunirem em AGOIE, no dia 26/04/2017 às 10h, na sede social da Companhia, na Av. Presidente Wilson RJ/RJ, nº 231, 28º andar (parte), para deliberar sobre as matérias abaixo identificadas: AGOIE: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2016; e (ii) a destinação do resultado apurado no exercício social findo em 31/12/2016. AGE: Fixar o montante global da remuneração dos administradores no exercício social de 2017. Instruções Gerais: Os acionistas que desejarem ser representados por procurador deverão depositar os respectivos instrumentos de mandato na sede social Companhia, até 02 dias úteis anteriores à data de realização da Assembleia Geral, sendo que o acionista residente e domiciliado no exterior que for representado por mandatário deverá comprovar a observância do disposto no artigo 119 da Lei 6.404/76 e demais disposições legais aplicáveis. Os acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas que desejarem participar da Assembleia Geral deverão apresentar extrato emitido em até 02 dias úteis anteriores à data de realização da Assembleia Geral, contendo a respectiva posição adquirente, fornecida pelo órgão custodiante. Rio de Janeiro, 10/04/2017. Maria Amália Delfim de Melo Coutim - Presidente do Conselho de Administração.

Id: 202314

COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

CNPJ: 33.938.119/0002-40
CONCESSÃO DE LICENÇA

COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG torna público que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a LICENÇA DE INSTALAÇÃO LI nº IN039144, com validade até 28 de março de 2019, que a autoriza para remanejamento de um trecho de 1000 metros de extensão de um ramal existente de 6 polegadas de diâmetro de gás natural do Sistema de Alta Pressão AP-12, dentro de um terreno às margens da Rodovia Presidente Dutra, ENTRE A RUA CAMINHO DA IGREJA NAS PROXIMIDADES DA RODOVIA DUTRA, DIREÇÃO LESTE, RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL REMANEJAMENTO SEROPÉDICA - SÃO CRISTÓVÃO, município do RIO DE JANEIRO. Processo nº E-07/002.7023/2016

Id: 2022669

COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

CNPJ: 33.938.119/0002-40
CONCESSÃO DE LICENÇA

COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG torna público que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a LICENÇA DE INSTALAÇÃO LI nº IN039144, com validade até 28 de março de 2019, que a autoriza para remanejamento de um trecho de 1000 metros de extensão de um ramal existente de 6 polegadas de diâmetro de gás natural do Sistema de Alta Pressão AP-12, dentro de um terreno às margens da Rodovia Presidente Dutra, ENTRE A RUA CAMINHO DA IGREJA NAS PROXIMIDADES DA RODOVIA DUTRA, DIREÇÃO LESTE, RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL REMANEJAMENTO SEROPÉDICA - SÃO CRISTÓVÃO, município do RIO DE JANEIRO. Processo nº E-07/002.7023/2016

GERDAU AÇOS LONGOS S.A.

CNPJ 07.358.751/0001-69 - NIRE 33300275819

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas da GERDAU AÇOS LONGOS S.A. (*) para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a se realizarem, cumulativamente, no dia 23 de abril de 2017, às 16h00min, na sede social da Companhia, na Av. João XXIII, 6.777, Santa Cruz, Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016. 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de resultados. 3. Eleger os membros da Diretoria, indicar os membros do Comitê Executivo e fixar a remuneração dos Administradores. 4. Deliberar sobre os jornais que veicularem as publicações da Sociedade, previstas na Lei nº 6.404/76. 5. Re-afirmar a relação de Indivíduos constante do Anexo II da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28/03/2016. 6. Consolidar o Estatuto Social, face às alterações procedidas anteriormente. (*) Para provar sua qualidade de acionista, os titulares de ações escripturais deverão depositar, na sede da Companhia, com antecedência mínima de 48 horas: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária; (ii) se pessoa física, cópia de documento de identidade; e (iii) se pessoa jurídica, cópia de estatuto/contrato social, cópia da ata de eleição dos administradores, devidamente registrados no órgão competente, e cópia de documento de identidade do administrador que se fará presente. Se forem representados por procuradores, deverão, igualmente, depositar o respectivo instrumento de outorga de poderes de representação. Se pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, todos os documentos deverão ser traduzidos e apostilados ou legalizados perante o Consulado brasileiro em seu País de domicílio. Todas as cópias deverão ser autenticadas e todas as assinaturas originais reconhecidas. Rio de Janeiro-RJ, 10 de abril de 2017. André Bier Gerdau Johannpeter - Diretor Presidente.

Id: 2023708

ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR

CNPJ (MF) 42.540.211/0001-67
NIRE n.º 33300158006EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convocamos os Senhores Acionistas da Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR a se reunirem na sede da Empresa, na Rua da Candelária n.º 65, 10º andar, Rio de Janeiro - RJ, no dia 27 de abril de 2017, às 10 horas, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE:

1. Deliberar sobre alteração do Estatuto Social da Empresa, conforme segue: (i) alteração do art. 20, caput, com vistas a alterar o prazo do mandato dos Conselheiros de Administração e torná-lo unificado, bem como o número de reconduções ao cargo; (ii) alteração do art. 26, caput, com vistas a alterar o prazo do mandato dos Diretores e torná-lo unificado, bem como o número de reconduções ao cargo; (iii) inclusão do §1º ao art. 26, com vistas a disciplinar que o prazo de gestão da Diretoria se prorrogue até a investidura dos novos membros, na forma do art. 150, §4º da Lei nº 6.404/76; (iv) inclusão dos §§ 2º e 3º ao art. 26, com vistas a adequar o Estatuto Social à Lei nº 13.303/2016 e Decreto nº 8.945/2016; (v) alteração do art. 34, com vistas a alterar o prazo do mandato dos Conselheiros Fiscais e o número de reconduções ao cargo, tal qual previsto no art. 22 da Lei nº 6.404/76.

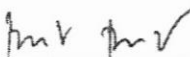
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

CERÂMICA GUARÁ LTDA - EPP
CNPJ: 26.872.348/0001-50
CONCESSÃO DE LICENÇA

CERÂMICA GUARÁ LTDA - EPP torna público que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a LICENÇA DE OPERAÇÃO LO nº IN038817, com validade até 24 de março de 2021, que a autoriza para fabricação de tijolos cerâmicos, sem incorporação de resíduos, na RUA CINCO, nº 180, ITAMBÉ, município de TABOARA (Processo nº: E-07/2014/22/200)

Id: 2021622

INEB - INSTITUTO NOVA ECONOMIA DO BRASIL
CNPJ (EM CONSTITUIÇÃO)
ASSEMBLEIA GERAL

CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL NO DIA 28/03/2017, PARA FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS INEB - INSTITUTO NOVA ECONOMIA DO BRASIL, COM SEDE NA CIDADE DE PETRÓPOLIS, RJ, À RUA WASHINGTON LUIZ Nº 345 - SALAS 8 A 10, CENTRO, NA QUAL FORAM APROVADOS, POR UNANIMIDADE, A INDICAÇÃO DA DIRETORIA, DO CONSELHO FISCAL, O ESTATUTO E O REGIMENTO INTERNO

Id: 2022817

GERDAU AÇOS LONGOS S.A.
CNPJ 07.358.761/0001-69 - NIRE 33300275819
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas da GERDAU AÇOS LONGOS S.A. (*) para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a se realizarem, cumulativamente, no dia 20 de abril de 2017, às 16h00min, na sede social da Companhia, na Av. João XXIII, 6.777, Santa Cruz, Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016. 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de resultados. 3. Eleger os membros da Diretoria, indicar os membros do Comitê Executivo e fixar a remuneração dos Administradores. 4. Deliberar sobre os jornais que veiculam as publicações da Sociedade, previstas na Lei nº 6.404/75. 5. Re-afirmar a relação de imóveis constante do Anexo II da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28/03/2013. 6. Consolidar o Estatuto Social, face às alterações procedidas anteriormente. (*) Para provar sua qualidade de acionista, os titulares de ações escriturais deverão depositar, na sede da Companhia, com antecedência mínima de 48 horas: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária; (ii) se pessoa física, cópia de documento de identidade; e (iii) se pessoa jurídica, cópia de estatuto/contrato social, cópia de ata de eleição dos administradores, devidamente registrados no órgão competente, e cópia de documento de identidade do administrador que se fará presente. Se forem representados por procuradores, deverão, igualmente, depositar o respectivo instrumento de outorga de poderes de representação. Se pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, todos os documentos deverão ser traduzidos e apostilados ou legalizados perante o Consulado brasileiro em seu País de domicílio. Todas as cópias deverão ser autenticadas e todas as assinaturas originais reconhecidas. Rio de Janeiro-RJ, 10 de abril de 2017. André Bier Gerdau Johannpeter - Diretor Presidente.

Id: 2023718

12º REGISTRO DE IMÓVEIS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ 23.335.660/0001-29
EDITAL SÉRGIO ÁVILA DÓRIA MARTINS, OFICIAL DO DÉCIMO SEGUNDO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO RIO DE JANEIRO

dos administradores da Companhia para o exercício de 2017, (v) Alteração do art. 5º do ES; para refletir adequadamente o valor atual do Capital Social da Companhia; (vi) Alteração dos arts. 12 e 39 do ES, de forma a deixar clara a possibilidade de se realizar, respectivamente, Assembleias Gerais e reuniões do Conselho Fiscal de forma não presencial; (vii) Consolidação do Estatuto Social da Companhia. Os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia assim à disposição dos acionistas na sede da Companhia. O acionista poderá ser representado na Assembleia por seu representante legal ou por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado. As pessoas que comparecerem à Assembleia deverão apresentar documento hábil de identidade. Na representação de acionista pessoa jurídica, deverão ser também apresentados os documentos comprobatórios dos respectivos poderes (inclusive poderes para outorga de procurações, se for o caso). Rio de Janeiro, 12/04/2017. Luis Henrique Cals de Beaulieu Guimarães - Presidente do Conselho de Administração.

Id: 2024054

ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S/A - ELETROPAR
COMPANHIA ABERTA
CNPJ 01.104.937/0001-70 NIRE 33300162528
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Eletrobrás Participações S.A. - ELETROPAR a se reunirem na sede da Companhia, à Avenida Marechal Floriano nº 19, 19º andar, Sala 1.501, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, no dia 28 de abril de 2017, às 11 horas, em Assembleia Geral Extraordinária, e ao seu término, em Assembleia Geral Ordinária, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

Em Assembleia Geral Extraordinária: 1. Deliberar sobre a reforma do estatuto social da Companhia, com vistas a adequar o estatuto social à Lei nº 13.303/2016 e ao Decreto nº 8.945/2016, alterando o art. 19, caput, § 6º, e inclusão dos §§ 7º e 8º; alterando o art. 25, caput, e inclusão dos §§ 1º, 2º, 3º e 4º; alterando o art. 33, caput, e inclusão dos §§ 1º e 2º. A reforma contempla alterar o prazo de mandato dos conselheiros de administração e o número de reconduções ao cargo, e alterar o prazo de mandato dos diretores e o número de reconduções ao cargo, com a finalidade de tornar unificados os mandatos dos administradores, bem como de estabelecer que o prazo de gestão dos administradores se promova até a investidura dos novos membros. Alterar também o prazo de mandato dos conselheiros fiscais e o número de reconduções ao cargo.

Em Assembleia Geral Ordinária: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016; 2. Deliberar sobre a proposta de administração da Companhia para destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos aos acionistas; 3. Eleger os membros do Conselho de Administração e designar dentre os membros eleitos, o Presidente; 4. Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes; 5. Fixar a remuneração global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal.

O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral: a) se pessoa natural, por procurador constituído há menos de 1 ano (que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil); b) se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro; c) se fundo de investimento, pelo seu administrador ou gestor, ou ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro, em conformidade com o artigo 176, §1º da Lei nº

em conformidade com o compromisso firmado em 28/04/1956, sob pena e decorrido o prazo legal de 10 (dez) dias, serem os mesmos rescindidos e cancelados a averbação respectiva, a forma do artigo 14, § 5º, do Decreto nº 3079, de 15/09/1938. Rio de Janeiro, 01 de novembro de 2016. SÉRGIO ÁVILA DÓRIA MARTINS - OFICIAL - Mat. 90-301.

Id: 2023718

12º REGISTRO DE IMÓVEIS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ 23.335.660/0001-29

EDITAL SÉRGIO ÁVILA DÓRIA MARTINS, OFICIAL DO DÉCIMO SEGUNDO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO RIO DE JANEIRO-RJ, atendendo ao que me foi requerido pelo Espólio de Salim Hanna Alzuguir, neste ato representado por sua inventariante MARIA HELENA ALVES ALZUGUIR, brasileira, solteira, advogada, residente à Rua Raimundo Correa nº 39, apto. 702, Copacabana/RJ, RG nº 2.580.066, de 25/03/1975, e inscrita no CPF/MF sob o nº 599.921.587-00, por seu procurador, Roberto da Costa Alzuguir, intima o senhor OSVALDO PAIXÃO, brasileiro, casado, residente na Rua da Matriz, nº 85, São João de Marilândia, a vir a este cartório, na Avenida Maria Teresa, nº 260, Campo Grande/RJ para pagar a importância referente às prestações em atraso, devidas pela compra do terreno designado por lote 02, da quadra 10, da Rua Projetada "E", PAL 19.789, Campo Grande/RJ, em conformidade com o compromisso firmado em 05/12/1956, sob pena de decorrido o prazo legal de 10 (dez) dias, serem os mesmos rescindidos e cancelados a averbação respectiva, a forma do artigo 14, § 5º, do Decreto nº 3079, de 15/09/1938. Rio de Janeiro, 01 de novembro de 2016. SÉRGIO ÁVILA DÓRIA MARTINS - OFICIAL - Mat. 90-301.

Id: 2023724

12º REGISTRO DE IMÓVEIS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ 23.335.660/0001-29

EDITAL SÉRGIO ÁVILA DÓRIA MARTINS, OFICIAL DO DÉCIMO SEGUNDO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO RIO DE JANEIRO-RJ, atendendo ao que me foi requerido pelo Espólio de Salim Hanna Alzuguir, neste ato representado por sua inventariante MARIA HELENA ALVES ALZUGUIR, brasileira, solteira, advogada, residente à Rua Raimundo Correa nº 39, apto. 702, Copacabana/RJ, RG nº 2.580.066, de 25/03/1975, e inscrita no CPF/MF sob o nº 599.921.587-00, por seu procurador, Roberto da Costa Alzuguir, intima o senhor JOÃO BAPTISTA DE SOUZA NEVES, brasileiro, casado, bancário, residente na Rua Pereira Nunes, nº 254, Vila Isabel, Rio de Janeiro-RJ, a vir a este cartório, na Avenida Maria Teresa, nº 260, Campo Grande/RJ, para pagar a importância referente às prestações em atraso, devidas pela compra do terreno designado por lote 5, da quadra 7, da Rua Projetada "G", PAL 19.789, Campo Grande/RJ, em conformidade com o compromisso firmado em 24/08/1955, sob pena e decorrido o prazo legal de 10 (dez) dias, serem os mesmos rescindidos e cancelados a averbação respectiva, a forma do artigo 14, § 5º, do Decreto nº 3079, de 15/09/1938. Rio de Janeiro, 18 de novembro de 2016. SÉRGIO ÁVILA DÓRIA MARTINS - OFICIAL - Mat. 90-301.

Id: 2023727

PARQUES TEMÁTICOS S/A

CNPJ Nº 00.083.724/0001-46 - NIRE Nº 33.300.159.584

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO. Ficam os Senhores Acionistas de PARQUES TEMÁTICOS S/A, convocados a comparecerem a Sede Social da companhia na Av. José Silva de Azevedo nº 308, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, no dia 20 de abril de 2017 às 11:00 hs., para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Examinar, discutir e votar: 1 - As contas e relatório da Administração da companhia. 2 - As Demonstrações Financeiras, relativas ao Exercício social, findo em 31/12/2016, que foram publicadas no Diário Oficial do Rio de Janeiro na Parte V, folha 5 e na Internet

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A
Nire: 33300275819

Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



344

PUBLICAÇÕES A PEDIDO

o balanço e demais Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31/12/2016 (acompanhadas do Relatório da Administração, Parecer dos Auditores Independentes e demais documentos); 2) Eleição dos Conselheiros de Administração para o biênio de 2017/2019: Sr. Tarcísio Bastos Cunha e Sirlônio Estêvão Sá da Oliveira; 3) Eleição do Conselheiro Fiscal com mandato de 1 ano: Sr. Josmar Teixeira de Resende; 4) Fixação da remuneração dos Administradores e dos membros efetivos do Conselho Fiscal. Ficam os senhores acionistas informados que se encontram à sua disposição na sede social e documentação de suporte ao assunto objeto da Ordem do Dia. Rio de Janeiro/RJ, 12 de abril de 2017. Carlos Henrique Silva Seixas - Presidente Interno.

GERDAU AÇOS LONGOS S.A.

CNPJ 07.358.761/0001-68 - NIRE 33300275819

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas da GERDAU AÇOS LONGOS S.A. (*) para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a se realizarem, cumulativamente, no dia 20 de abril de 2017, às 15h00min, na sede social da Companhia, na Av. João XXIII, 6.777, Santa Cruz, Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de resultados; 3. Eleger os membros da Diretoria, indicar os membros do Comitê Executivo e fixar a remuneração dos Administradores; 4. Deliberar sobre os jornais que veicularão as publicações da Sociedade, previstas na Lei nº 6.404/76; 5. Re-afirmar a relação de imóveis constante do Anexo II da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28/03/2013; 6. Consolidar o Estatuto Social, face às alterações procedidas anteriormente.

DIÁRIO OFICIAL
DO ESTADO DO RIO DE JANEIROONCOCLINICA CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLÓGICO S.A.
CNPJ 72.101.124/0001-74 - NIRE 3330031052-5

AVISO AOS ACIONISTAS: Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à sua disposição, na sede social da Companhia, situada na Rua Siqueira Campos, nº 63, 9º andar e nas salas 502 e 503, 701 a 706, 801, 804, 805 e 806-parte, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Rio de Janeiro, 07 de abril de 2017. Luis Roberto Natel de Almeida - Diretor.

Id: 2023690

CEMEPE INVESTIMENTOS S.A. (Companhia Aberta)

CNPJ/MF nº 93.828.968/0001-73 - NIRE nº 33 3 0016322-1

Edital de Convocação. Ficam os Srs. Acionistas convidados para a AGO que se realizará no dia 28/04/17, às 10:30 horas, na sede social da Cia., sito à Praça Tiradentes, 10, s/304, Pta. Centro/RJ, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Deliberar, discutir e aprovar o Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores Externos relativos ao exercício findo em 31/12/16; b) Deliberar, discutir e aprovar a destinação do prejuízo contábil decorrente do exercício social findo em 31/12/16; e c) Fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Cia.. Disposições Gerais: A Cia. informa a seus acionistas que os seguintes documentos foram publicados em 30/03/17, nos jornais "Diário Comercial", "Diário do Comércio e Indústria (DCI)" e no "DOERJ": (i) Relatório da Administração, (ii) Demonstrações Financeiras e (iii) Parecer dos Auditores Externos. Os documentos pertinentes às matérias acima mencionadas e demais previstos na Instrução CVM 461/09 foram apresentados à CVM por meio do Sistema Empresas.NET em 30/03/17, e encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Cia., bem como disponíveis nos sites da Cia. (www.cemepe.com.br), da BMSFBOVESPA S.A. (www.bmsfbovespa.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br), assim como quaisquer infor-

Companhia, localizada na Av. das Américas nº. 3443, bloco 3, lojas 108, 102 e 105, Condomínio Américas Corporate, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da AGO. Rio de Janeiro, 11 de abril de 2017.

Antonio José de Almeida Carneiro
Presidente do Conselho de Administração

Id: 2023952

NORTEC QUÍMICA S.A.

CNPJ 29.950.060/0001-57 - NIRE 333.0027095-7

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Convocação: Ficam convocados os Srs. Acionistas a se reunirem em AGOE a ser realizada às 14h do dia 28/04/2017, na sede social da Cia., na Rua 17 nº 200, bairro de Marquês, Xerém, Duque de Caxias/RJ, a fim de deliberar a respeito da seguinte Ordem do Dia: I) prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016, acompanhadas do parecer dos auditores independentes; II) destinação do resultado líquido do exercício social encerrado em 31/12/2016 e distribuição de dividendos obrigatórios; III) eleição dos membros do Conselho de Administração; IV) determinação da remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Cia; V) alteração da redação do Art. 2º do Estatuto Social da Cia. para indicar que a sede da Cia. está localizada no bairro de Marquês, Distrito de Xerém, Município de Duque de Caxias/RJ; VI) aumento do capital social da Cia. com a consequente alteração na redação do Art. 9º do Estatuto Social; VII) previsão de que a Diretoria seja formada por até 2 Diretores Vice-Presidentes e mudança de nomenclatura do cargo de Diretor Superintendente para Diretor Presidente, com a consequente alteração na redação dos Arts 26, 30, 31 e 32 do Estatuto Social da Cia.; e VIII) consolidação do Estatuto Social da Cia. Duque de Caxias, 10/04/2017. Alberto Ramy Mansur - Presidente do Conselho de Administração.

Id: 2024058

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: GERDAU AÇOS LONGOS S/A

Nire: 33300275819

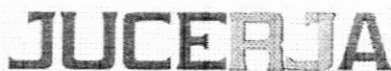
Protocolo: 0020171494490 - 04/05/2017

CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 05/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 3CE2765563C1D4EC8D6B27C75665BB4B1C1EEA47F2FE5B74C7746DEF54D28D00

Arquivamento: 00003036681 - 05/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral





Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0027581-9

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

00-2018/164147-0

03/08/2018 - 14:03:33

JUCERJA

Último Arquivamento:

00003236298 - 31/07/2018

NIRE: 33.3.0027581-9

GERDAU ACOS LONGOS S/A

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00

Boleto(s): 102774045

Hash: 78F8CB2F-13DF-4A37-8489-4C1E84815D18



REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

GERDAU ACOS LONGOS S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato	Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
002	021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
XXX	XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XXX	XX

Representante legal da empresa

Local	Nome:	THAIANY OLEGARIO
	Assinatura:	46.326.869-6 (SSP/SP) 395.633.668-24
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	30/07/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/164147-0

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: GERDAU ACOS LONGOS S/A

NIRE: 33.3.0027581-9 Protocolo: 00-2018/164147-0 Data do protocolo: 03/08/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/08/2018 SOB O NÚMERO 00003239121 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: A147FD990204D087C665DF1D09A8404F91DCC289E0C94CD4E7FC8B669B4458DA

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/canaldigital> informe o nº do protocolo

Pág. 2/4



GERDAU AÇOS LONGOS S.A.
CNPJ nº 07.358.761/0001-69
NIRE nº 33300275819

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NA SEDE SOCIAL, NO RIO DE JANEIRO, RJ, NA AV. JOÃO XXIII, 6.777, SANTA CRUZ, EM 13 DE JULHO DE 2018, ÀS 16h00min.

1. A assembleia foi convocada através de editais publicados nos dias 04, 05 e 06 de julho de 2018, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (respectivamente nas páginas 13, 10 e 12) e no Valor Econômico Edição Regional Rio de Janeiro (respectivamente nas páginas E2, E2 e E4), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Destituição de membro da Diretoria.
2. Estavam presentes acionistas representando a maioria do capital social. Os trabalhos foram abertos pelo Diretor André Brickmann Areno que, eleito para presidi-los, convidou a mim, Otávio Augusto Trois de Miranda, para secretário.
3. A Assembléia Geral Extraordinária, por unanimidade, deliberou destituir, à data de 13/07/2018, o Diretor Vice-Presidente Francisco Deppermann Fortes, em razão de sua aposentadoria, dando por encerrado o contrato do diretor e reputando extinto o respectivo vínculo trabalhista com a Companhia.
4. Nada mais foi tratado.

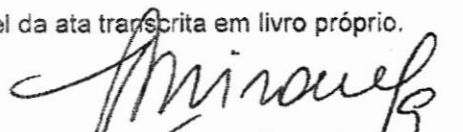
Rio de Janeiro, 13 de julho de 2018.

Mesa: André Brickmann Areno (Presidente da Assembleia); Otávio Augusto Trois de Miranda (Secretário da Assembleia); Acionista GERDAU S.A. representada por Otávio Augusto Trois de Miranda.

Declaração

Declaramos, que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio.


André Brickmann Areno
Presidente


Otávio Augusto Trois de Miranda
Secretário e Advogado
OAB/RS nº 23.728

ASSO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ
PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DA FCPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

CÓDIGO DE ACESSO
RJ.84.24.03.02 - 07.358.761.000.169

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)
GERDAU ACOS LONGOS S.A.

Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ
07.358.761/0001-69

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

Quadro de Sócios e Administradores - QSA

03. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

NOME
HARLEY LORENTZ SCARDOELLI

CPF
447.421.500-15

LOCAL

DATA
24/07/2018

04. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL

Este documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 447.421.500-15

Aprovado pela Instrução Normativa nº 1.534, de 06 de maio de 2016



Preparar Página
para impressão





WILLIAM FREIRE
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Doc.3 – Procuração



Livro:- 5.102 – Páginas 235/238

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZEM:

GERDAU AÇOS LONGOS S.A e outras

226383

SAIBAM QUANTOS virem, este público instrumento que, no ano de dois mil e dezenove (2.019), aos 27 (vinte e sete) dias do mês de FEVEREIRO, nesta cidade de São Paulo, Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, neste Cartório, perante mim escrevente, compareceram como outorgantes: **GERDAU AÇOS LONGOS S.A.**, com sede na Av. João XXIII, nº 6777, Santa Cruz, Rio de Janeiro, RJ, CNP nº 07.358.761/0001-69, NIRE 33300275819, com seu estatuto social consolidado, aprovado pelas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 20/04/2017, registrada na JUCERJA – Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro nº 00003036681 em 05/05/2017, da qual cópia autenticada, fica arquivada nestas notas, em pasta própria, sob nº 040/18 e alteração estatutária, aprovada pelas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 27/04/2018, registrada na JUCERJA – Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro nº 00003209421 em 08/06/2018, da qual cópia autenticada, fica arquivada nestas notas, em pasta própria, sob nº 164/19; neste ato de acordo com o artigo 14º - parágrafo 4º de sua alteração estatutária, representada por seus Diretores: Sr. **CESAR OBINO DA ROSA PERES**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 83087528 SSP/PR, CPF nº 346.819.490-00 e Sr. **FLADIMIR BATISTA LOPES GAUTO**, brasileiro, viúvo, administrador de empresas, RG nº 8020206317 SSP/RS, CPF nº 352.524.130-53, ambos residentes e domiciliados em Barueri, SP, eleitos através da Assembleia Geral Ordinária, realizada, em 27/04/2018, registrada na JUCERJA - Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob nº 00003209421, em 08/06/2018, acima mencionada. Os representantes legais da outorgante declaram sob as penas da lei, não haver alterações estatutárias, posteriores aos seus atos societários acima citados; **GERDAU AÇOMINAS S.A.**, com sede em Ouro Branco - MG, na Rodovia MG 443, Km 07, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.227.422/0001-05, NIRE 31300036677, com seu estatuto social consolidado, aprovado pela Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, realizadas em 27/04/2018, registrada na JUCEMG – Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob nº 6878381, em 04/06/2018, da qual cópia autenticada, fica arquivada nestas notas, em pasta própria, sob nº 822/18; neste ato de acordo com o artigo 19º - parágrafo 4º - letra "a" de seu estatuto social, representada por seus Diretores: Sr. **CESAR OBINO DA ROSA PERES**, (acima qualificado) e Sr. **FLADIMIR BATISTA LOPES GAUTO**, (acima qualificado); eleitos através das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, realizada em 27/04/2018, acima mencionada. Os representantes legais da outorgante declaram sob as penas da lei, não haver alterações estatutárias, posteriores aos seus atos societários acima citados; **GERDAU S.A.**, com sede na Av. das Nações Unidas nº 8.501 - 8º andar - conjunto 02 - Bairro Pinheiros - CEP 05425-070, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.611.500/0001-19, NIRE 35300520696, com seu estatuto social consolidado, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20/04/2018, registrada na JUCERJA – Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob nº 00003186651, em 27/04/2018 e na JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 35300520696, em 28/08/2018, do qual cópia fica arquivada nestas notas sob nº 163/19; neste ato de acordo com o artigo 12º - parágrafo 4º - letra "a" de seu estatuto social, representada por seus Diretores: Sr. Sr. **CESAR OBINO DA ROSA PERES**, (acima qualificado) e Sr. **FLADIMIR BATISTA LOPES GAUTO**, (acima qualificado), residentes e domiciliados nesta Capital; eleitos através da Reunião do Conselho de Administração, realizada em 08/05/2018, registrada na JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 508.287/18-2, em 23/10/2018, da qual cópia está arquivada nestas notas, juntamente com seu estatuto social acima mencionado. Os representantes legais da outorgante declaram sob as penas da lei, não haver alterações estatutárias, posteriores aos seus atos societários acima citados; **METALÚRGICA GERDAU S.A.**, com sede na Av. das Nações Unidas nº 8.501 - 8º andar - conjunto 1 - parte - Bairro Pinheiros - CEP 05425-070, inscrita no CNPJ/MF sob nº 92.690.783/0001-09, NIRE 35300520751, com seu



União Internacional
de Notários e Leais
(fundada em 1948)



10982602423218.000674728-5

P.09844 R.009728

RUA PRINCESA ISABEL 363 BROOKLIN PAULISTA
SÃO PAULO SP CEP 04601-001
FONE/FAX: 11-50417622



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

estatuto social consolidado, aprovado pelas Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária, realizadas em 23/04/2018, registrada na JUCERGS – Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob nº 4782379, em 28/06/2018 e na JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 3530052075-1, em 29/08/2018, da qual cópia autenticada, fica arquivada nestas notas, em pasta própria, sob nº 166/19; neste ato de acordo com o artigo 13º - parágrafo 18º de seu estatuto social, representada por seus Diretores: Sr. **CESAR OBINO DA ROSA PERES**, (acima qualificado) e Sr. **FLADIMIR BATISTA LOPES GAUTO**, (acima qualificado), residentes e domiciliados nesta Capital; eleitos através da Reunião do Conselho de Administração, realizada em 08/05/2018, registrada na JUCESP sob nº 508.286/18-9, em 23/10/2018, da qual cópia fica arquivada nestas notas, juntamente com seu estatuto social acima mencionado. Os representantes legais das outorgantes declaram sob as penas da lei, não haver alterações estatutárias, posteriores aos seus atos societários acima citados; **FUNDAÇÃO GERDAU**, com sede em Porto Alegre, RS, na Av. Farrapos, nº 1.811, Floresta, CNPJ nº 92.678.473/0001-60, com seu estatuto social consolidado, aprovado pela Ata de Reunião do Conselho de Supervisão, realizada em 01/10/2007, registrado no 1º Serviço de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Porto Alegre - RS sob nº 1567743, da qual cópia autenticada, fica arquivada nestas notas, em pasta própria, sob nº 254/18; neste ato de acordo com o artigo 16º - parágrafo 3º de seu estatuto social, representada por seus Diretores: Sr. **FLADIMIR BATISTA LOPES GAUTO**, (acima qualificado) e Sra. **ALBERTINA MARIA MELO DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG nº M 4203172 SSP/MG e inscrita no CPF/MF sob nº 592.258.666-15, ambos com escritório nesta Capital, eleitos através da Reunião do Conselho de Supervisão, realizada em 22/03/2018, registrada no 1º Serviço de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Porto Alegre - RS sob nº 103649, em 29/05/2018, da qual cópia fica arquivada nestas notas sob nº 165/19. Os representantes legais da outorgante declaram sob as penas da lei, não haver alterações estatutárias, posteriores aos seus atos societários acima citados; **Ana Carolina Xavier de Moraes Borba**, brasileira, solteira, advogada, OAB/PE nº 31.395, CPF nº 049.004.014-47, com escritório profissional em Recife, PE, na Rodovia BR 232, Km 12,7, Distrito Industrial do Curado, CEP 50950-000; **Ana Cláudia Carvalho Floriano**, brasileira, solteira, OAB/MG nº 143.062, CPF nº 090.292.616-09, com escritório profissional em Contagem, MG, na BR-381, nº 1575, bairro Bandeirantes, CEP 32240-090; **Bianca Stella Piacentini Baruffaldi**, brasileira, solteira, advogada, OAB/SP sob o nº 288.493, CPF 007.996.510-52, com escritório profissional em São Paulo, SP, na Av. Das Nações Unidas, nº 8.501, 6º andar, Pinheiros, CEP 05425-070; **Fabiano Faria Maia**, brasileiro, casado, advogado, OAB/MG nº 90.451, CPF nº 042.372.986-12, com escritório profissional em São Paulo, SP, na Av. Das Nações Unidas, nº 8.501, 6º andar, Pinheiros, CEP 05425-070; **Fábio Eduardo de Pieri Spina**, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/SP nº 134972, CPF nº 153.084.478-96, com escritório profissional em São Paulo, SP, na Av. Das Nações Unidas, nº 8.501, 6º andar, Pinheiros, CEP 05425-070; **Fernanda Alckmin Fernandes Claudino**, brasileira, solteira, advogada, OAB/SP nº 309.634, CPF nº 329.411.748-50, com escritório profissional em São Paulo, SP, na Av. Das Nações Unidas, nº 8.501, 6º andar, Pinheiros, CEP 05425-070; **Fernanda Pedreira Ribeiro**, brasileira, solteira, advogada, OAB/RS nº 104.573, CPF nº 024.170.160-01, com escritório profissional em Sapucaia do Sul, na Avenida Borges de Medeiros, nº 650, Bairro Colonial, CEP 93212-110; **Fernanda Santana de Souza**, brasileira, solteira, advogada, OAB/MG nº 177.482, CPF nº 089.611.476-76, com escritório profissional em Contagem, MG, na BR-381, nº 1.575, Bandeirantes, CEP 32240-090; **Gustavo Querotti e Silva**, brasileiro, casado, advogado, OAB/RS nº 60.635, CPF nº 928.036.870-20, com escritório profissional em Sapucaia do Sul, RS, na Avenida Borges de Medeiros, 650, Bairro Colonial, CEP 93212-110; **Flávia Renata Rodrigues da Costa Mariano**, brasileira, casada, advogada, OAB/MG nº 131.517, CPF nº 061.865.796-70, com escritório profissional em Ouro Branco, MG, na Rodovia MG 443, Km 7, Fazenda do Cadete, CEP 36420-000; **Gabriela Gonçalves de Oliveira e Souza Stenger**, brasileira, casada, advogada, OAB/SP nº 252.854, CPF nº 307.945.638-64, com escritório profissional em São Paulo, SP, na Av. Das Nações Unidas, nº 8.501, 6º andar, Pinheiros, CEP 05425-070; **João Paulo Gomes e**

13º TABELIÃO DE NOTAS
DISTRITO DE CAMPO BELO
SÃO PAULO - SP
COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELIÃO AVELINO LUIS MARQUES



Cordeliro, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/MG nº 122.823, CPF nº 067.358.116-07, com escritório profissional em Contagem, MG, na BR-381, nº 1.575, Bandeirantes, CEP 32240-090; Leila Silva Loão, brasileira, casada, advogada, OAB/MG nº 119.461, CPF nº 069.921.246-41, com escritório profissional em São Paulo, SP, na Av. Das Nações Unidas, nº 8.501, 6º andar, Pinheiros, CEP 05425-070; Leonardo Silva Barbosa, brasileiro, divorciado, advogado, OAB/MG nº 112.637, CPF nº 043.387.976-90, com escritório profissional em Ouro Branco, MG, na Rodovia MG 443, Km 7, Fazenda do Cadete, CEP 36420-000; Luciana das Graças dos Santos, brasileira, solteira, advogada, OAB/MG nº 114.332, CPF nº 057.804.246-08, com escritório profissional em São Paulo, SP, na Av. Das Nações Unidas, nº 8.501, 6º andar, Pinheiros, CEP 05425-070; Maria Luíza Braga Do Espírito Santo, brasileira, solteira, advogada, OAB/MG nº 147.231, CPF nº 099.023.946-20, com escritório profissional em São Paulo, SP, na Av. Das Nações Unidas, nº 8.501, 6º andar, Pinheiros, CEP 05425-070; Marina Duarte Teixeira Romanelli, brasileira, solteira, OAB/MG nº 184.716, CPF nº 124.694.526-60, com escritório profissional em Contagem, MG, na BR-381, nº 1575, bairro Bandeirantes, CEP 32240-090; Otávio Augusto Trois de Miranda, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/RS nº 23.728, CPF nº 536.393.160-53, com escritório profissional em São Paulo, SP, na Av. Das Nações Unidas, nº 8.501, 6º andar, Pinheiros, CEP 05425-070; Paloma Pasqualina Colombo, brasileira, casada, advogada, OAB/RS nº 75.565, CPF nº 836.939.120-68, com escritório profissional em Sapucaia do Sul, RS, na Av. Borges de Medeiros, nº 650, Colonial, CEP 93212-110; Rafael Lebensold, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/SP nº 261.138, CPF nº 313.927.248-05, com escritório profissional em São Paulo, SP, na Av. Das Nações Unidas, nº 8.501, 6º andar, Pinheiros, CEP 05425-070; Raquel de Melo Vieira, brasileira, casada, advogada, OAB/MG nº 83.252, CPF nº 032.145.216-08, com escritório profissional em Contagem, MG, na BR-381, nº 1.575, Bandeirantes, CEP 32240-090; Thales Baleeiro Teixeira, brasileiro, divorciado, advogado, OAB/SP nº 113.542, CPF nº 086.514.258-05, com escritório profissional em São Paulo, SP, na Av. Das Nações Unidas, nº 8.501, 6º andar, Pinheiros, CEP 05425-070. **PODERES:** Para o foro em geral, "ad e extra judicium", para agirem em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, propondo e contestando ações, execuções, mandados de segurança, ingressos em ações rescisórias e demais procedimentos, inclusive processos administrativos, impugnar autos de infração, requerer falências e declarações de insolvência, habilitar-se em concordatas, falências e concurso de credores, representando a(s) OUTORGANTE(s) em assembleias de credores; nomear preposto para representar a(s) Outorgante(s); requerer e se fazer representar em ações de inventário e partilha, podendo aceitar encargos de inventariante, assinando os respectivos compromissos, acompanhando tais processos até seu final; excepcionar, representar a(s) OUTORGANTE(s) criminalmente, arguir suspeições, defender em todos os seus negócios e interesses em qualquer juízo ou instância, inclusive em conselhos de contribuintes; receber e dar quitação, transigir, acordar e desistir, podendo ainda, celebrar escrituras públicas de constituição de garantias em favor da(s) OUTORGANTE(s), ou de recebimento, por estes, de bens dados em pagamento, bem como, representá-los perante autoridades policiais, podendo apresentar queixa ou notícia crime, perante Ministério Público e demais órgãos públicos federais, estaduais e municipais, suas autarquias, empresas públicas e privadas, estabelecimentos da rede bancária e outros, assinando e requerendo em todos os assuntos de interesse dos outorgantes, representando ainda, perante qualquer agência da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, com a finalidade de levantar alvarás judiciais; podendo receber e dar quitação, e tudo o mais praticar para o fiel desempenho da presente outorga de poderes de representação, inclusive substabelecer com reserva. A presente procuração será válida até 01 de março de 2020, exceto quando acostada a autos processuais, hipótese em que sua vigência será prorrogada por prazo indeterminado, até a conclusão dos referidos processos. De como assim o disse dou fé pedi e lhe lavrei o presente instrumento, que feito e lhe sendo lido em voz alta, pausada e clara, foi achado conforme, outorga aceita e assina. Ao Tabelião: R\$ 269,90, Estado: R\$ 76,76, Sec. Faz.: R\$ 52,48, ISS: R\$ 5,76, M.P: R\$ 12,96, R.Civil: R\$ 14,20, Tribunal: R\$ 18,52, Sta. Casa: R\$ 2,70, Total: R\$ 453,22 **SELO DIGITAL**



10982602423218.000674729-3

P.09844 R.009729

RUA PRINCESA ISABEL 363 BROOKLIN PAULISTA
SÃO PAULO SP CEP 04601-001
FONE/FAX: 11-50417622



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

Nº:1112031PR022638327021919X A confirmação da lavratura e da cobrança deste ato poderão ser verificadas após 24hs no site: <https://selodigital.tjsp.jus.br> mediante a informação do código QR Code abaixo ou pelo número do selo digital. Eu, JOSÉ ROBERTO PAULO, escrevente, a escrevi. EU, HELEN FERNANDA DA SILVA MARQUES, Substituta a subscrevo. (aa) CESAR OBINO DA ROSA ERES / FLADIMIR BATISTA LOPES GAUTO / ALBERTINA MARIA MELO DE OLIVEIRA / HELEN FERNANDA DA SILVA MARQUES (Os emolumentos devidos pela presente, serão pagos por verba estadual, dentro do prazo legal). NADA MAIS, dou fé. Traslada em seguida. Eu, *marques*, a conferi, subscrevo e assino em público e raso.

Em testemunho *marques* da verdade.

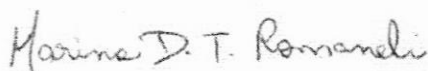


139 Tabelião de Notas
da Capital - SP
HELEN FERNANDA DA SILVA MARQUES
SUBSTITUTA DO TABELIÃO
Rua Princesa Isabel, 363 - São Paulo - SP

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reservas, os poderes que me foram por **GERDAU S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 33.611.500/0001-19, com sede na Avenida das Nações Unidas, 8.501 – 8º andar, bairro Pinheiros, São Paulo/SP; e **GERDAU AÇOS LONGOS S.A.**, inscrita no CNPJ nº 07.358.761/0001-69, com sede na Avenida João XXIII, nº 6777, bairro Santa Cruz, Rio de Janeiro/RJ; e **GERDAU AÇOMINAS S.A.**, inscrita sob o CNPJ nº 17.227.422/0001-05, com sede na Rodovia 443, Km 07, Fazenda do Cadete, Ouro Branco/MG; aos advogados **WILLIAM EDUARDO FREIRE OAB/MG 47.727**, **TIAGO DE MATTOS SILVA OAB/MG 110.293**, **BRUNO FREIRE MAIA RODRIGUES COSTA OAB/MG 110.850**, **MARCELO AZEVEDO OAB/MG 130.790**, **PAULO HONÓRIO DE CASTRO JÚNIOR OAB/MG 140.220**, **ANA MARIA DAMASCENO DE CARVALHO FARIA OAB/MG 157.554**, **DANILO RESENDE SOARES OAB/MG 173.595**, **ENRIQUE DE CASTRO LOUREIRO PINTO OAB/MG 188.358**, **ISABELA CAMILA DA CUNHA OAB/MG 179.329**, **JESSICA RUBIALE BATISTA OAB/MG 169.454**, **JOÃO PAULO SANTAROSA DE ARAUJO AYRES OAB/MG 134.576**, **LUCIANA DE ALMEIDA GOMEZ OAB/MG 150.038**, **MARIA LUIZA TAVARES DE ALMEIDA OAB/MG 186.307**, **MARIANA JEANNERET MOURÃO OAB/MG 137.610**, **NATHÁLIA GIULIANA JANUÁRIO DE ANDRADE PORTUGAL OAB/MG 182.457**, **RODRIGO HENRIQUE PIRES OAB/MG 143.096** e **THIAGO PASSOS DE CASTRO E SANTOS OAB/MG 192.450**, todos integrantes do Escritório **WILLIAM FREIRE - ADVOGADOS ASSOCIADOS**, registrado na OAB sob o nº 394, com sede na Rua Paraíba, 476, 4º andar, Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG, para o foro geral, com clausula *ad judicium et extra*, para atuar, juntos ou separadamente, enquanto integrantes do escritório supracitado, em qualquer **órgão administrativo federal, estadual ou municipal em que tramitem Notificações, Autos de Infração, Procedimentos e/ou Processos Administrativos em geral** que possuam a empresa como parte, para que procedam todos os atos necessários à defesa dos direitos e interesses do outorgante em qualquer foro ou instancia que se fizer necessário, compreendendo os poderes para substabelecer.

Contagem, MG, 10 de abril de 2019.



MARINA DUARTE TEIXEIRA ROMANELI

OAB/MG 184.716



WILLIAM FREIRE
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Doc. 4 – Extrato de publicação da decisão de arquivamento – 02/11



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Regularização Ambiental
Supram Norte de Minas

PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DE MINAS GERAIS

DIÁRIO DO EXECUTIVO

DATA: 03/11/2019

PÁGINA: 11

O Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM torna público o arquivamento do processo abaixo identificado: 1) Renovação de Licença de Operação: *Gerdau Aços Longos S.A./ Fazendas Riacho dos Porcos e Vale das Embaúbas I e II - Silvicultura e produção de carvão vegetal, oriunda de floresta plantada - Rio Pardo de Minas/MG - PA/Nº 03621/2005/007/2015 - Classe 5. Motivo: Apresentação insatisfatória de informações complementares. (a) Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto. Secretário Executivo do COPAM.



WILLIAM FREIRE
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Doc. 5 – Comprovante de pagamento de taxa de expediente



SECRETARIA DE ESTADO DE
FAZENDA DE MINAS GERAIS

Comprovante de Pagamento das Receitas Estaduais

Nome:
GERDAU ACOS LONGOS S.A.

Endereço

Município:
RIO PARDO DE MINAS

UF:
MG

Telefone

Data do Vencimento
27/11/2019

Data do Pagamento
27/11/2019

Tipo de Identificação
CNPJ

Número Identificação
07.358.761/0124-18

Código Município (para produtor rural e não inscrito)
556

Mês Ano de Referência
11/2019

Nº Documento (autuação, dívida ativa e parcelamento)
4300961299448

Histórico

Órgão: SECRETARIA ESTADO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

Serviço: ANALISE DE RECURSO INTERPOSTO - INDEFERIMENTO LICENCA

Valores pagos

1081-9 - TAXA DE EXPEDIENTE - SEMAD Valor: 538,98

Informações

TAXA DE EXPEDIENTE PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO AO ARQUIVAMENTO DA RENOVACÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO - PA
03621/2005/007/2015.

Linha 85660000005 8 38980213191 9 12712430096 4 12994480137 9

AUTENTICAÇÃO

Agencia: 3527 Banco: 33 NSU: 179812 - Data do Pagamento: 27/11/2019

TOTAL

R\$

538,98

FLUXO: VIA ÚNICA: EMITENTE / CONTRIBUINTE (COMPROVANTE DE PAGAMENTO)

DD: 06.01.12



WILLIAM FREIRE
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Doc. 6 – Parecer técnico Supram NM - papeleta de despacho nº 93/2019



Empreendedor: Gerdau Aços Longos S.A.	
Empreendimento: Fazendas Riacho dos Porcos, Vale das Embaúbas I e Vale das Embaúbas II	Município: Rio Pardo de Minas/MG
Assunto: Processo nº 3621/2005/007/2015	
De: Márcio Sousa Rocha	Unidade Administrativa: Área Técnica – SUPRAM NM
Para: Clésio Cândido Amaral	Unidade Administrativa: Superintendente da SUPRAM NM

1. INTRODUÇÃO

O empreendedor Gerdau Aços Longos S.A. protocolou em 08/10/2015 o processo de Renovação de Licença de Operação para o empreendimento composto pelas Fazendas Riacho dos Porcos, Vale das Embaúbas I e Vale das Embaúbas II, processo administrativo número 3621/2005/007/2015, cujas atividades desenvolvidas são G-03-03-4 Produção de carvão vegetal, oriunda de floresta plantada com capacidade instalada para produção de 147.450 mdc/ano (Classe 5, pela DN74) e G-03-02-6 Silvicultura em área de 6321,50 ha (Classe 3, pela DN 74).

Esta revalidação contempla a unificação das licenças de operação oriundas dos processos administrativos número 03621/2005/002/2009 das Fazendas Vale das Embaúbas I e II, e 03621/2005/005/2014 da Fazenda Riacho dos Porcos.

Foram solicitadas informações complementares através do ofício 0890/2016 cuja prorrogação do prazo foi requerida pelo empreendedor em 02/12/2016 (R0356772/2016). Em 26/12/19 (R0370266/2016) foi solicitado o sobrestamento para realização da complementação dos estudos de fauna até 31/09/2017. Considerando a mudança de gestor do processo e a realização da vistoria em 01/10/2018, foram solicitadas novas informações complementares através do Ofício SUPRAM NM 3221/2018. O empreendedor solicitou o sobrestamento do processo para entrega de parte das informações em 07/03/2019, com cronograma justificado, pelo prazo de 150 dias. As informações sobrestadas foram protocoladas tempestivamente em 02/08/2009 (R0115609/2019).

2. DA ANÁLISE DAS CONDICIONANTES

Fazenda Vale das Embaúbas

Analisando-se as condicionantes da licença de operação desta fazenda, verificou-se o descumprimento de algumas das condicionantes, em especial as relatadas abaixo:

- Condicionante 3: "Manutenção das práticas de conservação de solos e sistemas de controle de erosão nas estradas e aceiros existentes em toda área do imóvel. Manutenção



das canaletas e camalhões destinado à água proveniente do escoamento superficial para bacias de captação de água pluvial, principalmente nas estradas vicinais”. Não foram apresentados relatórios anuais entre 2014 e 2016. Não obstante, o levantamento de erosões solicitado em informação complementar encontrou 51 pontos com erosões, em sua maioria associados a carreadores e estradas, demonstrando que as práticas de conservação do solo têm sido insuficientes.

- Condicionante 4: “Dar continuidade ao Programa de Monitoramento da fauna, com ART de profissional habilitado. Com cronograma de atividades. Apresentar a cada 1 (um) ano relatório de diagnóstico”. Não foram entregues os relatórios de 2015 e 2018, e três campanhas foram apresentadas intempestivamente. Portanto, 62,5% dos relatórios foram não foram entregues ou foram apresentados intempestivamente.
- Condicionante 5: “Apresentar projeto técnico de recuperação da flora – PTRF, para as áreas de Reserva Legal, aceiros, estrada desativada e corredores ecológicos onde não ocorreu regeneração do cerrado após retirada do eucalipto. O cronograma de execução deverá ser cumprido num prazo máximo de 150 dias. Posterior a execução, o empreendedor deverá enviar relatório de acompanhamento do PTRF, conforme DN 76/04. Este deverá apresentar fotografias da área sendo recuperada, além de estudo florístico para que possamos avaliar a eficácia do projeto executado”. Das 19 datas previstas para relatórios semestrais entre os anos de 2010 e 2019, não foram entregues 15 e 02 foram entregues intempestivamente.

Fazenda Riacho dos Porcos

- Condicionante 2: “Manutenção das práticas de conservação de solos e sistemas de controle de erosão nas estradas e aceiros existentes em toda área do imóvel. Manutenção das canaletas e camalhões destinado à água proveniente do escoamento superficial para bacias de captação de água pluvial, principalmente nas estradas vicinais.” O levantamento de focos erosivos apontou a existência de erosões em 28 pontos, muitos deles associados a estradas, desta forma considera-se que as práticas de conservação do solo não foram bem aplicadas conforme determinou a condicionante acima.



3. DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Levantamento de espécies exóticas na reserva legal

Considerando grande parte das áreas de reserva legal dos empreendimentos foi averbada em locais onde anteriormente foi desenvolvido o cultivo de eucalipto. Desta forma as reservas atualmente são constituídas por áreas em regeneração em diferentes estágios. No entanto, durante a vistoria foi verificada a presença muito grande da espécie exótica em certas áreas da reserva. Deste modo, solicitou-se através informação complementar, um levantamento da presença de espécies exóticas, especialmente eucalipto na reserva legal do empreendimento. O empreendedor apresentou um estudo realizado através do processamento de imagens aéreas obtidas por drones.

- Na Fazenda Vale das Embaúbas, segundo o método utilizado, a presença de eucalipto na reserva legal foi enquadrada na classe de 0 – 10 indivíduos por hectare;
- Na Fazenda Riacho dos Porcos houve áreas de reserva com presença de eucalipto caracterizada na faixa de 40 a 50 indivíduos por hectare.
- No entanto verificou-se na vistoria que em porções da reserva legal, a presença de indivíduos de eucalipto é muito maior que os valores encontrados no levantamento. O fato de que o estudo levou em conta os limites dos antigos talhões de eucalipto ao dividir a área em unidades para as quais foi estabelecido o número de indivíduos eucalipto por hectare e que estas unidades não são homogêneas do ponto de vista de distribuição espacial e predominância de dossel superior da espécie exótica analisada pode ter contribuído para que número de indivíduos por hectare obtido no estudo fosse baixo na média. No entanto, em campo foi possível identificar áreas muito adensadas com dominância do eucalipto sobre a vegetação nativa (Imagens 04 e 05).
- Dessa forma, verifica-se que o levantamento deveria ter sido estratificado, agrupando espacialmente as áreas com maior presença da espécie em vez de utilizar como base os talhões antigos, que não refletem a realidade atual já que a rebrota do eucalipto não foi uniforme.

Delimitação das bordas de chapada e PTRF's

Foi realizado um levantamento de bordas de chapada nas duas fazendas. A partir deste levantamento o empreendedor propôs a delimitação das APP's. Entende-se que o levantamento e a proposição das APP's atendeu ao solicitado pela equipe técnica da SUPRAM.



Quanto a proposta de recuperação das áreas verificou-se que a maior parte dos pontos levantados na faixa de APP proposta sobrepõe estradas e carreadores, no entanto o empreendimento propõe a manutenção de todos estes acessos. A equipe da SUPRAM entende que os trechos de estrada deveriam ser recuperados, salvo aqueles para os quais não houvesse alternativa locacional ou aqueles em que o afastamento da estrada implicasse em remoção de vegetação nativa. Como verificado nos pontos L09, L10 e L11 da Fazenda Riacho dos Porcos e L1, L3, L4, L5, L6 e L7 mapeados na Fazenda Vale das Embaúbas I e II, os afastamentos deverão ocorrer em áreas de talhões. Em muitos dos pontos levantados o afastamento não causa aumento significativo nas distâncias de acesso, demonstrando a existência de alternativas locais (Imagem 01).

A necessidade do afastamento de estradas e carreadores da APP de borda de chapada fica evidenciada através do estudo que levantou a presença de processos erosivos no empreendimento e encontrou que, na fazenda Vale das Embaúbas 92% dos pontos com degradação do solo estão associados a estradas e carreadores. Na fazenda Riacho dos Porcos o número sobe para 100%. Considerando que a motivação que levou a Legislação a proteger as bordas de chapada com um faixa de 100 m é a necessidade de proteger estas áreas frágeis do potencial da ação de processos erosivos. A permanência de estradas nestes locais consiste em mais um fator de degradação.

Assim, em resumo, enquanto que o levantamento das bordas de chapada foi considerado adequado, a proposição de recuperação das áreas delimitadas como APP foi considerada insatisfatória.

Boletim de ocorrência da invasão

Durante a vistoria verificou-se que nas coordenadas 23 L 784292.00 m E / 8271628.00 m S havia uma área desmatada, posteriormente, via imagens de satélite a sua delimitação demonstrou tratar-se de 2,48 ha, como ilustrado na imagem 06 do anexo fotográfico. Na oportunidade, o representante do empreendimento informou que o desmate teria ocorrido em razão de uma invasão da propriedade, e que havia sido feito um boletim de ocorrência sobre o fato. Foi solicitada a apresentação deste documento através de informação complementar, no entanto o boletim de ocorrência apresenta-se com a coordenada muito distante do local onde foi verificada a supressão, cerca de 13 km. Ademais não há detalhamento de áreas ou volumes suprimidos. Foi relatado apenas que houve retirada de madeira, que a mesma foi verificada em campo descascada e que as cascas seriam para uso medicinal. Este relato dá a entender que o BO refere-se ao uma supressão de árvores isoladas e em menor escala do que a verificada em campo.



Complementação dos estudos de fauna

Os estudos de fauna referente às classes apresentadas pelo empreendedor foram analisados e considerados satisfatórios, no entanto há necessidade de complementação com a realização do levantamento da entomofauna que não foi contemplada na informação complementar original. No PCA apresentado não consta proposta de Programa de Monitoramento de Fauna para nenhum grupo, bem como nenhuma documentação para emissão da Autorização de Manejo de Fauna.

Programa de Educação Ambiental (PEA)

A Área de Influência Direta (AID) não foi definida de acordo com os impactos do empreendimento e o estudo foi apresentado em conjunto para 3 fazendas em Rio Pardo de Minas, porém, estas não possuem mesma AID.

A Fazenda Cercado de Baixo e de Cima (silvicultura e produção de biorredutor) é contemplada por outro processo de licenciamento.

As fazendas não são contíguas, mas Fazenda Riacho dos Porcos e Fazendas Vale das Embaúbas I e II estão sendo licenciadas no mesmo processo. Ainda assim o DSP deve ser feito na AID de cada uma.

Segundo a DN 214/2017,

Art. 11 O PEA poderá ser elaborado e executado em parceria com outras ações e programas de educação ambiental de empresas e/ou instituições públicas e privadas situadas na mesma AID do empreendimento ou buscar sinergia com outras ações de políticas públicas desenvolvidas na região, desde que comprove, perante o órgão licenciador, a correlação dessas ações aos impactos ambientais do empreendimento. DSP – Diagnóstico Socioambiental Participativo.

No estudo não foi apresentada nenhuma das justificativas para a elaboração de um PEA “conjunto”.

Sobre o Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSP), foi constatada a insatisfatoriedade em alguns pontos, sendo os principais:

- **Mobilização:** aplicação de questionário semiestruturado em conversa apenas com lideranças locais e moradores das comunidades.
- **Metodologia:** i) pesquisa em fonte secundária; ii) dados do EIA (também secundários para meio socioeconômico); iii) fontes oficiais sem informar quais seriam.



- **Oficinas DSP:** a devolutiva DSP foi feita apenas com lideranças sem envolver demais pessoas interessadas.
- **Público Externo:** Cronograma/Projeto executivo de 12 meses para apenas 1 projeto, a metodologia do projeto foi considerada insatisfatória e apresentou-se inconsistente com DSP e incoerente com DN 217/2017, Termo de Referência e IS Sisema 04/2018;
- **Público externo/Projeto executivo:** insatisfatório; cronograma apenas para 12 meses; projeto inconsistente com DSP — incoerente com DN 217/2017, Termo de Referência e IS 04/2018;

Outras considerações:

- Não foram informados os profissionais habilitados para execução do programa.
- O DSP apresentou levantamento de demandas que não são funções de PEA, tais como construir campo de futebol; construir posto de saúde; furar poço tubular e etc. Isto demonstrou incapacidade de condução de uma pesquisa de DSP focada na questão ambiental.

Proposta de cercamento/proteção de reservas

No documento apresentado em resposta a este item, o empreendedor questiona a efetividade do cercamento tendo em vistas experiências observadas anteriormente nas quais houve a violação das cercas para a passagem de animais. Em lugar de efetuar o cercamento, inicialmente, propõe um trabalho com a vizinhança através do levantamento dos locais com existência de rebanho bovino posterior trabalho de comunicação e conscientização dos vizinhos. Foram apresentados registros da entrada de animais, das marcas, localizações e ações feitas pela equipe de segurança junto a propriedades vizinhas. No entanto, por tratar-se de um processo instruído com EIA/RIMA e, portanto, com necessidade de apresentação de PEA, a equipe da SUPRAM entende que esta é a ferramenta ideal para que sejam trabalhadas, por exemplo, as questões que concernem a relação entre o empreendimento e a comunidade.

4. CONCLUSÃO

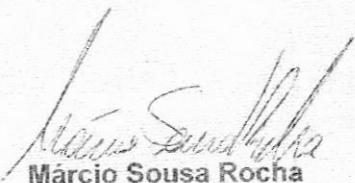
Considerando a apresentação de informações complementares insatisfatórias e a impossibilidade legal de condicionar as correções necessárias no caso do PEA, a equipe técnica da SUPRAM NM sugere o arquivamento do processo de Revalidação de Licença de Operação PA número 3621/2005/007/2015, do empreendedor/empreendimento **Gerdau Aços Longos**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – SISEMA
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Subsecretaria de Gestão e Regularização Ambiental Integrada
Superintendência Regional de Meio Ambiente do Norte de Minas – SUPRAM NM

PAPELETA DE
DESPACHO
Nº 93/2019
Nº Siam: 0676378/2019
DATA: 29/10/2019

S.A./Fazendas Riacho dos Porcos, Vale das Embaúbas I e Vale das Embaúbas II, município
de Rio Pardo de Minas/MG.


Márcio Sousa Rocha

Gestor Ambiental – SUPRAM NM


Maria Júlia Coutinho Brasileiro
Gestora Ambiental – SUPRAM NM


Warlei Souza Campos
Gestor Ambiental – SUPRAM NM


Sarita Pimenta de Oliveira
Diretora Regional de Regularização Ambiental



ANEXO FOTOGRÁFICO

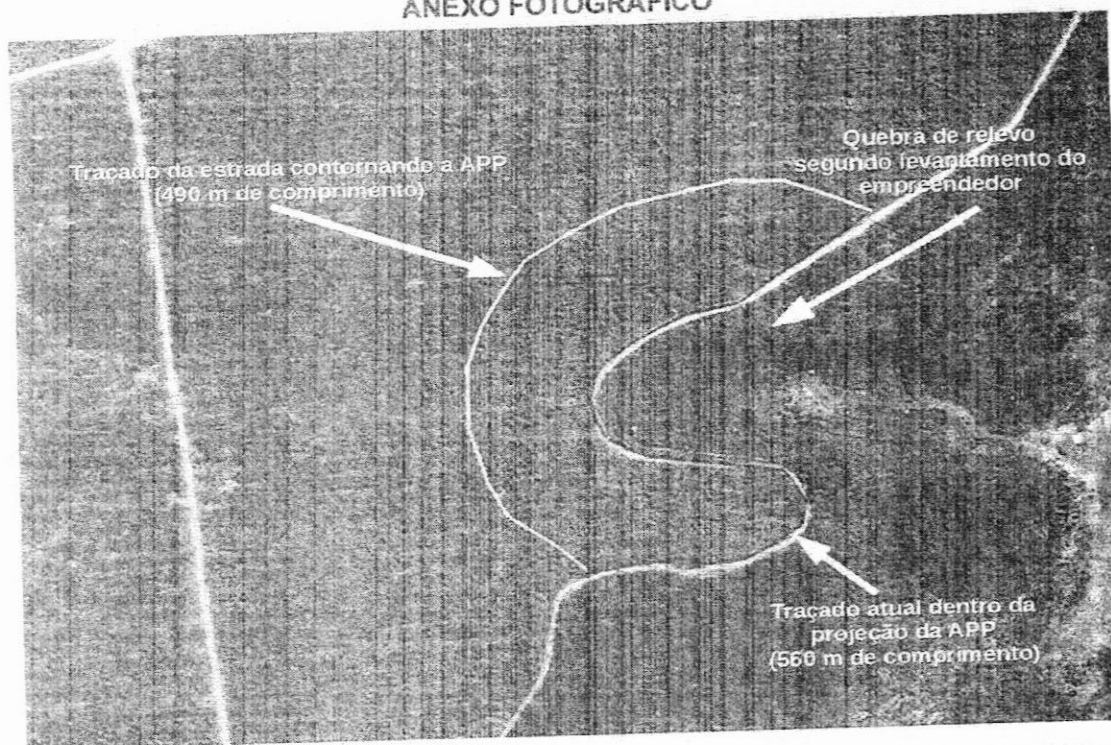


Imagem 01 – Projeção de APP de borda de chapada delimitada pelo empreendedor e traçado atual da estrada através da APP (mantida na proposta do empreendedor) e traçado contornado a APP. Fica demonstrada a alternativa locacional viável.

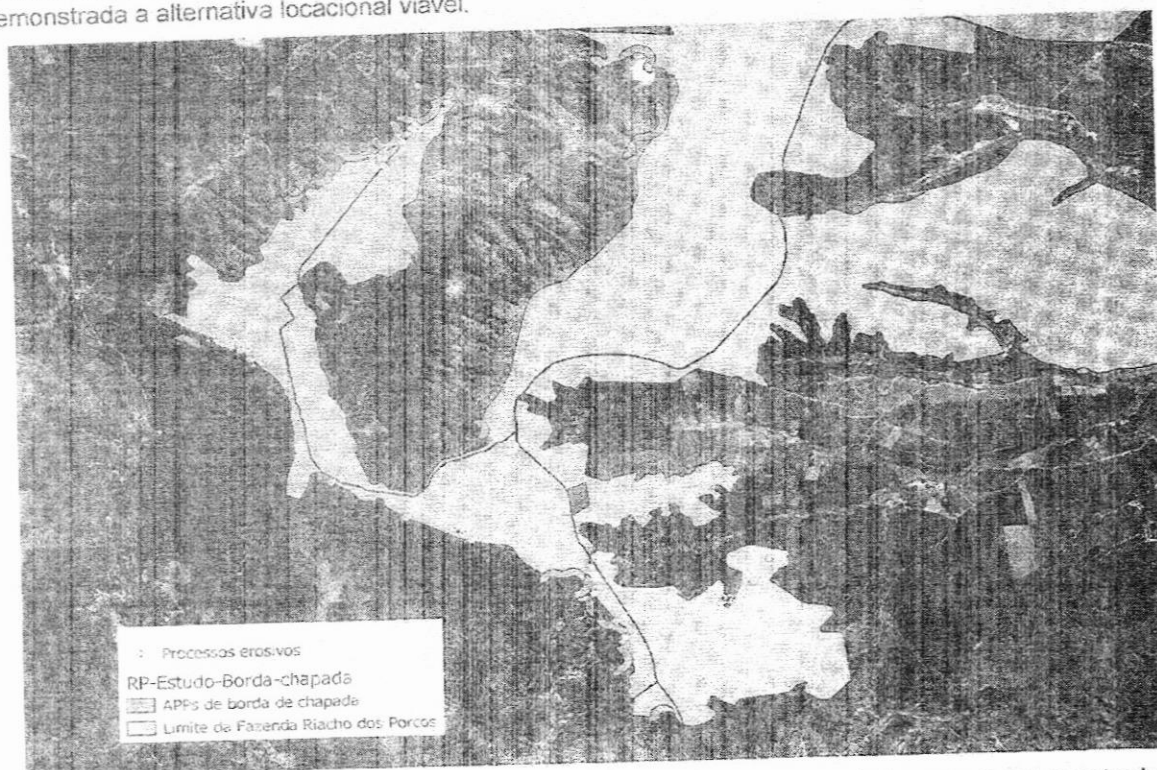


Imagem 02 – Processos erosivos (pontos verdes numerados), em sua maioria associados a estradas e áreas próximas às bordas de chapada.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – SISEMA
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Subsecretaria de Gestão e Regularização Ambiental Integrada
Superintendência Regional de Meio Ambiente do Norte de Minas – SUPRAM NM

PAPELETA DE
DESPACHO
Nº 93/2019
Nº Siam: 0676378/2019
DATA: 29/10/2019

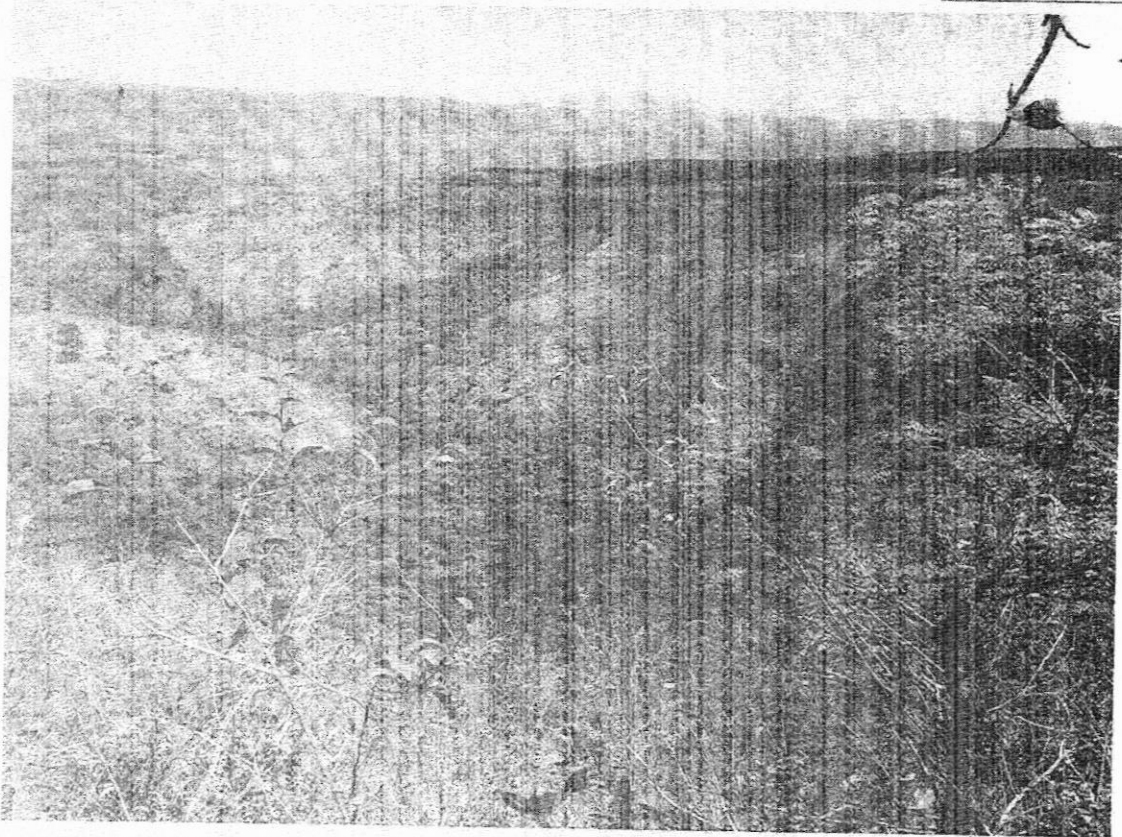


Imagem 03 – Vista de bordas de chapada existentes no empreendimento.



Imagem 04 – Grande incidência de eucalipto em reserva legal.

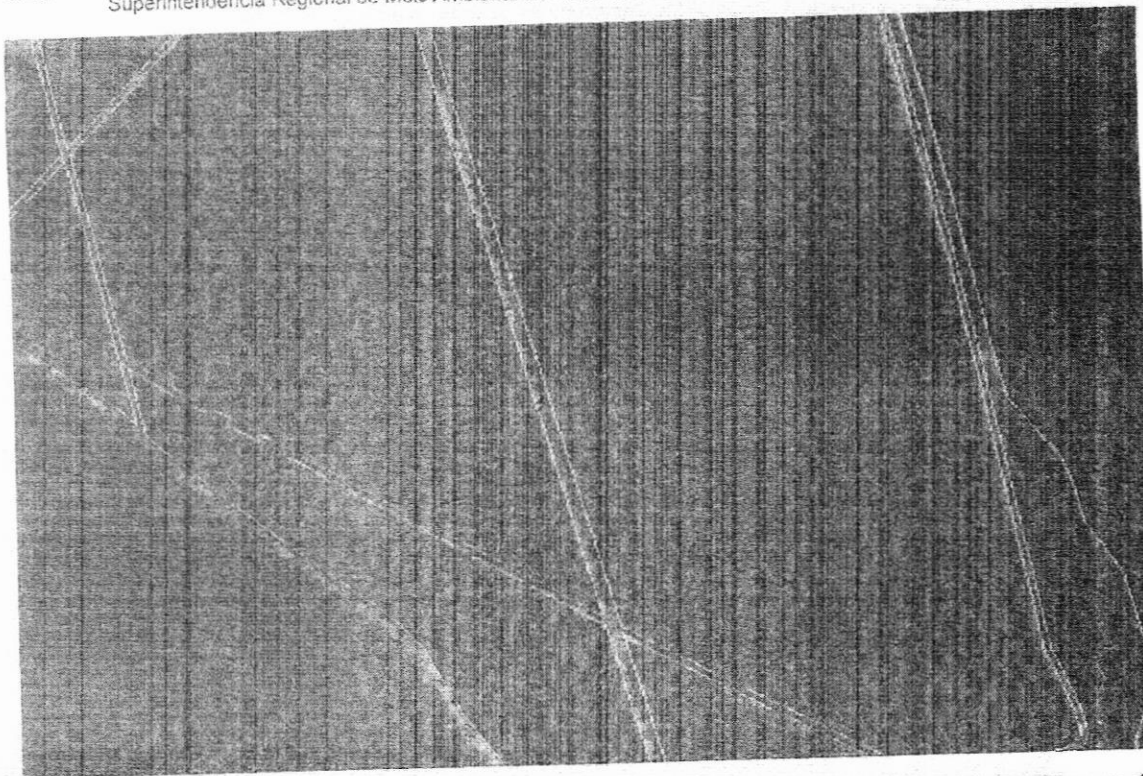


Imagem 05 – Imagem de satélite da área de reserva com grande presença de eucalipto. (Mesma área onde foi tirada a foto anterior).

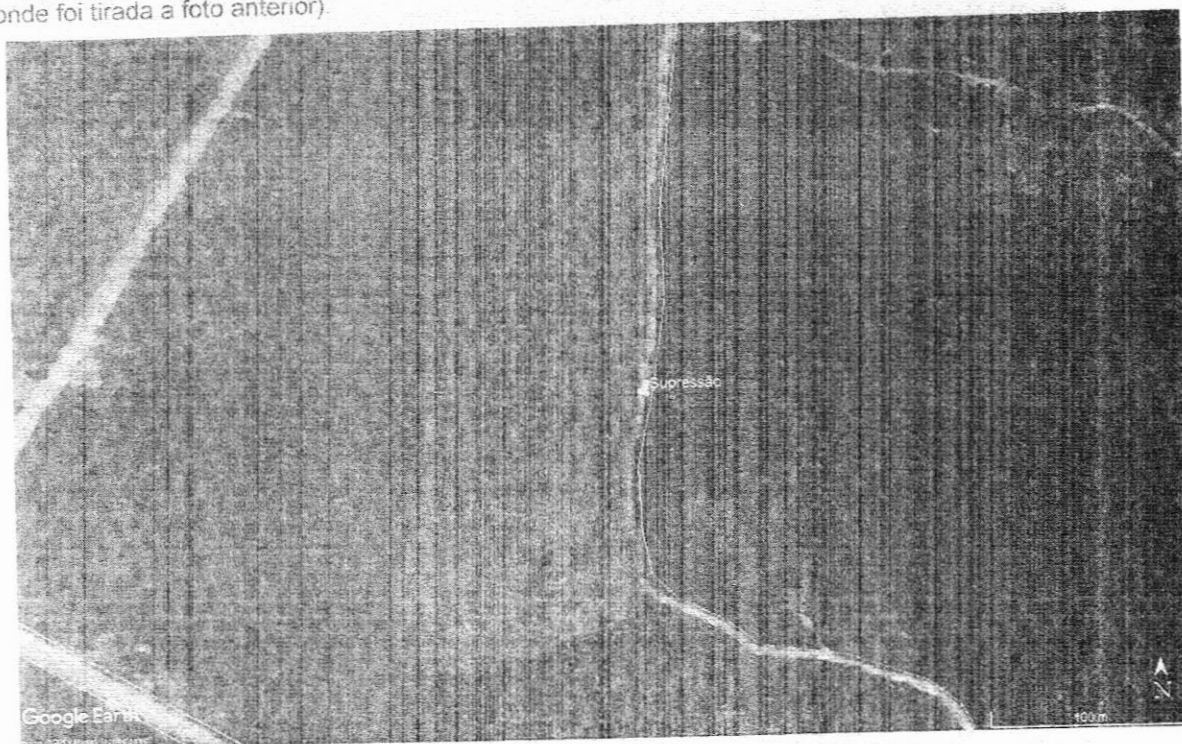


Imagem 06 – Área suprimida, na Fazenda Vale das Embaúbas (2,48 ha).



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – SISEMA
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Subsecretaria de Gestão e Regularização Ambiental Integrada
Superintendência Regional de Meio Ambiente do Norte de Minas – SUPRAM NM

PAPELETA DE
DESPACHO
Nº 93/2019
Nº Siam: 0676378/2019
DATA: 29/10/2019

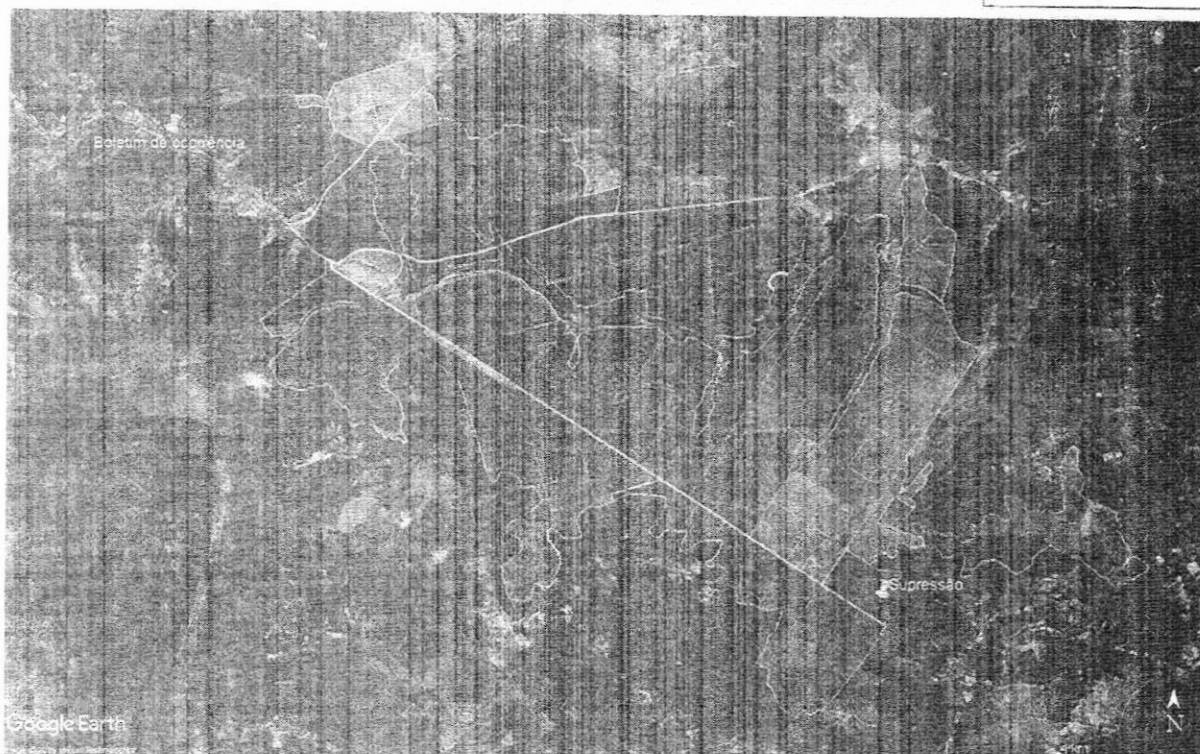


Imagem 07 – Visão geral da fazenda Vale das Embaúbas e distância entre a coordenada da supressão verificada em vistoria e a coordenada especificada no boletim de ocorrência número M7104-2018-00001232 de 05/09/2018 fornecido pelo empreendedor (13 km).



WILLIAM FREIRE
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Doc 7 - Ofício nº 3221/2018 – Supram NM



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiental do Norte de Minas

OFÍCIO Nº 3221/2018 – SUPRAM NM

REFERÊNCIA: SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.

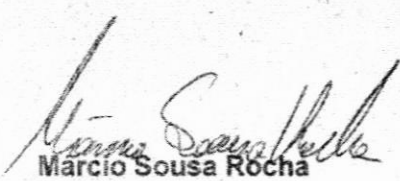
Montes Claros, 19 de outubro de 2018.

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que, com objetivo de dar continuidade à análise dos Processos de Licenciamento nº 3621/2005/007/2015 – Fazenda Riacho dos Porcos e Vale das Embaúbas I e II do empreendedor Gerdau Aços Longos S.A., deverão ser apresentadas à Superintendência Regional de Meio Ambiente do Norte de Minas – SUPRAM NM as informações complementares em anexo.

Na oportunidade esclarecemos que o senhor(a) dispõe de um prazo máximo de **60 dias** a partir do recebimento deste, nos termos do art. 22, da Lei Estadual nº 21.972/16. O não atendimento do prazo acima estipulado acarretará no arquivamento do referido processo e da licença solicitada, tendo em vista a inexistência de elementos essenciais à sua análise.


Cláudia Beatriz Oliveira Araújo Versiani
Diretora Regional de Apoio Técnico –
SUPRAM NM


Marcio Sousa Rocha
Gestor Ambiental – SUPRAM NM

Gerdau Aços Longos S/A
Rua Doutor José Maria Lacerda, 1.340, Cidade Industrial.
Contagem/MG – CEP: 32.210-120
E-mails: luciana.andrade1@gerdau.com.br
andre.carneiro1@gerdau.com.br



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiental do Norte de Minas

Anexo-01 – Solicitação de informações complementares
PROCESSOS DE LICENCIAMENTO Nº 3621/2005/007/2015
OFÍCIO SUPRAM-NM Nº. 3221/2018

1. Estudo espeleológico

- a) Apresentar prospecção espeleológica com metodologia, mapa de potencial e caminhamento que recubra toda a ADA do empreendimento e seu entorno de 250, de acordo com a Instrução de Serviço SISEMA 08/2017. O Caminhamento deverá ser enviado plotado em mapa e em formato gpx.
- b) Constatada a presença de cavidade na ADA e/ou no seu entorno de 250 m, o empreendedor deverá apresentar a avaliação dos impactos da atividade ou do empreendimento sobre o patrimônio espeleológico, que deverá considerar todos os impactos reais e potenciais sobre todas as cavidades identificadas na ADA e no seu entorno de 250 m, bem como sobre suas respectivas áreas de influência.
- c) Anotação de responsabilidade técnica (ART) dos profissionais responsáveis pelo estudo;
- d) Cadastro Técnico Federal (CTF) da empresa responsável pela prospecção e dos responsáveis técnicos;

2. Levantamento de espécies exóticas na reserva legal (Eucalipto)

- a) Apresentar um levantamento da presença e densidade de árvores de eucalipto abrangendo todas as áreas de reserva legal do empreendimento, nas fazendas Riacho dos Porcos e Vale das Embaúbas I e II;
- b) O levantamento deverá produzir um relatório com a classificação das áreas de reserva de acordo com a densidade da espécie exótica levantada e sua representação geográfica através de mapas;
- c) Este estudo deverá, também, ser realizado nas áreas de corredores ecológicos existentes no empreendimento;
- d) Anotação de responsabilidade técnica (ART) dos profissionais responsáveis pelo estudo.

3. Programa de controle de eucalipto e monitoramento da qualidade da reserva legal

- a) Deverá ser apresentado um programa envolvendo controle do eucalipto e o monitoramento da qualidade das áreas de reserva legal;



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiental do Norte de Minas

- b) As medidas propostas no escopo do programa deverão ser tecnicamente adequadas à caracterização obtida no levantamento que trata o item 2 desta informação complementar;
- c) Apresentar cronograma de execução das atividades;
- d) Anotação de responsabilidade técnica (ART) dos profissionais responsáveis pelo estudo.

4. Delimitação de bordas de chapada

- a) Considerando a existência de relevo acidentado nas fazendas que compõem o empreendimento, pede-se para que seja feito o levantamento de bordas de chapada e a proposição dos afastamentos de talhões ou adequação dos recuos já existentes, considerando o artigo 9º, incisos V e VI da lei estadual 20.922/2013;
- b) O critério utilizado deverá ser harmonizado entre as duas fazendas;
- c) Apresentar PRAD/PTRF para os pontos em que forem necessários os afastamentos em função de bordas de chapada;
- d) Anotação de responsabilidade técnica (ART) dos profissionais responsáveis pelos estudos e projetos.

5. Barramento

- a) Apresentar regularização para o barramento localizado nas coordenadas UTM 23. K 776808.56 m E e 8276723.72 m S;
- b) Caso o mesmo não seja regularizado e não haja interesse em fazê-lo, deverá ser apresentada proposta de desmobilização do mesmo acompanhado de PRAD/PTRF;
- c) Anotação de responsabilidade técnica (ART) dos profissionais responsáveis pelo estudo.

6. Reserva Legal

- a) Deverá ser apresentada nova proposta de reserva legal contemplando os afastamentos necessários ao atendimento do item 4 e as eventuais sobreposição de áreas de reserva em APPs deverão ser compensadas.

7. Plantas – Considerando as alterações nos mapas decorrentes das propostas e projetos relativos aos itens anteriores, apresentar



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiental do Norte de Minas

- a) Apresentar arquivos digitais e impressos da nova planta. Conforme Art. 30 da Resolução conjunta SEMAD/IEF nº 1905, de 12 de agosto de 2013. Deveram ser entregues no formato SHP ou KML com as camadas em arquivos separados, sendo:
- b) 01 (um) arquivo contendo o polígono da propriedade;
- c) 01 (um) arquivo contendo a área de Reserva Legal (Averbada);
- d) 01 (um) arquivo contendo proposta de averbação de Reserva, e complementação
- e) 01 (um) arquivo contendo as Áreas de Preservação Permanente;
- f) 01 (um) arquivo contendo Cursos d'água, veredas e solo hidromórfico;
- g) 01 (um) arquivo contendo estradas, aceiros;
- h) 01 (um) arquivo contendo áreas de vegetação remanescentes;
- i) 01(um) arquivo contendo polígono da área requerida supressão;
- j) Se houver outros usos e ocupações além dos itens mencionados acima, também deverão ser apresentados em arquivos separados.

8. Efluentes sanitários

- a) Devido à dificuldade de identificação do tipo de fossa (séptica ou negra) associada aos banheiros isolados localizados nas praças de carbonização (Fotos 12 e 13 do relatório), pede-se para que sejam apresentados os projetos ou manuais destas fossas;
- b) Nos casos em que houver fossa negra deverão ser apresentados novos projetos para instalação de fossas sépticas;
- c) Apresentar proposta de destinação dos efluentes sanitários produzidos nas frentes de trabalho moveis de colheita florestal e demais atividades do empreendimento.
- d) Anotação de responsabilidade técnica (ART) dos profissionais responsáveis pelos projetos.

9. Programa de Educação Ambiental (PEA)

Apresentar novo PEA conforme diretrizes da Deliberação Normativa 214 de 26 de abril de 2017, conforme determinado pelo §1º do artigo 14º da referida norma.



10. Boletim de ocorrência da invasão

Tendo em vista a existência de uma área de reserva legal (Coordenadas 23 L 784292.51 m E, 8271628.50 m S) apresentando supressão de vegetação, sobre a qual foi informado pelo empreendedor tratar-se de invasão por terceiros, apresentar o boletim de ocorrência ou outro documento comprobatório do fato.

11. Proposta de cercamento

Considerando o acesso de animais domésticos às áreas de reserva legal em recuperação, identificados em vistoria e nos relatórios de acompanhamento apresentados, pede-se para que seja apresentada uma proposta de cercamento das áreas de reserva e APP, identificando os pontos críticos de acesso de animais.

12. Recuperação de erosão

Apresentar PRAD para recuperação da erosão localizada nas coordenadas 23 L 787167.09 m E, 8273032.45 m S. Caso existam mais erosões no empreendimento, estas deverão ser contempladas pelo projeto.

13. Apresentação das informações

Todas as informações deverão ser apresentadas em mídia impressa e digital, sendo que os mapas conforme descrito no item 7, enquanto que os demais documentos deverão vir nos formatos .doc, .docx, .odt, pdf, .xls ou ods.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - SISEMA
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH



1. AUTO DE FISCALIZAÇÃO: Nº **66414** /20 **18** Folha 1/3

2. AGENDAS: 01 [] FEAM 02 [X] IEF 03 [] IGAM Hora: **10:10** Dia: **18** Mês: **10** Ano: **2018**

3. Motivação: [] Denúncia [] Ministério Público [] Poder Judiciário [] Operações Especiais do CGFAI [X] SUPRAM [] COPAM/CRH [] Rotina

4. Finalidade
FEAM: [] Condicionantes [] Licenciamento [] AAF [] Emergência Ambiental [] Acompanhamento de projeto [] Outros
IEF: [] Fauna [] Pesca [] DAIA [] Reserva Legal [] DCC [] APP [] Danos em áreas protegidas [X] Outros
IGAM: [] Outorga [] Outros

5. Identificação
01. Atividade: **Produção de carvão vegetal de floresta plantada** 02. Código: **G-03-4** 03. Classe: **5** 04. Porte: **G**
05. Processo nº: **3621/2005/007/2015** 06. Órgão: **SEMAD MG** 07. [] Não possui processo
08. [] Nome do Fiscalizado: **Gerda Agos Longos S.A.** 09. [] CPF 10. [X] CNPJ: **07.358.761/0124-18**
11. RG: **_____** 12. CNH-LF: **_____** 13. [] RGP [] Tit. Eleitoral: **_____**
14. Placa do veículo - UF: **_____** 15. RENAVAM: **_____** 16. Nº e tipo do documento ambiental: **_____**
17. Nome Fantasia (Pessoa Jurídica): **_____** 18. Inscrição Estadual - UF: **_____**
19. Endereço do Fiscalizado - Correspondência: Rua, Avenida, Rodovia: **Rua Doutor José Maria Lacenda, 1340** 20. Nº. / KM: **_____** 21. Complemento: **_____**
22. Bairro/Logradouro: **Cidade Industrial** 22. Município: **Contagem / MG** 24. UF: **MG**
25. CEP: **31221-10** 26. Cx Postal: **_____** 27. Fone: **(31) 3151218-3131316** 28. E-mail: **luciana.andrade@gerda.com.br**

6. Local da Fiscalização
01. Endereço: Rua, Avenida, Rodovia, Fazenda, etc.: **Fazendas Riacho dos Porcos e Vale das Embaúbas I e II**
02. Nº. / KM: **_____** 03. Complemento: **_____** 04. Bairro/Logradouro/Distrito/Localidade: **_____**
05. Município: **Viçosa do Minas** 06. CEP: **3195130-01010** 07. Fone: **() - - - - -**
08. Referência do local: **_____**

Geográficas DATUM [] SAD 69 [] Córrego Alegre Latitude Grau 15 Minuto 25 Segundo 29,48 Longitude Grau 42 Minuto 23 Segundo 26,97
Planas UTM FUSO 22 23X 24 X= (6 dígitos) Y= (7 dígitos)

10. Croqui de acesso

01. Assinatura do Agente Fiscalizador 02. Assinatura do Fiscalizado



2. RELATÓRIO SUCINTO

Em vistoria ao empreendimento constituído pelas fazendas Riacho dos Porcos e Vale das Embaúbas I e II entre os dias 01 a 04 de outubro de 2018 da empresa Gerdau Aços Longos S.A., localizadas no município de Rio Pardo de Minas/MG, referente ao processo de licenciamento nº 03621/2005/007/2015, vimos ou fomos informados que:

O empreendimento pleiteia a revalidação da licença de operação para as atividades de silvicultura e carvoejamento que são desenvolvidas nas duas fazendas que o compõe.

Fazenda Vale das Embaúbas I e II

A infraestrutura do empreendimento é composta por estrutura de apoio composto por refeitório, escritório, depósito, quites de coleta seletiva em baias com mureta de proteção, banheiro com lavatório e sistema de tratamento de efluentes tudo está localizada no entorno da área da planta de carvoejamento. Nesta unidade de produção de carvão existem 125 fornos instalados, cada um com capacidade para 9 m³ de lenha e possibilidade de realizar de 3 a 4 ciclos de carvoejamento por mês produzindo 2.000 mdc/mês. Durante a vistoria verificamos que a planta está operando em sistema de rodízio dos fornos. Fomos informados que o barro utilizado no barreamento dos fornos é oriundo do próprio empreendimento retirado de bacias de contenção.

A água utilizada na infraestrutura e na planta de carvoejamento é adquirida da COPASA e é transportada em caminhões-pipa em volume de 5.000 L/semana.

Para atendimento da planta de carbonização a empresa despõe de 28 funcionários. Que são transportados diariamente para a cidade por meio de ônibus de empresa terceirizada. Está planta e gerida por empresa terceirizada denominada Águia. O efluente sanitário produzido na planta é tratado através de sistema de fossa séptica (Foto 02). Os resíduos sólidos são destinados a associação dos catadores do município de Taiobeiras.

Fomos informados que não há na fazenda nenhum tipo de manutenção de veículos ou abastecimento sendo tudo realizado quando necessário na cidade de Rio Pardo.

Nas proximidades desta praça (777989 83 m E, 8275425.53 m S) existe uma estrutura desativada onde existia uma outra unidade de produção de carvão com fornos que foram retirados. Entretanto, ainda existe unidade de apoio com refeitório, sanitários escritórios e sistema de tratamento implantado.

Vale das embaúbas – Imagem: 305 fornos

3. ASSINATURAS	Servidor Credenciado	MASP/Nº PM	Assinatura
	1. Márcio Sousa Rocha	1397842-4	
	2. Warlei Souza Campos	1401724-8	
	3.		
Fiscalizado/Representante do Fiscalizado: _____			
Função/Vínculo com o Empreendimento: _____ Assinatura: _____			



Silvicultura

Esta fazenda possui 3.820,43 ha de eucalipto implantado, representando 71,78% da área total da área da fazenda que é de 5322,12 ha, matrículas 4.173 e 4.371.

Há 17 funcionários na colheita, que são atendidos por área de convivência e banheiros químicos moveis. O efluente é deixado em um buraco e coberto com cal após a transferência do banheiro para o ponto seguinte.

Combate a incêndio

A fazenda dispõe de um caminhão e duas caminhonetes destinados ao apoio a combate a incêndios. Fomos informados que há capacitação periódica e treinamento para brigada de incêndio. Não foi verificado torres de observação.

Reserva Legal e Áreas de preservação permanente

A reserva legal apresentada em planta possui área de 1064,65 ha, 20% do total da propriedade. Parte desta área apresenta árvores remanescentes de eucalipto além de tocos com e sem incidência de rebrota. Esta área é resultante da conversão de talhões em reserva. Verificou-se em alguns pontos a existência de sobreposição em áreas de preservação permanente (APP).

Na planta apresentada, muitos dos recuos realizados em áreas de relevo acidentado foram plotados como sendo reserva legal em vez de APP.

Por se tratar de áreas de antigos talhões convertidas em reserva legal podemos observar que a vegetação nativa remanescente, entre as árvores de eucalipto remanescentes, vem se desenvolvendo em estágios de regeneração diferentes, em alguns locais foi verificado que ocorreu incêndios o que dificulta a regeneração. Verificamos que o empreendedor isolou o acesso a alguns carregadores de talhões antigos com colocação de caçambas de terra para impedir passagem de carros e motos. Não foi possível verificar nenhuma ação de replantio de espécies nativas. A maior parte destas áreas não estão cercadas.

Existem áreas de recuos realizados nos limites do plantio, plantios associados a quebras de relevos (borda de chapada). Foi possível verificar que há também pontos que não foram plotados como sendo APP de borda de chapada.

Nos pontos listados a seguir foram verificados locais do relevo em que os recuos foram insuficientes, considerados a faixa de APP necessária para bordas de chapada (Coordenadas

3. ASSINATURAS	Servidor Credenciado	MASP/Nº PM	Assinatura
	1. Márcio Sousa Rocha	1397842-4	
	2. Warlei Souza Campos	1401724-8	
	3.		
	Fiscalizado/Representante do Fiscalizado: _____		
	Função/Vínculo com o Empreendimento: _____ Assinatura: _____		



UTM 23 L 782735.43 m E e 8276661.97 m S; 780947.06 m E e 8272696.62 m S; 778772.98 m E e 8271687.12 m S).

Em alguns pontos houve sobreposição de APP de borda de chapada em reserva legal: (Coordenadas UTM 23 L 775481.42 m E e 8279322.66 m S; 785754.48 m E e 8272638.37 m S; 786352.22 m E).

Verificou-se a existência de pontos em que é possível a caracterização como borda de chapada, não então não nem recuo nem delimitação na planta mais recente. (Coordenadas UTM 23 L 785095.91 m E e 8272468.44 m S; 787416.01 m E e 8272832.21 m S; 785754.48 m E e 8272638.37 m S; 786352.22 m E e 8272920.44 m S).

No centro do empreendimento há uma baixada com presença de solo hidromorfo, mas sem presença de água superficial. Esta faixa não faz parte do empreendimento, contudo foi realizado o recuo dos talhões e esta faixa é caracterizada nas plantas como sendo faixa de vegetação nativa (Foto 06).

No momento da vistoria havia a presença de gado em parte da área de reserva legal conforme foto 04 e referida coordenada (Coordenadas UTM 23 L 777236.10 m E 8280070.80 m S).

Foi identificada uma área roçada (desmatada) localizada na reserva do empreendimento (Coordenadas 23 L 784292.51 m E, 8271628.50 m S – Foto 09) que o representante da empresa informou tratar-se de ação de invasores e que foi lavrado boletim de ocorrência junto a Polícia Militar.

Captações e barramentos

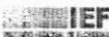
Nesta fazenda existe um barramento localizado nas coordenadas UTM 23 K 776808.56 m E e 8276723.72 m S (Foto 07) com área estimada de 0,68 ha. No momento da vistoria não havia água no mesmo e pôde ser identificado que não há estruturas de descarga de fundo, vertedouro ou mesmo equipamentos para captação de água.

No momento da vistoria foi informado que não há captações no empreendimento e, conforme visto no item sobre carvoejamento a demanda de água é suprida através da concessionária COPASA com transporte por meio de caminhão-pipa.

Conservação do solo e água

Em geral o empreendimento apresenta boa condição dos solos ao longo da ADA, sendo que foram observadas apenas algumas erosões pontuais. Dentre elas a mais importante localiza-se

3. ASSINATURAS	Servidor Credenciado	MASP/Nº PM	Assinatura
	1. Márcio Sousa Rocha	1397842-4	
	2. Warlei Souza Campos	1401724-8	
	3.		
	Fiscalizado/Representante do Fiscalizado: _____		
	Função/Vínculo com o Empreendimento: _____		Assinatura: _____



nas coordenadas UTM 23 K 787162.57 m E e 8273031.62 m S (Foto 08); na qual verifica-se uma erosão de grande porte na lateral da estrada seguindo para fora do limite do empreendimento, contudo a contribuição de água para esta erosão vem da estrada do empreendimento.

Nas coordenadas UTM 23 K 775622.33 m E e 8277662.35 m S existe uma cascalheira cujos representantes do empreendimento informaram que está sendo recuperada (Foto 03). Visualizou-se a aplicação de resíduos (provavelmente casca de madeira) para a recuperação da área de extração.

Fazenda Riacho dos Porcos

Silvicultura

Esta fazenda conta com uma área de 3.508,10 ha de eucalipto implantado representando 73,33% do total de 4.783,69 ha – matrícula 1.670.

Carvoejamento

Esta fazenda apresenta duas plantas de carbonização contíguas, operadas por empresas terceirizadas (Foto 10).

A planta operada pela Florocarv apresenta 150 fornos de 9 m³ com produção de 2000 mdc/mês e 14 funcionários.

A planta operada pela Carvonorte tem 170 fornos e produz 2000 mdc/mês e 17 funcionários.

A água utilizada nas plantas de carvoejamento vem da COPASA através de caminhão-pipa em volumes semanais de 8 m³. O barro utilizado no processo de barrelamento dos fornos é retirado no próprio empreendimento e em bacias de contenção.

Os resíduos sólidos são armazenados em baias temporárias (Foto 17) para posterior destinação à associação de catadores do município de Taiobeiras.

Em ambas as plantas foi verificada a existência de estrutura de alojamento/refeitório e banheiros. Os efluentes líquidos dos mesmos são tratados em fossas sépticas (Foto 14). Algumas das fossas não foi possível verificar se eram fossas sépticas ou fossas negras (Foto 12).

Em cada uma das plantas existe área de estacionamento de máquinas e caminhões. Segundo informado as manutenções não são realizadas no empreendimento. Há depósitos utilizados para armazenamento de produtos oleosos em pequenos volumes, além de embalagens vazias dos

3. ASSINATURAS	Servidor Credenciado	MASP/Nº PM	Assinatura
	1. Márcio Sousa Rocha	1397842-4	
	2. Warlei Souza Campos	1401724-8	
	3.		
	Fiscalizado/Representante do Fiscalizado: _____		
	Função/Vínculo com o Empreendimento: _____ Assinatura: _____		



mesmos, apresentando piso impermeável, acesso restrito e canaleta ligada a um sistema de coleta demonstrado nas fotos 15 e 16.

Reserva legal e Áreas de Preservação Permanente

A reserva legal ocupa área de 980,55 ha (20,50% do total). Observa-se grande concentração de eucalipto nestas áreas, sendo que a maior densidade foi verificada porção centro-norte da reserva (Fotos 18 e 19). Apesar de a densidade variar com o local, a ocorrência da espécie exótica é verificada em todas as áreas de reserva desta fazenda.

Foi condicionada a implantação de um corredor ecológico para porções da reserva legal desta fazenda. Durante a vistoria, verificou-se que o corredor está implantado (Coordenadas UTM 23 L 748401.39 m E 8275476.88 m S) e apresenta vegetação em regeneração. Esta faixa certamente demandará ações de acompanhamento e controle e de brotações de eucalipto que virão com o passar do tempo.

O empreendimento localiza-se em região com relevo bem acidentado e verificou-se em campo que os recuos realizados nesta fazenda não ocorreram sob os mesmos critérios observados na fazenda Vale das Embaúbas I e II.

Alguns pontos de relevo acidentado próximo aos plantios foram amostrados conforme pontos a seguir: (Coordenadas UTM 23 L 753349.07 m E e 8282278.50 m S; 750381.90 m E 8283174.98 m S; 753339.00 m E e 8282247.00 m S).

Alguns dos recuos realizados nos talhões apresentam faixa inferior aos 100 metros determinados para APPs de bordas de chapada (Coordenadas UTM 23 L 749623.00 m E 8282990.00 m S; 748904.00 m E e 8281757.00 m S).

Outros pontos existe recuo suficientes, no entanto as APPs não foram discriminadas na planta e constam como Reserva legal (Coordenadas UTM 23 L 749006.00 m E e 8273608.00 m S).

Espeleologia

Durante a vistoria não foi verificada a existência afloramentos rochosos nas duas fazendas, contudo existem muitas áreas de produção próximas a quebra de relevo e áreas com declives acentuados.

3. ASSINATURAS	Servidor Credenciado	MASP/Nº PM	Assinatura
	1. Marcio Sousa Rocha	1397842-4	
	2. Warlei Souza Campos	1401724-8	
	3.		
	Fiscalizado/Representante do Fiscalizado: _____		
	Função/Vínculo com o Empreendimento: _____ Assinatura: _____		

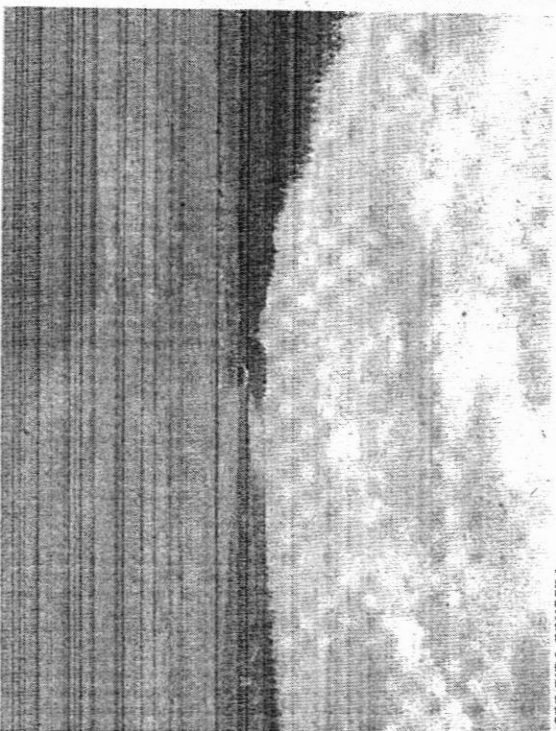


Foto 01. Vista geral da praça de carbonização (778000,97 m E, 8275458,84 m S).

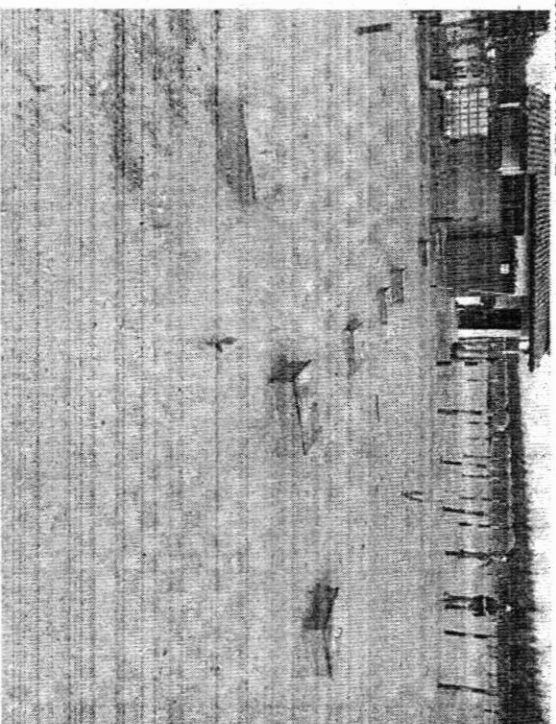


Foto 02. Sistema de tratamento de efluentes sanitários.

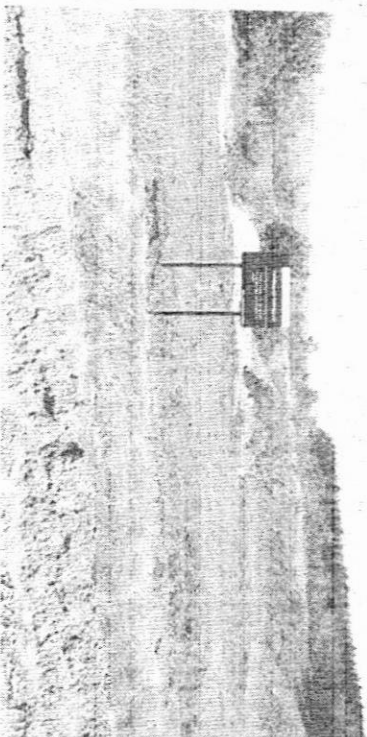


Foto 03. Cascalheira em recuperação (775622,33 m E, 8277662,35 m S)

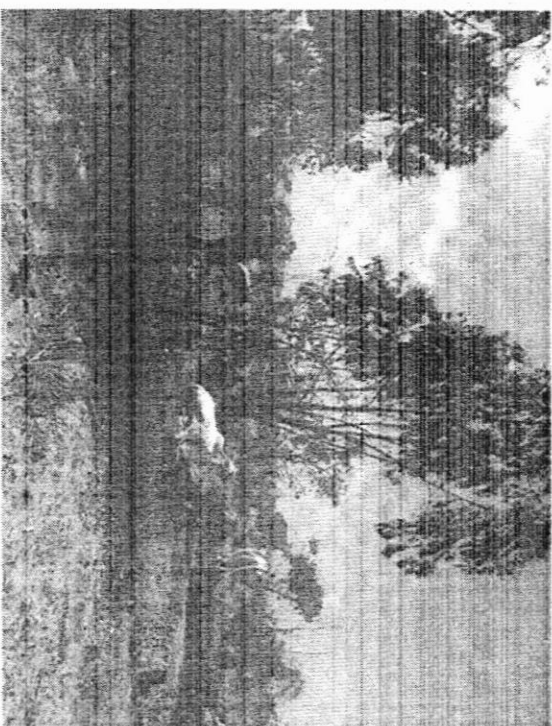


Foto 04. Gado em área de reserva (771236,10 m E, 8280070,80 m S).

Fazenda Riacho dos Porcos – Coordenadas UTM 23 L



Foto 05. Reserva legal com cerrado fraco na porção noroeste da fazenda (776886.77 m E, 8279969.50 m S).



Foto 06. Carreador antigo em área recuada (782744.94 m E, 8276675.69 m S)



Foto 07. Barramento seco (776792.49 m E, 8276672.87 m S)

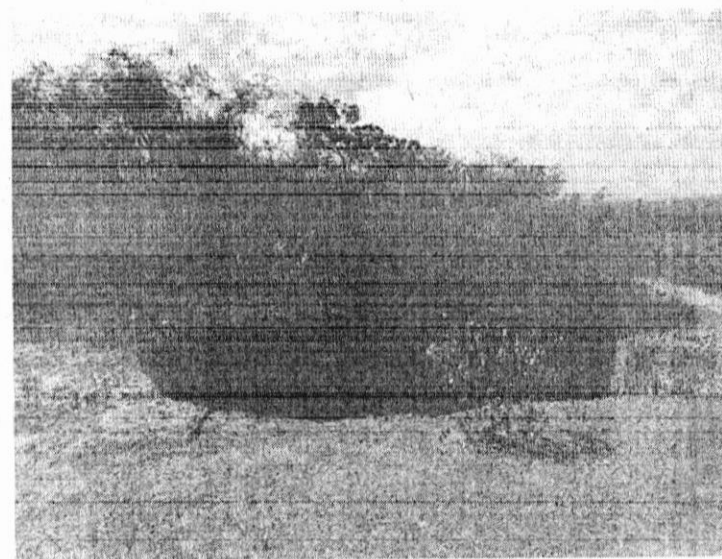


Foto 08. Erosão (787167.09 m E, 8273032.45 m S)

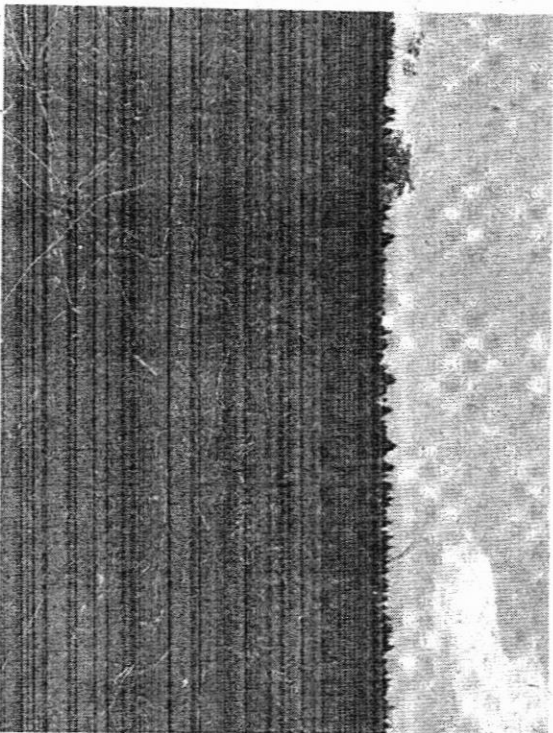


Foto 09. Área de reserva desmatada (784292,51 m E, 8271628,50 m S).

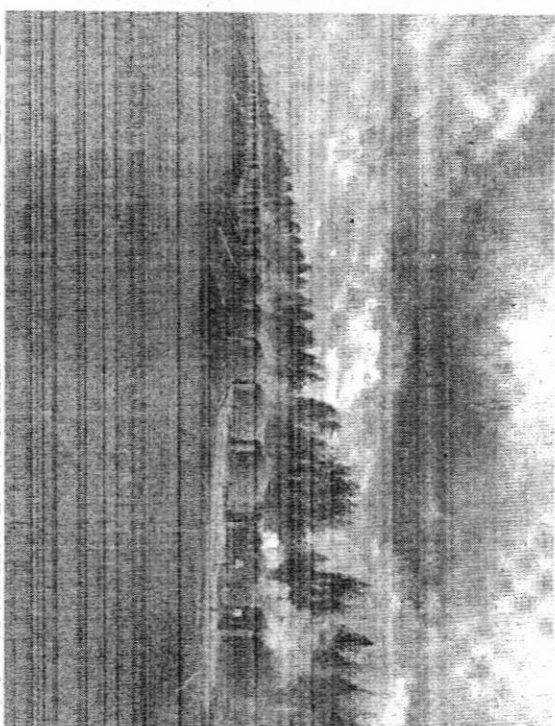


Foto 10. Praça de carbonização (752868,11 m E, 8279154,31 m S).

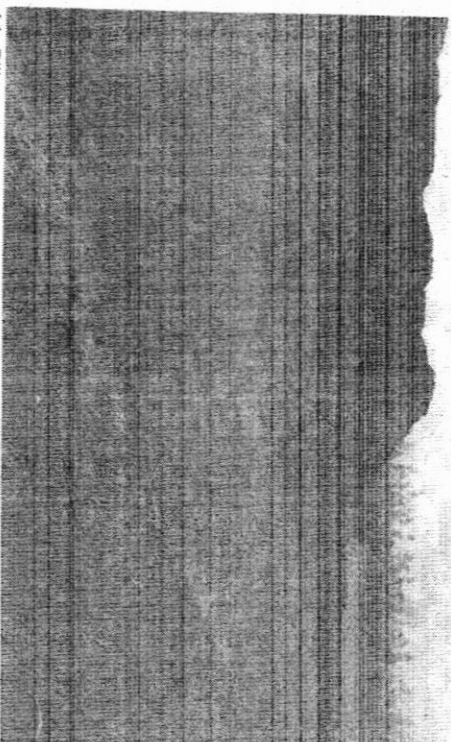


Foto 11. Pilhas de resíduos da limpeza da praça de carvoejamento (753334,73 m E, 8278844,27 m S).

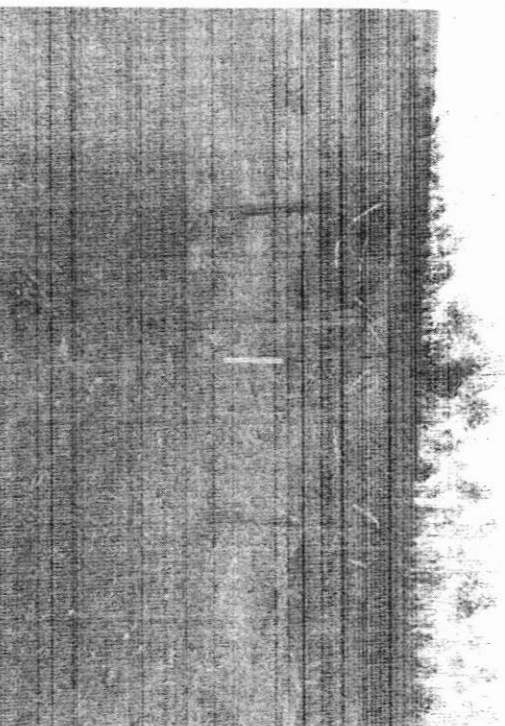


Foto 12. Fossa de banheiro da praça de carbonização (753149,74 m E, 8279049,90 m S).

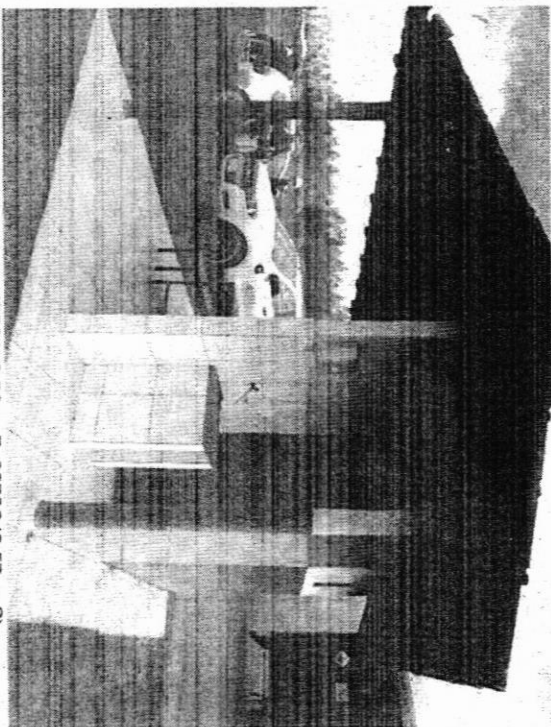


Foto 13. Banheiro (753149,73 m E, 8279049,57 m S).

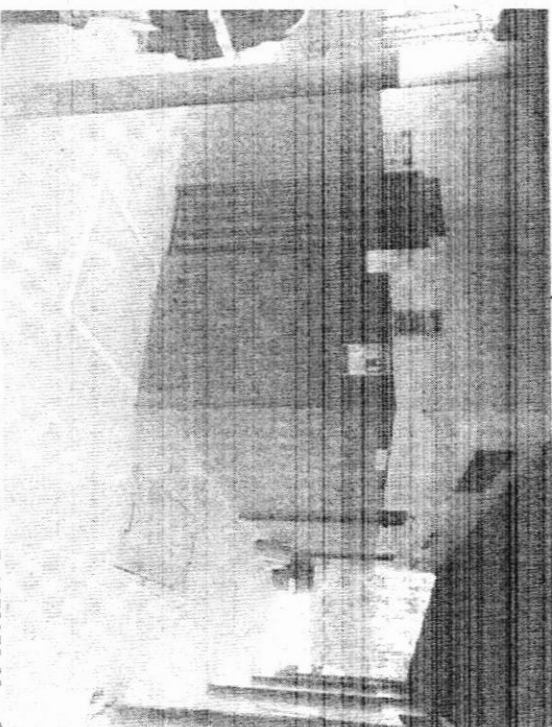


Foto 15. Depósito de produtos perigosos (752934,89 m E, 8279273,80 m S).

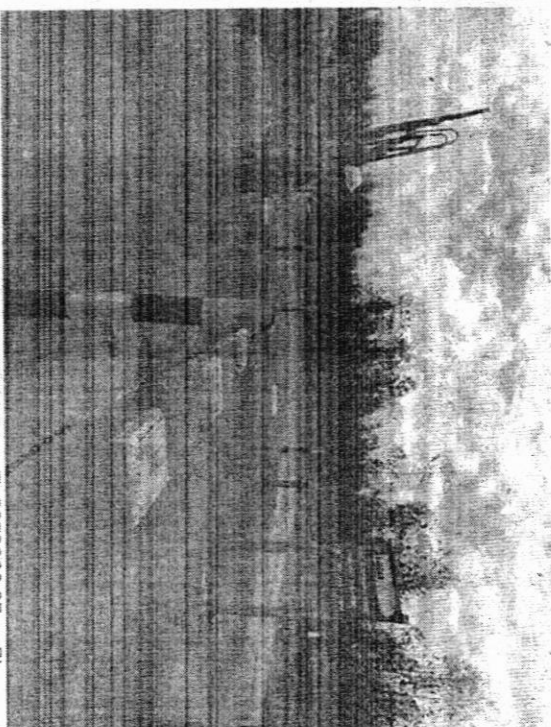


Foto 14. Fossa séptica (752903,74 m E, 8279203,07 m S).

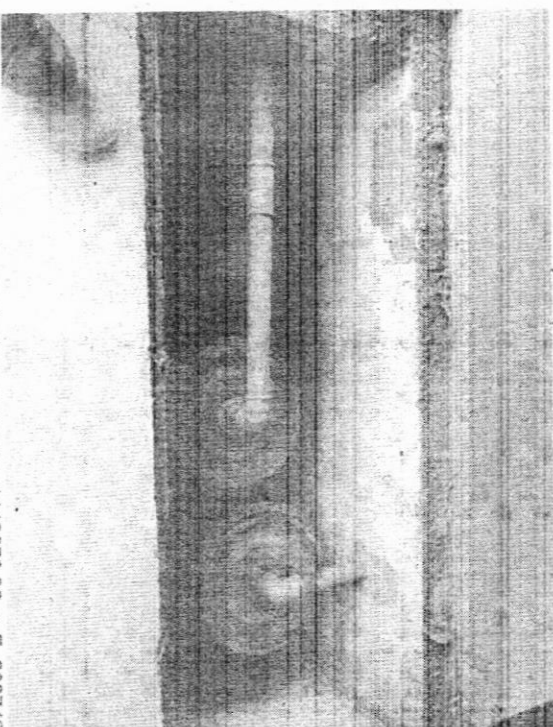


Foto 16. Sistema de contenção de eventuais vazamentos (448270,93 m E, 8087482,04 m S).



Foto 17. Baía de resíduos sólidos (753474,88 m E, 8087481,76 m S)

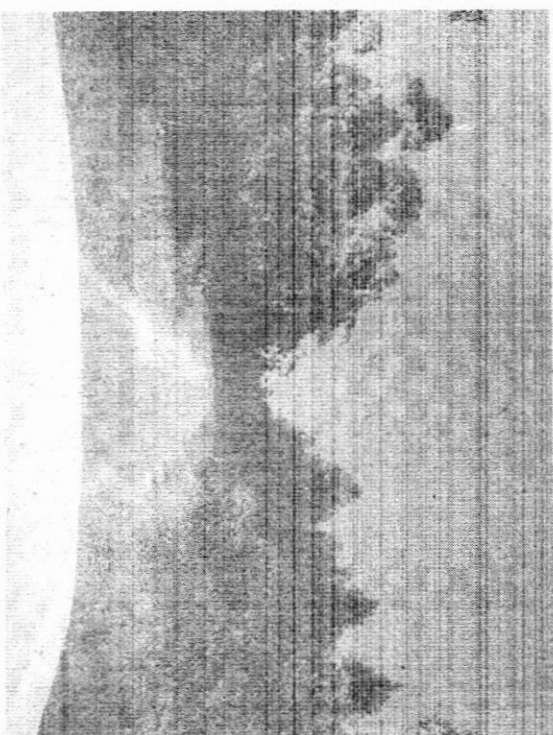


Foto 19. Eucalipto em reserva legal (745128,68 m E, 8277060,78 m S).

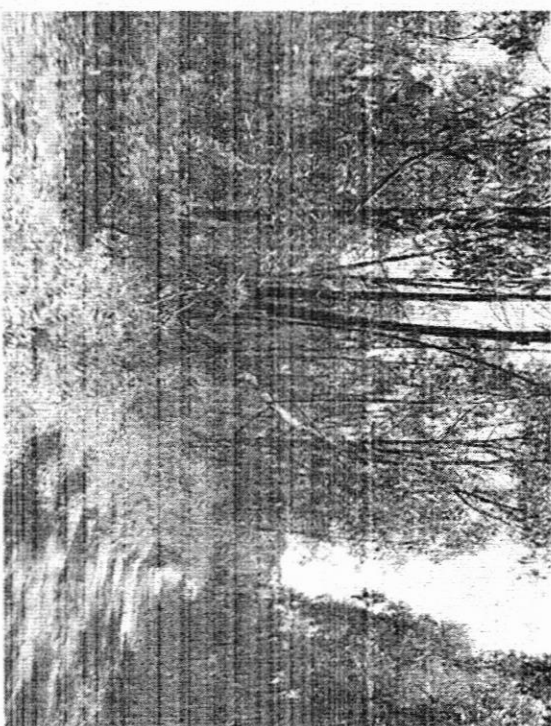


Foto 18. Eucalipto em reserva legal.



Destinatário:

A/C

Senhora Gerdau Aços Longos S/A

Luciana Andrade

Rua José Maria de Lacerda, 1340

32210-120 Contagem/MG

Obs: CLAUDIA- OF Nº 3221/2018 REFEREN F AO PA

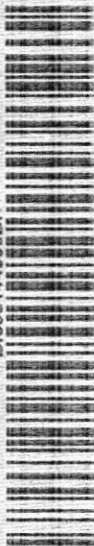
Nº 3621/2005/007/2015, AI Nº 66414/201



Data de Postagem
30/10/2018

AR

B1585144956BR



GERDAU AÇOS LONGOS S/A
CONTAGEM,

RECEBIDO EM 07/11/18

17:55

Rua Gabriel Passos, 50, Centro, Montes Claros-MG
CEP 39.400-112- Telefone:(38)3224-7500
e-mail: supramm@meioambiente.mg.gov.br

SUPRAM NORTE DE MINAS



WILLIAM FREIRE
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Doc. 8 – Ato de arquivamento



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

ATO DE ARQUIVAMENTO

O Superintendente Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Norte de Minas, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a apresentação de informações complementares insatisfatórias e a impossibilidade legal de condicionar as correções necessárias no caso do PEA, não há como dar continuidade às análises técnico-jurídicas referentes ao licenciamento ambiental em questão.

Considerando o teor do parecer técnico e parecer jurídico, que recomenda o arquivamento do presente processo pelos fatos e fundamentos legais expostos

Considerando, desta forma, a regra prevista na lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002.

Determino o arquivamento do Processo Administrativo – PA Nº 3621/2005/007/2015 do empreendimento Gerdau Aços Longos S.A - Fazendas Riacho dos Porcos e Vale das Embaúbas I e II, CNPJ 07.358.761/0124-8, localizado no município de Rio Pardo de Minas/MG.

Em caso de necessidade, remeta-se os autos à Assessoria Jurídica da SEMAD para que os encaminhe à Advocacia Geral do Estado para inscrição do débito de natureza ambiental em dívida ativa do Estado.

Encaminhe-se os dados do presente processo à Núcleo das Denúncias Ambientais-NUDEN para fiscalização de praxe e apuração de eventuais infrações ambientais.

Montes Claros, 30 de outubro de 2019.

Clésio Cândido Amâral
Superintendente Regional de Regularização Ambiental do Norte de Minas

SUPRAM/NM – RUA GABRIEL PASSOS, nº 50, CENTRO, MONTES CLAROS/MG
CEP: 39400-102 – Tel: (38) 3224-7500



WILLIAM FREIRE
ADVOGADOS ASSOCIADOS

GRUPO DE PRE-
TRIAGEM
OA046795109BR
DISTRITO

A 301

ORDEM: 13
OPE: 84152137 ESTAÇÃO: 102

Recebido por: _____
Documento: _____

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE
NORTE DE MINAS - SUPRAM NM
Rua Gabriel Passos, nº 50, Centro
Montes Claros/MG -- 39400-112

Direito Minerário

Direito Ambiental

Direito Tributário

Direito Penal